

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO
PAGAMENTO DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

Reunião n.º 39

17 de janeiro de 2019

(18,02 h - 23,55 h)

Ordem do dia: Audição do Dr. António Sá da Costa*, Presidente da
Direção da APREN (Associação Portuguesa de Energias Renováveis)

Presidente da Comissão: Emídio Guerreiro

Deputados:

Hélder Amaral (CDS-PP)

Bruno Dias (PCP)

Rui Cruz (PSD)

António Cardoso (PS)

Jorge Costa (BE)

* Apresentação em *PowerPoint*

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade.

Eram 18 horas e 2 minutos.

Temos, hoje, a audição do Sr. Eng.º António Sá da Costa, que está aqui na qualidade de Presidente da Direção da APREN (Associação Portuguesa de Energias Renováveis), a quem agradeço, desde logo, a presença e a disponibilidade.

Também já tive a oportunidade de explicar ao Eng.º Sá da Costa o modo de funcionamento desta Comissão, pelo que me vou abster de explicá-lo aqui.

O Sr. Engenheiro não nos enviou antecipadamente a apresentação que está a ser distribuída agora pelos grupos parlamentares para que possam, de alguma forma, acompanhar a intervenção inicial do Sr. Engenheiro.

Assim sendo, vamos dar início a esta reunião com a intervenção inicial do Sr. Eng.º Sá da Costa, a quem dou a palavra de imediato.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa** ¹ (Presidente da Direção da APREN): — Antes de mais, quero agradecer à Comissão o facto de me dar a oportunidade de tentar esclarecer algumas questões que os Srs. Deputados têm.

Lamento não ter enviado antecipadamente a minha apresentação, mas depois disponibilizei-a informaticamente. Sabem, é a questão de ser

¹ Apresentação em *PowerPoint*

Professor e de se estar sempre, à última hora, a fazer correções ao que se vai apresentar.

Antes de começar a intervenção, e embora não tenha assistido aos trabalhos da Comissão, sei que há uma pergunta que o Sr. Deputado Jorge Costa faz sempre, sobre quais os interesses que o depoente tem no setor.

Risos do Deputado do BE Jorge Costa.

Vou já responder-lhe voluntariamente, dizendo que, atualmente, tenho 1% numa espécie de cooperativa de eletricidade renovável, que tem em operação 3 MW. Foi a primeira central solar em regime de mercado. Tenho 1%, é uma piada. Nunca tive nada pessoalmente e agora tenho isso.

Entrando na intervenção, basicamente há três pontos que queria, na primeira parte da introdução, referir (*slide 2*): a economia do futuro tem de ser eficiente e descarbonizada e a geração de eletricidade de origem renovável é a forma mais custo eficiente de o fazer, e também nunca podemos esquecer a eficiência energética e a eletrificação dos usos de energia, que também vai nesse sentido, por permitir uma redução de custos e de outros fatores.

O investimento em eletricidade renovável trouxe grandes benefícios para a economia e para o cidadão, nomeadamente nas regiões do interior do País, e não há rendas excessivas na eletricidade renovável e as alternativas defendidas por alguns especialistas, já ouvidas nesta Comissão, são sempre mais caras no curto e no longo prazo.

Como disse, a economia do futuro tem de ser eficiente e descarbonizada e este é um gráfico do Levelized Cost of Energy (LCOE) (*slide 3*), portanto, dos preços nivelados, e, como podem ver, em 2018 — e já era antes —, mas em 2018 é nítido que os dois mais baratos são a solar e a fotovoltaica. E atenção que estes valores não são subsidiados.

Depois, isso também traz uma grande economia para o cidadão, nomeadamente no que diz respeito a poupanças pelo efeito da ordem de mérito das renováveis.

Às vezes fala-se muito nas ordens de mérito. Peço desculpa, mas o facto de ter sido, durante muitos anos, Professor, e de às vezes ter ouvido aqui algumas afirmações menos corretas, resolvi explicar-vos, ou tentar explicar-vos, o que são poupanças pelo efeito da ordem de mérito e vou apresentar o caso real — isto é um caso real — da primeira hora do dia 1 de janeiro de 2016. Não se trata de nenhum fator especial, mas o mercado, as empresas que produzem eletricidade e as que compram eletricidade são obrigadas a pôr as suas ordens, por exemplo, até às 10 horas da manhã de hoje para o período das 0 horas às 24 horas de amanhã.

No mercado ibérico, em cada hora estamos a falar em cerca de 4000 ofertas de produção e de compra, em que dizem a potência em que estão e o preço a que querem comprar uns e a que querem vender os outros.

Só que este mercado é um mercado marginalista. Quer isto dizer que os valores da oferta são os custos marginais e os custos marginais é, fundamentalmente, o custo dos combustíveis. Como a eletricidade é uma *commodity*, é um bem indiferenciado, a única coisa que o distingue é o preço. Portanto, quando o operador do mercado recebe os preços da oferta, ordena-os por ordem crescente de preços e aparece aquela escadinha (*slide 28*).

No mercado ibérico não se pode oferecer nem abaixo de zero nem acima de 180, como se verifica na curva da oferta que, depois, casam com a curva da procura e quando as duas linhas se encontram, determina-se o preço. Este preço é o preço a que as centrais estão à esquerda do ponto de interceção, todas elas produzem aquilo que ofereceram e recebem aquele preço. Todas as que estão à direita do ponto de interceção não entram, não produzem.

Reparem que há uma série de centrais que estão representadas na linha do zero. São centrais que têm custo marginal zero ou praticamente zero, em que, por exemplo, a hídrica está representada porque não se paga pela água; a solar também está, porque não se paga pelo sol; a eólica, igualmente, porque não se paga pelo vento. E depois vão crescendo o carvão e o gás natural, que vão entrando consoante as centrais.

Se pegarmos neste caso concreto para vos mostrar, se formos àquele sistema e retirarmos as centrais chamadas «renováveis PRE», a produção em regime especial, a pequena hídrica até 10 MW, as eólicas e as solares, tiramos a produção, a curva que está a verde desloca-se para a esquerda e vai determinar um novo ponto de interceção.

Reparem que no caso real verificaram-se — que, neste caso, não se tirou porque, como eu disse, foi a primeira hora do dia 1 de janeiro, das zero horas à meia-noite não há energia solar, portanto, a solar não aparece no gráfico — mas o preço que se verificou foi de 44,75 €/MWh, e se não existisse a PRE renovável, o preço teria sido 63,44 €/MWh.

Nesta hora, especificamente, a existência da renovável PRE fez baixar o custo de mercado em 18,69 €/MWh, ou seja, no mercado ibérico poupou-se 370 000 € só nesta hora, no mercado ibérico. Isto passa-se, também, a nível do mercado nacional. E isto é tão verdade!

E reparem: há aqui uma coisa muito importante de que é preciso falar, porque se diz, neste caso e no caso real, que o preço do mercado foi de 44,75 — e vamos dizer 45 para facilitar as contas —, e o preço médio da eletricidade renovável, neste ano, foi de 95 €/MWh. E diz-se que o sobrecusto das renováveis foi 50 €. Não é verdade, por dois motivos: primeiro, se nós não tivéssemos existido, o preço não tinha sido 44,75, tinha sido 63,44, há aqui uma diferença, e, segundo, o custo daquilo que se paga às renováveis é um custo total, em que tem todos os custos incluídos, e este valor do mercado é só o custo do combustível.

Temos de ter em intenção que as centrais térmicas também têm, além do combustível, que pagar o CAPEX (*Capital Expenditure*) e o OPEX (*Operational Expenditure*). Fiz umas contas grosseiras, não são detalhadas, e o custo, que varia de ano para ano, mas nos últimos cinco anos o custo do CAPEX em Portugal, nas centrais térmicas, oscila entre os 40 €/MWh e os 50 €/MWh. Quer dizer, se vamos considerar o valor médio de 45 e se eu somar os outros 45, tínhamos 90, já o diferencial era só 5. Mas se não tivéssemos as renováveis, o preço da eletricidade era os 63 mais 45, era 108! E é isto que, até agora, nunca ninguém veio aqui dizer! Não percebo porquê. Porque isto é assim, não estou a inventar.

E isto é tanto assim, que as renováveis fazem baixar o preço do mercado, que vou mostrar-vos um exemplo que se passou em dois anos no mês de abril, em abril de 2011 e em abril de 2016, dois meses que têm praticamente o mesmo consumo 3,9 TWh durante o mês de abril de 2011 e 4,0 TWh em 2016 (*slide 29*).

Em 2011 as renováveis só representaram 54% do consumo. Qual foi o preço? 46,85. Em 2016 as renováveis representaram 96% do consumo. Qual foi o preço? 23, 50. Em números redondos, é menos de metade. Isto é uma coisa real. E se nós dissermos... E agora pondo em comparação e vendo... Porque não são só as poupanças pelo efeito da ordem de mérito. Esqueci-me de dizer que na publicação que vos distribuí estes dois gráficos que mostrei agora estão no fim, nos Anexos, peço desculpa por me ter esquecido de vos dizer isso.

Também temos redução no custo da importação dos combustíveis fósseis e na poupança nas licenças de emissão de CO₂ que não se têm de comprar. Bem sei que isto não é comparável, mas nós fizemos uma análise dos anos de 2008 a 2015, desagregámos, fizemos hora a hora, tirar a renovável e pôr com e sem a renovável PRE e chegámos à conclusão de que o que se poupou pelo efeito da ordem de mérito nestes oito anos foi 8,7 mil

milhões de euros. O sobrecusto, mal calculado, o diferencial entre o mercado e o que eles recebem foi de 5,5 mil milhões de euros. Além disso, durante este período, Portugal poupou 5,2 mil milhões de euros na importação de combustíveis fósseis para a geração de eletricidade, carvão e gás natural, e 0,6 mil milhões de euros para o dia de aquisição de licenças de emissão.

Estes valores não são todos somáveis, mas são valores que não aparecem na fatura da eletricidade.

Para além disso, nós contribuímos financeiramente para os municípios, neste período de 2002 a 2018, com cerca de 288 milhões de euros, com a taxa dos 2,5% da eólica. Também houve o aluguer de terrenos e pequenos agricultores e tudo o mais, que já ascendeu a 230 milhões de euros.

Houve um investimento industrial superior a 720 milhões de euros, com cerca de 4000 empregos diretos e 55 000 indiretos. Eu sei que aqui, nesta Comissão, o Eng.º Carlos Pimenta e o Eng.º Aníbal Fernandes disseram — e que eu reforço — que seria de todo os interesse vocês visitarem uma ou as duas destas fábricas, para não criarem ciúmes entre os fabricantes porque é, de facto, notável. E como não tenho qualquer interesse nas fábricas, posso dizer-lhes — e mais adiante vamos falar na história do concurso e vou voltar a este tema — que as duas fábricas de pás, e fabricamos mais do que pás em Portugal, são as melhores fábricas do mundo dos dois grupo que cá estão, da Senvion e da Enercon. A Senvion, inclusivamente, tem estado a fechar fábricas na Alemanha para só fabricar em Portugal.

E agora não vou dizer qual dos fabricantes porque não quero estar a fazer competição, mas eu já soube de um comprador de aerogeradores australiano que disse a um dos fabricantes o seguinte: «Eu só compro a sua máquina se ela vier equipada com pás feitas em Portugal» e isso ficou escrito no contrato. Porquê? Porque as pás feitas em Portugal têm menos defeitos e são mais eficientes. Os fabricantes alemães — a Senvion e a Enercon são

alemães — estão a enviar os seus engenheiros para aprender a fazer as coisas com os portugueses. Estão a levar operários portugueses para lá. É uma coisa que não aparece na fatura, mas é daquelas que nos deve orgulhar. A mim orgulha-me e não trabalho na fábrica, e acho que isso também é importante.

Além disso, já temos exportações superiores a 400 milhões de euros por ano e a redução da dependência energética, neste período de 2006 para 2016, baixou de 82% para 75%, de uma forma consistente e à custa da eletricidade renovável. Estas coisas não aparecem na fatura, mas são coisas que se têm de considerar e esta Comissão tem de ter isto em linha de conta.

Como eu disse aqui, somando tudo o que foi feito, já foi investido no interior, entre 2002 e 2018, 650 milhões de euros. Não conheço nenhum projeto privado que tenha investido tanto no interior, diretamente: aquilo que se paga às câmaras muitas vezes representa dois terços ou três quartos do dinheiro que as câmaras têm para o investimento, porque os orçamentos estão muito baseados em pagar os custos fixos de pessoal e tudo mais e muito menos para fazerem investimentos. Além de, muitas vezes, nos exigirem investimentos adicionais.

Chamo a atenção de que estes valores são somas, não houve atualização de dinheiro; fui ao dinheiro de cada ano e somei-o.

Não há rendas excessivas, porque as alternativas são mais caras. Além do que já vos mostrei, no *slide* sobre o *Levelized Cost of Energy* (LCOE), as afirmações que falam de rendas excessivas baseiam-se na ideia pouco realista de comparar a tarifa real, como eu disse, da PRE, com apenas o custo do combustível e ignorando o custo do CAPEX (*slide* 6).

Já por várias vezes que tenho vindo aqui à Assembleia da República venho de táxi, o táxi custa-me 5 € e pergunto ao motorista: «Oiça lá, nesta corrida quanto é que gastou de gasóleo, em euros?», «Ah, gastei 1 €». Se eu fosse adotar a mesma filosofia, o diferencial entre o 1 € do gasóleo e os 5 € que eu lhe paguei é uma renda excessiva? Não é, porque esses 4 € são para

pagar a aquisição do táxi, o seguro, a oficina, os pneus, o ordenado do motorista e o lucro eventual do dono do táxi. É a mesma coisa. Como vos disse há bocadinho, além do custo marginal temos de adicionar o CAPEX e o OPEX que aqui estão.

Entre 2001 e 2007, a atribuição da potência eólica promoveu um regime concorrencial e transparente monitorizado e controlado pela DGE (Direção-Geral da Energia). Não houve aqui favorecimento nenhum, esta atribuição de potência eólica respeitou todo o enquadramento legal, nomeadamente as regras exigentes e rigorosas para a contratação pública no setor da energia e teve também a aprovação dos municípios, porque sem a aprovação dos municípios não se pode construir uma central eólica.

As tarifas pagas à eletricidade eólica estiveram sempre em sintonia ou eram inferiores às praticadas nos países da União Europeia. E agora voltando ao anexo, vejam aqui a comparação: os valores em Portugal — e Portugal tem dois valores, o valor de cima é o que recebemos, o valor de baixo é o que efetivamente recebemos, porque está descontado o que vai diretamente para os cofres dos municípios, não é recebido por nós — são sempre bastante inferiores aos que aparecem em países como a Alemanha, a Espanha, a Itália e a França. Mas atenção, não é comparável se compararmos só as tarifas, pois há outros fatores que não aparecem aqui e que não podem ser comparados. Por exemplo, há países em que a ligação entre a central renovável e a rede é paga pela rede. No nosso caso pagamos nós. Há países que têm limites de... Há um país que diz que a licença para a construção da central renovável tem de ser dada no máximo em 180 dias.

Os Srs. Deputados sabem quanto tempo leva, em média, a licenciar uma central eólica? Em média leva cinco anos, cinco anos! Sabem quanto tempo levou a licenciar a central a gás do Carregado? Não chegou a dois anos. Nós poluímos, eles não!

Sabem quanto tempo leva, em média, a licenciar uma pequena central hídrica de 2 MW, 3 MW ou 4 MW? Leva entre 15 a 20 anos. Só um louco é que quer construir uma pequena central hídrica em Portugal! Só um louco! E não pensem que é entregar o projeto e ficar a aboborar à espera. Não, há sempre mais exigências: quero mais isto e mais aquilo, e muda para ali e muda para acolá! São custos brutais que estão envolvidos e não estão quantificados.

Por exemplo, na análise que foi aqui feita pela Presidente do Conselho de Administração da ERSE, a Dr.^a Cristina Portugal, que se referiu aos custos de rentabilidade, pergunto: e quantos projetos não vão para a frente, em média, nesses cinco anos? Eu licenciei muito, negocieei muita coisa, quer ao nível ambiental, quer ao nível... ajustar e tudo o mais. Eu tive centrais eólicas que mudaram quatro vezes de sítio: agora não é aqui, contratei os terrenos e medi e agora já não é aqui, vai para o lado e volta a instalar uma torre de medição e volta a contratar terrenos, e depois diz «não, você só tem 30, mas ali só deixo meter 20» e onde é que faço os outros 10?... Onde é que isto está quantificado? Só se quantificam os custos de desenvolvimento 1. E os outros que não vão para a frente? Há custos brutais e que não são quantificados.

Qualquer das opções, a de se ter apostado em mais centrais a combustíveis fósseis ou em centrais nucleares, teria um custo superior para o País. Posso dizer-vos que está a falar-se, na Grã Bretanha, na Central Hinkley Point C (somerse). A Hinkley Point C tem uma tarifa garantida por 35 anos de 115 €/MWh e, além disso, é da responsabilidade do governo britânico a gestão dos resíduos nucleares, os custos de qualquer acidente nuclear, a construção das linhas de ligação à central, os benefícios fiscais e a garantia, o aval do Estado britânico junto dos financiadores do projeto. Isto vale muito dinheiro, em cima dos 115 €, mas, muitas vezes, isso não é considerado.

Queria desfazer agora um conjunto de boatos, ideias e mitos sobre as renováveis. Primeiro: as eólicas só funcionam à noite. Tenho aqui um diagrama produzido pela REN da média de produção ao longo das 24 horas.

Como podem ver (*slide 7*), as eólicas, durante o dia, têm um abaixamento que não chega a 10% sobre o valor médio e produzem mais à noite, mas não produzem só à noite, produzem o tempo todo. Portanto, este mito é falso.

Segundo: quando há excesso de renováveis exporta-se a zero (*slide 8*). Vou dizer-vos o seguinte: no ano passado, o número de horas em que se exportou ou importou a zero foi nulo — houve ali um quarto de hora, uma coisa que passou —, mas em 2018 não houve nenhuma hora a zero e o preço menor foi de 2,30 €, em março, que foi um mês em que a produção de energia renovável excedeu o consumo.

E vou mais longe: o que nos interessa analisar é o preço médio entre a importação e a exportação e, em 2018, houve um saldo líquido exportador de 171 milhões de euros. Posso dizer-vos que Portugal importou cerca de 3 TWh no ano todo, a um valor médio de 52 €/MWh, uma importação no valor de 156 milhões de euros, e exportou 5,65 TWh a 57,8 € do valor médio, portanto, exportou 327 milhões de euros. Ou seja, em Portugal, em 2018, houve cerca de 670 horas — 28 dias, em números redondos, não são seguidos mas é quase um mês — em que a produção de renováveis excedeu a procura e o preço médio nestas horas foi de 37,66 €.

Portanto, quando há excesso de renováveis o preço não é zero! Este é mais um conceito que é falso.

Há mais: disseram «As renováveis são intermitentes». Intermitente é o pisca-pisca do carro: acende, apaga; acende, apaga. As renováveis, não. Existem modelos de previsão matemática ao nível da eletricidade e da radiação solar que são extremamente precisos.

Os Srs. Deputados têm consciência de que com uma semana de antecedência consegue-se prever a produção renovável com um grau de fiabilidade da ordem dos 90%? Com uma semana de antecedência! Eu retirei este gráfico da REN (*slide 9*), da previsão e da produção, e podem ver que os desvios são mínimos.

O que deve dizer-se é que a produção renovável é variável, que a sua variabilidade é previsível e que o erro com que é feita essa previsão é semelhante ao erro com que é feita a previsão do consumo. Não é nada do outro mundo e cada vez é mais possível de se conseguir fazer. Portanto, isto não é falso, é de variabilidade previsível.

Mas há outra coisa para a qual queria chamar a vossa atenção. Aparecem uns especialistas a dizer: ah, em Portugal continental temos 5300 MW de eólicas e o vazio não chega a 4000 MW — o vazio é 4400 MW, o mínimo, a ponta mínima, a média de vazio anda na casa dos 4800 MW — portanto, temos excesso de eólica, que fica e não faz...

Não é assim; para termos esse excesso que se afirmava seria preciso que em todo o País, simultaneamente, estivesse a soprar o vento na força máxima e todas as máquinas estivessem disponíveis. Como podem ver neste gráfico, por exemplo, o valor máximo que se teve numa noite de inverno de potência disponível de eólica a funcionar andou na casa dos 4400 MW-4500 MW e só funciona porque há exportação.

Também se diz muita vez que há excesso de produção. Primeiro, em eletricidade não pode haver excesso de produção e teria sido bom que o Prof. Peças Lopes vos tivesse explicado isto.

Se, por exemplo, tivermos a produção a consumo constante, toda constante, e aumentássemos a produção de eletricidade, o que é que aconteceria? Não sentiríamos nada, mas iria aumentar a frequência; quando aumenta a frequência as máquinas desligam.

Como temos corrente alterna, com a frequência controlada por frequência, o sistema autoajusta-se à milésima de segundo, não há produção. Quando não há consumo há máquinas que se desligam ou que passam a produzir menos. Também nós, nos nossos carros, nunca estamos a utilizá-los prego a fundo, senão andaríamos em excesso de velocidade e apanharíamos multa. Consoante o caminho nós vamos ajustando o acelerador para acertar a potência do carro ao esforço que ele tem de vencer para se deslocar.

Aqui é a mesma coisa: enquanto no carro é a nossa visão, o nosso sentir; na corrente elétrica é a frequência que faz este ajuste automaticamente.

Também se diz que as bombagens nas centrais reversíveis só existem para fazer *backup* às centrais (*slide* 10).

A bombagem é usada em Portugal muito antes de existir produção eólica. Países como a França, Áustria e Suíça utilizam muito a bombagem e têm, percentualmente, muito menos eletricidade eólica do que nós. Mesmo na hipótese absurda de considerar que a bombagem em Portugal só usa eletricidade de origem eólica, nos últimos cinco anos a bombagem apenas teria usado 10% a 15% da eletricidade produzida pelas centrais eólicas. Quer dizer, os outros 85% a 80% foram usados diretamente. E não é a bombagem — não vou estar aqui a explicar-lhes para que é a bombagem, poderei explicar mais adiante —, ela não é para isso.

Mais: é preciso chamar a atenção que, com o impacto previsível das alterações climáticas e o previsível decréscimo da hidraulicidade, a bombagem ainda se torna mais essencial, quer haja eólica, quer não haja eólica. Este é mais um mito que é falso.

Também se diz que a culpa do défice tarifário é das renováveis (*slide* 11). Não é! Mas, por exemplo, eu tenho aqui comigo, e deu-me muito trabalho a compilar isto tudo, as receitas do Estado provenientes de empresas do setor energético (eletricidade e gás natural), onde temos os valores

colocados por anos e em que temos: as subconcessões do Alqueva e Pedrógão; os concursos das Fases A e B do Fundo de inovação (ENEOP e da Ventinvest); as licenças das centrais hídricas, constantes do Programa Nacional de Barragens; a extensão do domínio público hídrico; o concurso das licenças das pequenas centrais hídricas; o concurso das licenças da solar; a venda das licenças de CO₂; e impostos.

Por exemplo, os concursos das renováveis têm sempre de pagar, os concursos das fósseis nunca pagaram nada e se nós juntarmos esse dinheiro todo desde 2007 a 2018, falamos em 2097 milhões de euros, esta é a soma aritmética e este dinheiro saiu do setor elétrico e foi direitinho para o Orçamento do Estado.

É uma opção política e se querem a minha interpretação pessoal é que o Estado vai financiar-se nas empresas elétricas e dá a essas empresas uma autorização para ir buscar esse dinheiro ao consumidor de eletricidade e, depois, diz-se que a eletricidade é cara. Portanto, este é mais um conceito que é falso.

Eu vou mostrar-vos este gráfico (*slide* 12) onde a linha a preto é a evolução da dívida tarifária. Se eu fosse a esta dívida tarifária e retirasse aquelas barras que eu pus, nós não tínhamos uma dívida, no final do ano passado, de 3654 milhões de euros teríamos só 1557 milhões de euros. E a este valor ainda seria, eu não o fiz, porque não consegui determinar os números, inferior, porque o sistema não estaria a pagar os juros daquele montante e, como é muito difícil conseguir perceber os juros a cada ano, eu não consegui fazer a conta, mas eu estimo que, se calhar, vínhamos ligeiramente abaixo dos 1000 milhões de euros pelo que não havia, praticamente, dívida tarifária.

E quando é que a dívida sobe? Reparem: sobe de 2008 para 2009, e porquê? Foi quando subiram os preços dos combustíveis fósseis e não se fez acompanhar o preço para os consumidores; depois, voltou a baixar; e em

2011 houve uma série de fatores – que não sei quantificar cada um por si –, um aumento outra vez do preço dos combustíveis, um aumento do custo do dinheiro e, também, uma opção política de o dito sobrecurso das renováveis não ser pago na totalidade num ano, mas fazer um diferimento para cinco anos.

Estas foram as opções políticas que levaram a isto, portanto mais um argumento, uma questão, que é falsa.

Também se disse aqui que os projetos que começaram vários anos depois da data de atribuição da potência beneficiaram os promotores, mas isto não é verdade (*slide* 13). Estes atrasos da concretização ficam a dever-se, sobretudo, a motivos alheios aos promotores, nomeadamente a questão de atrasos das entidades licenciadoras.

No caso de uma central eólica temos de contactar 28 entidades. Uma das coisas pela qual lutamos há muitos anos é ter um balcão único ao qual nós fazemos um pedido, pelo seguinte, Srs. Deputados: se eu fizer um pedido de informação, por exemplo à ANA, sobre a navegação aérea por causa das rotas de comunicações, eles não têm prazo para me responderem, mas se esse pedido, por exemplo, em vez de ser veiculado por um promotor individual, fosse veiculado por um serviço público, por exemplo, pela Direção-Geral de Energia e Geologia, esse organismo tinha 20 dias para responder e se não respondesse no prazo de 20 dias quer dizer que não tinha nada contra.

Portanto, nós sofremos com isso, e este é mais um dos custos que está no sistema que agrava isto tudo.

Temos também atrasos com as acessibilidades, as ligações à rede, todas essas coisas estão aqui, mas, por exemplo, no caso dos concursos, grande parte das máquinas e equipamentos a instalar as suas características e preços foram fixados com a assinatura do contrato. Portanto, com o atrasar do projeto, o promotor não ganhou nada.

Mais: piorou, porque a tarifa que está em vigor com o Decreto-Lei n.º 33-A/2005 diz que a tarifa é atualizada com a inflação só a partir do momento em que a central entra em operação. Quer dizer que com o atraso a tarifa está a ser desvalorizada pela inflação, desvalorização essa que é válida durante todo o período da tarifa *feed-in* que é aplicada. Nós temos uma perda real com o atraso; não temos um ganho, pelo que esse é mais um argumento que é falso.

Mais um argumento que é falso: dizem que as eólicas não estavam maduras em 2005 e que os objetivos eram demasiado ambiciosos (*slide 14*). Há que pôr em contexto: nós tínhamos de cumprir estas quatro diretivas e também temos de lembrar-nos que, entre 2005 e 2008, o preço do barril de petróleo foi sempre superior a 80 USD, atingindo os 150 USD em julho de 2008.

Ora, as previsões do crescimento do consumo de eletricidade eram francamente superiores às que se vieram a verificar e as políticas foram definidas com estas visões.

Mais: não nos podemos esquecer que já assinámos dois acordos internacionais – o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris – e nestes dois documentos o que está subjacente é a descarbonização da economia, nomeadamente a descarbonização da eletricidade.

Ora, esta descarbonização quer dizer que temos de passar a produzir mais eletricidade emitindo menos CO₂, não é o contrário, e se me disserem que Portugal tem potência a mais é verdade, mas é potência fóssil não é renovável, porque nós – este Governo já o disse, e tanto quanto eu percebi foi secundado por todos os partidos – queremos descarbonizar Portugal até 2050. É um *must*! E para descarbonizar temos de desligar as centrais fósseis e substituí-las pelas centrais renováveis e isso não se faz com um estalar de dedos; tem de ser feito gradualmente e tem de se fazer. Portanto, este é mais um argumento que é falso.

Para terminar, quero dizer que nós temos é de olhar para o futuro.

Eu fui ver hoje a primeira sessão desta Comissão, quando foi a vossa tomada de posse, para voltar a enquadrar tudo, ver os documentos e tudo o mais e digo-vos que têm de analisar entre 2004 e 2018 – 2019 já fica de fora – não era previsível que a Comissão se prolongasse tanto no tempo, mas ainda bem que se está a prolongar.

Portanto, repito, acho importante olharmos para o futuro e para o futuro nós temos uma tradição energética em que temos um novo paradigma (*slide 15*): passamos a ter um mercado único; mobilidade elétrica tem um peso muito grande; o armazenamento de energia também vai passar a ter um peso maior; a eficiência energética; o consumidor; as redes inteligentes; e a digitalização, tudo isto vai mudar.

Temos, agora, também, um roteiro para a naturalidade carbónica em que temos de integrar o setor da energia, os transportes, os resíduos, a agricultura e a economia circular, tudo isto, para conseguirmos ter, em 2050, a neutralidade carbónica.

No futuro, temos de olhar para a transição energética. Um futuro descarbonizado na geração de eletricidade é o objetivo e faz baixar os custos para o consumidor final (*slide 16*).

A meta para 2030 é de 80% de eletricidade proveniente de fontes renováveis e, em 2050, 100%.

Olhando para o final de 2017, nós tínhamos 13 400 MW de energias renováveis e em 2030 vamos ter 27 650 MW, de acordo com os valores que estão disponibilizados na DGE, ou seja, vamos duplicar a potência renovável e, ao mesmo tempo, quase que vamos dividir por dois a energia não renovável e vamos passar de cerca de 20 000 MW, em 2017, para 31 500 MW, em 2030, do total da potência instalada.

Na transição energética, e de acordo com o roteiro da neutralidade carbónica (*slide17*), vamos ter reduções de emissões entre 45 e 55%

relativamente a 2005; vamos ter 47% de fontes renováveis na eletricidade, nos transportes e no aquecimento/arrefecimento.

Há uma mudança radical do que se está a passar, nós tínhamos o objetivo de ter 31%, em 2020, mais a eficiência energética. Vamos reduzir o consumo de energia primária em 12%, relativamente aos valores de 2005, e vamos, também, mudar a intensidade energética.

Fizemos um estudo com a equipa da Prof.^a Júlia Seixas da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa em que analisámos três cenários para a transição energética (*slide* 18): um primeiro cenário é o *business as usual*, é atingirmos 60% de eletricidade renovável e mantermos até ao fim; o segundo cenário era um cenário em que reduzíamos 60% as emissões, relativamente a 2005; terceiro cenário seria reduzirmos 75%, tudo isto em 2050.

Posso dizer-vos que o cenário da neutralidade carbónica é reduzir 86% as emissões relativamente a 2005, o que é ainda mais ambicioso do que aquilo que fizemos em 2017.

Passo a mostrar-vos dois parâmetros: um primeiro parâmetro é a dependência energética.

No cenário de *business as usual* a nossa dependência passa para 69%; no cenário de redução de 60% passa para 46%; no cenário de redução de 75% passa para 33%. Não tenho aqui os dados do roteiro da neutralidade carbónica, mas estamos a falar em dependência do exterior em cerca de 12 a 15%, o que é muito importante para a nossa economia.

Depois, há a redução no custo da eletricidade. O cenário conservador com a mitigação de 60%, em 2050, consegue reduzir-se 86% do custo da energia, o que dá 1700 milhões de euros em 2050 – não é acumulado é num ano – e num cenário de mitigação de 75% a redução é menor, porque há uma maior exigência de eletricidade e temos de recorrer a produções que são mais caras.

Portanto, o futuro é importante (*slide 19*)! Mais eletricidade a partir de renováveis, a eletrificação dos transportes, a eletrificação do calor e frio e isto está tudo subjacente a uma maior eficiência energética.

Em 2016, tínhamos 28,5% de renováveis no uso total de energia e em 2030, vamos ter 47% – atenção que nos dados relativos a transportes não se inclui a aviação e a navegação.

Ora, isto quer dizer que, em termos médios, temos de incorporar por ano, até 2030, 1,5%. Há um trabalho muito grande para fazer e é um trabalho em que vai ser importantíssima a colaboração de todos, e quando digo de todos é de todos!

O esforço nos próximos 10 anos (*slide 20*) será 2,35 vezes o que foi feito nos últimos 10 anos, partindo do princípio que vamos chegar a 2020 com 31% das energias renováveis.

Mas no caso de não chegarmos (*slide 21*), eu acredito que não vamos chegar, tivemos uma estagnação, então, em 10 anos, vamos ter de fazer o dobro do que foi feito nos últimos 15 e se nos últimos 15 já foi difícil — porque nos últimos seis anos houve bastante estagnação —, o que está à nossa frente é muito importante e é nesta questão que temos de concentrar os nossos esforços.

Atenção que a seriedade da crise climática e a impossibilidade da manutenção do velho paradigma (*slide 22*) são temas muito importantes.

Na terça-feira passada, na Assembleia da República, quando foi a sessão sobre a baixa tensão, tive oportunidade de falar com o Secretário de Estado João Galamba, que tinha acabado de chegar de Abu Dhabi. Como os senhores sabem, ele é um recém-chegado ao setor e ele disse-me: «Estou impressionado com o reconhecimento que Portugal tem lá fora». Casa de ferreiro, espeto de pau! Cá não somos reconhecidos.

Reparem naquilo que vou mostrar (*slide 22*): Al Gore, no documentário *Uma sequela Inconveniente* mencionou Portugal e disse que

Portugal usou durante quatro dias ou quatro dias e meio, em 2016, só energias renováveis.

O Bernie Sanders apresentou Portugal como um exemplo nas renováveis (*slide 23*); o *The Guardian*, qualificando os factos de 2016, elegeu como o terceiro momento da ciência o facto de, em Portugal, termos tido os tais quatro dias só a renováveis; França apresentou, no Channel 1, Portugal como um dos campeões europeus nas renováveis, apontando-o como exemplo do que deve ser feito em França; António Guterres veio dizer em novembro que nas alterações climáticas estamos todos a falhar (*slide 24*).

Acho que nós, Portugal, estamos à beira de falhar, mas ainda estamos no bom caminho para fazer...

Recentemente, o economista português Alfredo Marvão Pereira, radicado nos Estados Unidos (*slide 25*), disse que o que deve nortear a política económica em Portugal na próxima década é a descarbonização.

A nossa principal preocupação (*slide 26*) é definir estratégias sustentáveis para a energia, evitando e aprendendo com os erros do passado. O nosso tempo e esforço deve ser utilizado a preparar o futuro e não a diabolizar o passado.

O modo mais eficaz de fazer a descarbonização da economia portuguesa foi, é e será através do setor da eletricidade renovável. A eletricidade renovável, desde 2005, tem induzido uma tendência em baixa de preço da eletricidade no mercado marginalista, o que se vai acentuar na próxima década.

A eletricidade renovável permitirá continuar a reduzir a nossa dependência do exterior.

A eletricidade renovável permite uma maior estabilidade e segurança nos preços, pois não depende da volatilidade do preço dos combustíveis fósseis nos mercados internacionais.

É fundamental dar estabilidade e previsibilidade ao setor para, assim, reduzir os custos de capital e, portanto, os custos para o consumidor.

Só queria dizer, antes de terminar, uma palavra sobre um aspeto muito importante – e o nome desta Comissão fala de rendas, e já não vou discutir se é excessivo ou não: no setor da renovável não há rendas! Fui ver ao dicionário onde se diz que: «renda é uma quantia paga regularmente pelo locatário de uma casa ou propriedade ao seu proprietário». Quando tenho uma casa arrendada, pago uma renda todos os meses, independentemente de ir a casa ou de não ir a casa, de viver lá uma pessoa ou 50 — em minha casa não cabem, mas pronto! É independente disso!

O que temos é uma tarifa dada pelo valor do unitário que produzimos. Vou dizer-vos duas coisas importantes: por exemplo, uma pequena central hídrica, num ano seco, produz menos de um terço de num ano húmido. O que se recebe é um terço, porque temos o preço unitário.

Depois, há outra coisa que também não podemos esquecer: nunca viemos dizer «agora tem de subir ou tem de baixar». Não! Nunca se tocou nesse aspeto, mas... Nós fazemos baixar o preço e é o nosso preço completo que não é comparável, mais uma vez, com o que se passou nos outros aspetos.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Engenheiro por esta introdução.

Vamos dar início à primeira ronda de perguntas que hoje se inicia com o CDS-PP.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Hélder Amaral, por 8 minutos, para fazer as suas perguntas.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria, obviamente, cumprimentar o Sr. Eng.º António Sá Costa e dizer-lhe que é um prazer revê-lo.

Temos tido ao longo do tempo oportunidade de aprender, perceber melhor o panorama das renováveis, mas, ainda assim, agradeço a exposição inicial que trouxe.

Queria começar, no entanto, com uma primeira pergunta que tem a ver com a resposta que quis antecipar. Já sabemos que fez uma declaração de interesses, mas falta saber em concreto sobre que energias renováveis e qual é ...

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Fotovoltaicas. Disse fotovoltaicas.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não tinha percebido. Mas responderá depois.

Queria dizer-lhe, também como declaração de interesse nossa, para que não haja dúvidas, que somos favoráveis às energias renováveis e, que me lembre, não vi ninguém aqui criticar os objetivos, os pressupostos, os princípios, os acordos internacionais. Até porque os acordos internacionais que nos obrigam a essas metas são aprovados, *grosso modo*, por unanimidade. Portanto, parece que, nessa matéria, se perguntar se alguém quer ter menos centrais a carvão e mais renováveis a resposta é: sim! Julgo que é a de todos.

Se perguntar se queremos diminuir a intensidade energética do PIB (produto interno bruto), a resposta é sim, em coro e de todos. Logo estamos todos de acordo.

Tem havido críticas para se saber se deveríamos pagar tanto para tanta capacidade durante tanto tempo. É uma dúvida e há quem diga: chegámos aos 1800 MW e foi — já não me lembro do adjetivo — um monstro elétrico, se não foi isto foi outra coisa qualquer parecida. Ou seja, se tivéssemos 1800 MW não passaria nada, estava tudo bem!

É isso que queremos saber, ou seja, exatamente de que quantidade estamos a falar. Queria perguntar-lhe se, de acordo com a interpretação que fez e a apresentação que acabou de fazer, tudo correu bem. Não há nenhum problema nas renováveis? O sistema que se fez é perfeito? Não custa nada ao contribuinte?

O Dr. Peças Lopes dizia que havia uma forma de pagar isto que é via Orçamento do Estado, mas a opção não foi essa, mas a via contribuinte. Percebo o seu argumento: contribuímos para o Orçamento do Estado. Também pago impostos e pago consultas e transportes.

É evidente que é para o Orçamento do Estado, mas a verdade é que, e não sou eu que digo, foi a DECO (Defesa do Consumidor) e, aliás, foi o antigo Secretário de Estado do Partido Socialista que fez esse parecer, na fatura os CIEG (custos de interesse económico geral) sobre as renováveis pesam perto de 40%. Portanto, quem nos estiver a ouvir fica baralhado: porque já pagam impostos e, afinal, ainda pagam isto.

Queria dizer-lhe também, para terminar este ciclo de perguntas, que não está sozinho, porque o Eng.º Aníbal Fernandes afirmou que estas *feed-in tariffs* bonificadas não têm rendas. Independentemente do conceito de renda no dicionário, também disse que não há rendas excessivas. Até diz mais, e vou citar: «tirem as renováveis desse pesadelo».

Como vê, temos aqui opiniões para tudo. Portanto, aproveitando a oportunidade de ter aqui quem representa o setor, pergunto se devemos parar já por aqui a audição porque está tudo bem ou se quer ainda contribuir com um ou outro aspeto em que podemos laborar e discutir seriamente para perceber onde está o problema. Senão até o Governo da geringonça fica mal, porque neste Orçamento quis criar uma contribuição extraordinária para as renováveis que estiveram sempre de fora e o que perpassou no debate foi que havia aí sobrecusto e que era preciso também chamar as renováveis a contribuir para o tal esforço de equilíbrio.

Gostava que me respondesse a estas questões, para começar.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Sr. Deputado, temos falado já de longa data. Julgo, e pegando em duas ou três coisas que disse, antes de ir às perguntas, que o setor da eletricidade renovável e mesmo a questão da descarbonização tem sido um dos setores que, na Assembleia da República, ao longo de mais de uma, duas, três décadas que o sistema leva, tem merecido dos mais profundos consensos.

Às vezes onde não aparecem consensos é em alguns detalhes, mas é onde temos tido um dos mais profundos consensos neste processo todo. Disso não dúvida nenhuma!

Queria referir-lhe também que quando dizemos «diminuir a intensidade energética no PIB», queremos dizer que diminuir a intensidade energética no PIB, sim senhor, é um desígnio, mas quando aumentamos a eletrificação, aumentamos a intensidade elétrica no PIB e isto não é uma coisa que seja má.

Dou-lhe o exemplo: vai fazer quatro anos que conduzo o meu carro que é elétrico e faço os usos normais com entre um quarto e um quinto da energia que faria com um carro a combustão interna. Portanto, estou a fazer a mesma coisa, com menos energia. Mas estou a gastar mais eletricidade do que antes.

Quando pegarmos, num dia, e tivermos a mobilidade toda elétrica, baixamos... Digamos, vou tirar quatro unidades do transporte e só vou acrescentar uma na eletricidade. Estas quatro desaparecem, a fatura total, o consumo total da energia diminui mas o da eletricidade aumenta.

Mas estamos a fazer uma coisa com um quarto da energia e isso é que é o importante. Quando se ouve dizer que os 1800... Oiça, isso são tudo números de fantasia, porque temos, e repito aquilo que disse no fim, de ter a

eletricidade de base e em balanço 100%. E como diz o povo: o caminho faz-se caminhando. Temos de ir aos poucos e poucos substituindo.

Por exemplo, quando sair a central do Pego, que chegou ao fim de vida e são 680 MW, ou os 1200 MW de Sines, saem assim, com um estalar de dedos. E não conseguimos instalar capacidade ou solar, ou hídrica ou eólica assim, com um estalar de dedos. Vai-se instalando e vai havendo uma certa sobreposição.

Quero dizer-lhe que, quando era Ministro da Economia, com a responsabilidade deste setor, o Dr. Manuel Pinho chamou-me uma vez, e eu já era, na altura, Presidente da direção da APREN, e disse: «Tenho aqui um plano para fazer...». Apresentou o plano todo. Não havia praticamente solar, na altura, era uma réstia, não tinha o desenvolvimento que se pretende agora, não tinha os custos que tem hoje. Ele tinha uma proposta que era no sentido de instalar, até 2020, 8500 MW eólicos.

Disse-lhe: «Sr. Ministro, vai-me desculpar, mas isso é uma utopia. No máximo, dos máximos vamos ter 6500 MW. Com algum esforço, se houver um aumento de consumo, vamos ter 7000 MW».

Ele até se zangou comigo e disse: «Então, você que é Presidente das renováveis tem uns objetivos menos ambiciosos do que eu?!»

E eu disse-lhe: «Sr. Ministro, é porque estou do lado dos que constroem e temos de ser realistas sobre o que é aceitável» Isto nas condições que se previam na altura.

Posso dizer-vos que no Plano Nacional de Energia e Clima, para 2030, já se começa a falar num aumento muito maior — porque, na altura, não se falava na mobilidade elétrica, nem havia estas questões que se estão agora a pôr —, ou seja, já se começa a falar para 2030 de um valor desta ordem de grandeza, de 8000 MW.

Portanto, as coisas têm de ser vistas assim. E as mudanças, os custos? Não há custos para o contribuinte, são só os custos para o consumidor.

Sr. Deputado Hélder Amaral, quem consome é quem tem de pagar. Há as questões todas que aparecem, sim senhor, mas se uma pessoa consome mais, paga mais.

Quem anda mais de automóvel, compra mais gasolina ou mais eletricidade. Quem anda menos, compra menos. Quem vai mais vezes ao cinema, paga mais bilhetes. É uma coisa que tem de ser assim e disso não há dúvida nenhuma.

Mas os CIEG, custos de interesse geral, são opções políticas que são feitas e que estão assim. Muitas delas, na minha opinião, não deviam estar na conta da eletricidade.

Vou dar-lhe dois exemplos: o primeiro é a contribuição para o audiovisual. Por que é que a contribuição para o audiovisual há de estar na conta da eletricidade e não na conta das televisões por cabo que estão por aí?! Era aí que devia estar, porque elas é que estão a fazer concorrência.

Outra coisa que vou dizer é que acho que aqui houve sempre uma dualidade de critérios, e não é de agora, não é desta legislatura a comparação que vou fazer.

Ainda na terça feira passada se falou aqui nesta Casa, a propósito da baixa tensão, na questão da igualdade tarifária para todo o País. É fundamental! Não podemos deixar de ter isso. E não temos dúvidas nenhuma que a produção de eletricidade nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é mais cara do que é aqui. Há um fator de escala e isso tem de ser uniformizado, e que o seja! Mas por que há de ser o consumidor de eletricidade de Portugal a pagar? Vou dar um exemplo que no passado existiu em que não era assim.

Como se deve recordar, durante muito tempo, o residente nas regiões autónomas só pagava metade do bilhete de avião e a outra metade era paga pelo Orçamento do Estado. Não era paga pelos outros passageiros do avião! Está correto que tenham um apoio, sim senhor, estou de acordo, mas não

ponham os consumidores de eletricidade a fazer política social. Ah, não vai de um lado, vai do outro... Mas isto são distorções que vão entrando...

Por exemplo, em Espanha existe a mesma questão e não são os consumidores de eletricidade que vão pagar a diferença de custos para as Baleares e para as Canárias. São coisas que nos vão distorcendo e é o que é.

Quanto à questão da CESE (Contribuição Extraordinária para o Setor Energético), repare que a CESE é um imposto estúpido — ainda ontem o Dr. Eduardo Catroga aqui o referiu —, e é estúpido em dois sentidos: primeiro, quem mais investe é quem mais paga e, segundo, no que diz respeito às renováveis, pagam mais as mais novas, que são as que recebem as tarifas mais baixas.

Tenho um exemplo de dois associados da APREN com pequenas centrais hídricas que entraram em operação há dois anos, que têm um período de amortização de 35 anos — aí estão praticamente amortizadas —, e eles vieram ter comigo e disseram: «Sá da Costa, as minhas contas são assim: se o ano de 2019 for um ano médio, a CESE que tenho de pagar representa 8% da faturação; se for um ano húmido representa 15% da faturação.» Ora, centrais acabadas de entrar em operação, que, como devem imaginar, é quando a dívida à entidade financiadora é maior, se levam um rombo mesmo de 8%, desta natureza, vão falir, não cumprem o rácio e o banco vai entrar em posse das centrais.

Não está certo! Não está certo e não me parece bem! E aparecem impostos que são lançados assim um pouco *a posteriori*.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Doutor, estava na expectativa de que me explicasse não a versão da vaca leiteira do Dr. Manuel Pinho, que é a de que a fatura apanha com tudo, nem tão pouco em que é que discorda com o Dr. Manuel Pinho, que sei que discorda e, em determinada altura, disse até que ele fez mal ao setor,...

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Algum mal!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Algum mal, embora não seja essa a perceção que se tem, mas queria antes que me explicasse alguns problemas e alguns defeitos porque os que fazem leituras mais bondosas dizem que só houve um certo voluntarismo. Até perguntei se estava tudo bem nas renováveis. Registo que o Eng.º Miguel Fernandes foi até um pouco mais longe, sendo também um grande adepto, e disse que há pelo menos uma, que é a biomassa, que é a desgraça — isto está nas nossas atas — porque metade das licenças ficaram sem utilização, continuam a ter tarifa garantida, etc., etc. Mas não foi capaz de me dizer um setor, uma renovável ou um problema das renováveis.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do Orador.*

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Mas eu ainda não terminei!

Não tenho nada contra as renováveis, mas também conheço poucos negócios onde haja preço garantido e escoamento garantido. Há poucos negócios onde eu, para produzir no meu negócio, tenho um subsídio mas sei que tem prioridade. Aliás, tive oportunidade de visitar o despacho e as renováveis têm prioridade. Portanto, é preço garantido para escoamento garantido, o que também não é um mau negócio apesar de todos os objetivos serem percebidos e, volto a dizer, com largo consenso, tirando o Eng.º Guterres que podia ter dito que «estamos todos a fazer mal e sai de Portugal»... Era da mais elementar justiça, porque todos os outros países elogiam Portugal exceto o Eng.º Guterres, e por isso é que eu dizia que era um ingrato...

Queria perguntar-lhe o seguinte: então, se tínhamos CAE para prosseguir os tais objetivos das diretivas europeias, da integração no MIBEL, e passamos para CMEC — e não lhe vou perguntar se considera que nessa transição houve alguma renda excessiva, mas se quiser contribuir, faça favor —, no regime de produção ordinária, passamos a ter o regime especial. É verdade ou não que as centrais em regime ordinário ficaram a servir de *backup* às renováveis e se se configura ou não — alguns consideram que sim — que é nessa junção e nesse *mix* que se geram algumas rendas excessivas? Pagamos nos CMEC, ainda pagamos no *backup*. Tanto assim é que é o próprio regulador que diz isso, não é o Deputado Hélder Amaral, nem é o CDS ou outro Deputado, é o próprio regulador!

Eu também critico o regulador porque ele deteta e informa um valor para uma renda excessiva. O senhor diz que não há mas vou dar-lhe um exemplo de uma renda excessiva que o regulador aponta, que é a dos testes de disponibilidade às centrais, que o regulador quantifica em 275 milhões. Depois até houve quem quisesse reverter, mas nós estamos todos aqui a inventar coisas... Houve um secretário de Estado de um governo legitimamente eleito que disse: «há aqui uma renda excessiva, façam o favor de devolver esse dinheiro». Portanto, estamos aqui a inventar coisas! Mas há esta renda excessiva, a não ser que me diga que isto está tudo errado e que nada disto faz sentido.

Aliás, até considero que há aqui uma fragilidade porque o regulador queixou-se que foi afastado do Decreto-Lei n.º 240/2004, durante anos não fez esse teste de disponibilidade mas conseguiu encontrar o valor. Não estou a ajudá-lo na resposta, estou a dizer que não pode dizer que não há rendas excessivas quando tenho o regulador — e como tenho o mercado liberalizado só posso confiar no regulador — a dizer que «há, sim senhor», e diz várias, mas eu só quero ir a essa porque toca diretamente nas renováveis. Portanto, considera ou não que aí há rendas excessivas?

Também há quem considere— e aí já toca num governo que apoiei e, portanto, também gostava que me dissesse — que foi central na negociação feita pedindo ao setor um contributo voluntário uma extensão de mais alguns anos. Ao todo eram 20 milhões de euros, entre os anos de 2013 e 2020, e em troca o governo dava a extensão até 2027.

Essa extensão parece-me racional mas antecipei a pergunta porque há colegas que lhe vão perguntar se aqui há ou não rendas excessivas, se há ou não um favorecimento do setor e também gostava que me respondesse sobre isso.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe o seguinte: existem problemas. Não tomei nota, gosto muito de ouvir e depois não escrevo o que devia, mas deixe-me dizer-lhe que existem problemas e vou dizer três ou quatro questões que existem.

Agora, acho que começo a ter algum sucesso mas durante muitos, muitos anos bati-me junto quer da Direção-Geral de Energia quer junto da Secretaria de Estado pedindo por favor para não porem regras técnicas em decretos-leis. É que as técnicas mudam e para mudar um decreto-lei é precisa a aprovação num Conselho de Ministros.

Ora, houve *n* situações que foram postas — e não vou entrar aqui em questões técnicas —, como a reativa, nomeadamente, e depois o operador da rede, a REN, veio ter connosco e, com o beneplácito da direção-geral, veio pediu-nos: «por favor, não sigam o que está no decreto-lei porque se não temos um apagão». Uma coisa que vinha do princípio, de 1988, por volta dos anos 90 foi-nos retirada, o que nos traz custos acrescidos muito grandes!

Como deve ser do vosso conhecimento, quando pomos uma central em operação temos de construir o ramal de ligação; construimos e pagamos, e no momento em que fazemos paralelo, quando injetamos o primeiro kWh na rede, temos de transmitir a propriedade dessa linha para o operador da

rede, seja a REN, se for em muito alta tensão, seja a EDP Distribuição, se for em alta tensão.

Portanto, estamos a construir linhas que vão ser integradas. É um custo que temos e não estou a discutir isso. O que é que discutimos e que tínhamos no princípio? Como eram linhas que iam ser integradas na concessão, tínhamos o direito de expropriação por utilidade pública e posse administrativa. Portanto, a linha, quer fosse feita por nós, quer fosse feita pela REN, tinha essa posse.

Houve uma altura em que se retirou isso e o Sr. Deputado não faz ideia a complicação de linhas, porque não temos condições. Há linhas que têm mais do dobro do comprimento porque ou não se conhece o proprietário, ou este exige, ou chantageia, e andamos com a linha aos *sss*. É um problema que temos, que é complicadíssimo e não é resolvido.

O Sr. Deputado diz que temos prioridade de despacho. A prioridade de despacho não existe como benesse para todas as renováveis

Como lhe mostrei naquele meu gráfico, o mercado marginalista está instituído...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — A palavra benesse é sua!

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Não, não é uma benesse! Repare que o ordenamento é pelo custo marginal. A eólica, a hídrica e a solar têm custo marginal zero e, portanto, por esta razão, entram ali primeiro do que as outras todas, quer haja tarifa *feed-in* quer não haja. São as regras que estão impostas e que estamos a cumprir.

As duas únicas PRE (produção em regime especial) que não seguem esta regra e é-lhes dada prioridade de despacho é a biomassa, porque tem um custo do combustível, e é a cogeração, a cogeração fóssil e a cogeração elétrica. A essas é que é dada uma prerrogativa especial de entrarem antes

do lugar delas na ordem de mérito. E, para fique registado, estou inteiramente de acordo em que lhes seja dada essa prioridade. Agora, a das eólicas, das solares e das hídricas é dada pelas regras do mercado e não é nenhuma benesse especial.

Sr. Deputado, se nós não tivéssemos uma tarifa garantida nunca conseguíamos entrar. O sistema *feed-in* foi o sistema que melhores resultados deu, na Europa e em todo o mundo. Tinha de ser e não se podia dar...

Sr. Deputado, vou só transmitir-lhe uma ideia e é mais o conceito do que os valores. Se nos perguntasse o que é que é mais importante, diria que as duas coisas são importantes. Mas qual é a mais importante, o valor da tarifa ou o período em que essa tarifa é dada? Acho que, olhando para o passado, foi mais importante o período do que a tarifa, porque o período permitiu que o prazo de empréstimo concedido aos projetos pelos bancos fosse pagável e a tarifa garantiu, o que também é muito importante, que esse pagamento podia ser feito.

E quando se faz isso faz-se um acordo, faz-se um contrato por um período, no caso das eólicas, de 15 anos. É que os bancos emprestam por um período que oscila entre 80 a 90% do prazo da tarifa garantida, o que quer dizer que se tivesse uma tarifa garantida por 10 anos depois o banco financiava por 8 anos e nesses 8 anos não se conseguia gerar *cashflow* para amortizar o investimento. As coisas estão ligadas uma com a outra, de tal maneira que, quanto maior for o prazo, menor é a tarifa.

Há uma coisa muito importante: quando construímos uma central renovável sem ter de comprar combustível — portanto, estou a deixar a biomassa de fora —, sabemos exatamente quais são os custos que ela vai ter na geração futura, porque não temos de pagar combustível, os custos estão todos incorridos, é tudo capital intensivo e só temos de lhe acrescer os custos de operação e manutenção, que são perfeitamente determinados e que

sabemos como é que são atualizados, coisa que, numa central fóssil, não se pode fazer. Portanto, se não tivéssemos tido a tarifa *feed-in*, era muito fácil sermos postos fora.

Relativamente aos CAE e aos CMEC, tenho dois tipos de informação: aquilo que tinha lido na imprensa, no passado, e aquilo que ouvi nesta Comissão. Portanto, não me vou pronunciar, porque o meu conhecimento sobre isso é, no máximo, igual ao vosso, mas acho que até é inferior.

Sobre a questão do *backup*, devo dizer que todos os sistemas têm *backup*.

Sr. Deputado, vamos admitir que estamos a falar de 1970 ou 1980, quando não havia eólicas nem solares. No modo de operar, as centrais que estão em funcionamento, a carvão — em 1970 não havia gás natural — ou hídricas, nunca estão a trabalhar no seu valor máximo, por duas razões: primeira, porque o desgaste é brutal se estiverem a trabalhar todo o tempo no máximo; segunda, porque existe um código de funcionamento em toda a Europa — não é na União Europeia, é em toda a Europa — para quando há uma avaria.

Por exemplo, quando um grupo dispara e há uma queda de tensão, quem ocorre, nos primeiros 15 minutos, é a rede, toda interligada. Portanto, quando há essa quebra de produção, todos contribuem com um bocadinho para preencher esse vazio e o País tem 15 minutos para repor a potência. A maior parte das vezes, os grupos estão a trabalhar abaixo do ponto ótimo para poderem responder rapidamente e existem *backups* entre eles. Depois, há grupos que estão de serviço e há grupos que não estão.

É muito importante que tenhamos consciência de que 1 MW não é a mesma coisa que 1 MWh, independentemente da tecnologia, porque existe o conceito de «horas equivalentes» e cada tecnologia as tem. O que é que é uma hora equivalente? Podia ter feito um bonequinho, gostava muito de ter aqui um quadro para ir pintando, mas não posso.

Se pegarmos na produção de uma determinada central durante um ano inteiro, sendo que a produção é medida em GWh, ou não sei quantos mil MWh... Vamos dizer assim: numa central de 10 MWh, que produziu 25 000 MWh, se eu dividir os 25 000 MWh pelos 10 MWh, dá-me 2500 horas equivalentes. Estas 2500 horas equivalentes significam que aquela central, se estivesse a trabalhar todo o tempo em plena potência, tinha de estar a trabalhar 2500 horas para funcionar, sendo que um ano tem 8760 horas.

Isto não quer dizer que a central só funcione 2500 horas, que é outro erro que aqui vem. Não! A central está sempre a funcionar, umas vezes mais, umas vezes menos. É como pegarmos no nosso carro: umas vezes anda a 100 km/h, outras vezes a 120 km/h e podemos fazer um valor médio da potência que está a utilizar.

Com esta questão, queria dizer o seguinte: uma central térmica, se não houver problemas de fornecimento de gás ou de carvão, teoricamente, pode funcionar 8000 horas por ano; as grandes hídricas, em Portugal, hoje em dia, estão a ser dimensionadas para satisfazer pontas e uma grande hídrica, em média, funciona à roda de 1500 ou 1600 horas por ano; uma central solar fotovoltaica fixa andarà à roda das 1700 ou 1800 horas, só funciona quando há sol; o parque eólico médio nacional, hoje em dia, anda na casa das 2450 horas, mas tem tendência a passar para 3200; uma central de biomassa funciona 4000 horas, em média, porque tem grandes consumos, ou seja, embora funcione mais horas, tem muito consumo próprio, portanto, o que produz para fora é o equivalente a um valor bastante mais baixo.

Portanto, não é bem a mesma coisa dizer que tenho 1 MW produzido por uma central a gás ou a carvão ou tudo o mais, tem de ser ajustado. Se tenho uma eólica que produz um terço do que produz uma central a carvão, vou ter de ter o triplo da potência eólica.

Também tem outros custos diferenciados: por exemplo, hoje em dia, a instalação de uma solar custa entre 500 000 €/MWh e 600 000 €/MWh e a

instalação de uma central a gás de ciclo combinado custa entre 450 000 €/MWh e 550 000 €/MWh. Reparem que os custos de instalação de uma solar, que tem tendências a baixar, e de uma a gás, que não tem tendências a baixar, estão praticamente equivalentes.

No que diz respeito à operação, não preciso de comprar combustível numa solar, mas preciso de comprar combustível numa central a gás; numa central térmica, se eu pegar em todo o dinheiro que se gasta durante o tempo de vida útil de uma central aos preços de hoje, o investimento representa entre 20% e 30% e os restantes 70% a 80% são custo de combustível; e, numa solar, só tenho o investimento. Portanto, há uma diferença muito grande e a relação de funcionamento está na interoperacionalidade destas questões todas.

Como disse há pouco, no mês de março do ano passado, a produção de eletricidade renovável excedeu o consumo, em balanço. Houve horas em que a eletricidade renovável não foi suficiente e a eletricidade ou foi gerada na central a gás ou foi importada; houve outras horas em que a produção excedeu e exportou-se, mas só se exporta se o preço de produção nacional for inferior ao preço de Espanha, senão, não se consegue exportar.

Portanto, há aqui toda uma coisa... *Backups*... Rendas... Já disse que não existem, existe é um preço da tarifa. Pode-se dizer assim: o *snack-bar* que vende bicas ali fora tem um preço tabelado de 0,70 € a bica — não bebo café, não sei quanto custa —, portanto, se vendeu 10 bicas, recebe 7 €, se não vendeu nenhuma, não recebe nada e, se vendeu 1000, recebe 700 €.

Repare: se há um problema na linha, não produzimos; se há um problema numa máquina, não produzimos; se não há recurso, não produzimos. Não é totalmente livre destas coisas todas, mas tem de ser tudo conjugado.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Ai, eu não falei do 35!... Esqueci-me...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não sei se é um 35 ou se é um 31!...

Risos.

Sr. Presidente, não vou fazer segunda ronda, mas esqueci-me de fazer uma pergunta, que é curtiinha, assim como a resposta.

A renegociação da extensão — e isto é importante —, feita pelo ex-Ministro Moreira da Silva, foi no sentido de aumentar o prazo de validade das tarifas subsidiadas. O ex-Secretário de Estado Seguro Sanches, por quem tenho grande consideração — e esta é a segunda parte da pergunta —, afirmou várias vezes: «Acabaram as tarifas *feed-in*! Não teremos mais tarifas *feed-in*!» Parece que o novo Ministro tem opinião diferente.

Para que tome nota, o nosso Governo — quando digo «nosso» é o que apoiei —, de facto, continuou a pagar tarifas *feed-in* e até as estendeu. Pergunto se há aí ou não alguma renda excessiva e qual é a interpretação que faz das declarações do atual Governo, que diz que, considerando que havia rendas excessivas, não pagamos mais tarifas *feed-in*. Mas, em pouco menos de três anos, mudou de opinião, porque parece que vamos voltar a ter tarifas *feed-in*.

Há aqui alguma marosca ou é tudo claro e perçetível?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, registo a sua interpelação à Mesa. Foi para isso que pediu a palavra, não sei se se recorda.

Risos.

No entanto, penso que todos compreendemos, sobretudo porque o Sr. Deputado não vai poder fazer a segunda ronda, e acho que as suas perguntas contribuem para os esclarecimentos.

Sr. Engenheiro, tenha a bondade de responder a estas duas questões precisas.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Esta pergunta sobre o 35 e a extensão tem uma resposta um bocadinho mais longa.

Queria dizer que esta questão que apareceu aqui não foi uma coisa que tenha partido da nossa iniciativa. Uma vez, o Secretário de Estado Artur Trindade chamou-nos e disse: «Precisamos de arranjar dinheiro para reduzir a dívida e vocês têm de contribuir.» A nossa conversa com ele foi, basicamente, sobre a forma de podermos contribuir com alguma coisa. Lembro-me dessa conversa, aliás, tivemos várias conversas sobre assunto, e eu disse-lhe assim: «Sr. Secretário de Estado, não pode mexer na tarifa.»

O Sr. Deputado repare que estamos em 2011, em plena crise. E porque é que não podia mexer na tarifa? Eu disse assim: «Sr. Secretário de Estado,...» — e agora só para efeitos de explicação — «... se a tarifa for 100 €/MWh e o senhor disser: ‘Vocês são muito bons, quero dar um prémio e a tarifa vai passar para 105 €/MWh’, eu digo-lhe para, por favor, não o fazer.» Porquê? Porque há uma cláusula nos *project finance* segundo a qual, se a tarifa for alterada — não especifica se a alteração é para baixo ou para cima —, o banco pode pedir o pagamento imediato do empréstimo.

Ora, nós tínhamos contratos financiados com tarifas muito baixas, em que os bancos estavam «com a corda na garganta», e, se ele nos tem dado isso... Tivemos várias conversações e ele percebeu que a única forma que tínhamos de poder dar uma contribuição era — desculpem o jargão — se essa contribuição fosse voluntária e não excedesse o que está no chamado «*free cashflow*» dos projetos, sem alterar os rácios que estavam em jogo, porque, durante um *project finance*, mesmo num ano em que haja muita produção e se consiga fazer muito, não se pode entregar o dinheiro aos acionistas, tem de se manter uma proporção e uns conjuntos de rácios. Portanto, só podemos fazer essa contribuição se...

O Secretário de Estado Artur Trindade disse assim: «Mas vocês têm de garantir que há um mínimo de projetos que estão dispostos a pagar.» E nós: «Da nossa parte, vamos tentar fazer isso.» Mas também lhe dissemos: «Sr. Secretário de Estado, estamos a falar...» — e agora em números reais — «... de 27 ou 28 milhões por ano durante oito anos. Estamos a falar muito dinheiro e nenhuma empresa vai dar uma contribuição voluntária desta ordem de grandeza sem ter alguma contrapartida.»

Queria recordar uma coisa sobre o Decreto-Lei n.º 33-A/2005, de 16 de fevereiro, que, julgo, estará um bocado esquecida. A determinada altura, no n.º 4 do artigo 4.º, pode-se ler: «No final do período de 15 anos referido no número anterior,...» — 15 anos era o prazo dado à tarifa *feed-in* — «... exceto no caso das PCH (pequenas centrais hídricas), 15 anos era o prazo, normalmente. Exceto no caso das pequenas centrais hídricas, as instalações são remuneradas pelo fornecimento da eletricidade entreque à rede a prelos de mercado e pelas receitas obtidas pela venda de certificados verdes, mencionados no preâmbulo da Diretiva 2001/77/CE, do Parlamento Europeu, de 27 de setembro.

Depois continua, no n.º 5: «se, no final do período referido na alínea e no número anterior, não existirem certificados verdes transacionáveis,

aplica-se, durante um período adicional de 5 anos, a tarifa referente às centrais renováveis com início de exploração nessa data».

Ora foi-nos transmitido pelo Secretário de Estado Artur Trindade que não era intenção... É que já se tinha provado que os certificados verdes não funcionam na Europa, não funcionaram, nunca. E atenção que há duas coisas que são diferentes, uma coisa são os certificados verdes, outra é a garantia de origem. A garantia de origem é garantia de origem, mas é um tipo que é transacionável, nacional e internacionalmente. O certificado verde funciona nos seguintes moldes: o Governo diz que cada comercializador — e vou inventar nomes — tem de ter 70% de renovável no *mix* que vende e se não tiver, porque não se pode impor uma regra sem haver uma penalidade por não cumprir, paga uma multa de — e vou inventar números — 10 €/MWh em falta. Portanto, se ele fixou este valor de 10 €, automaticamente, está fixado o valor do certificado verde. Qual é? É 9,99 €, porque um produtor vai preferir pagar 9,99 € de certificado verde do que estar a pagar uma multa de 10 €. E isto era uma coisa administrativa, teriam de ser fixados, todos os anos, dois valores: a percentagem de renovável e o valor da multa. Isto tem de ser fixado *a priori*, e *a priori* não se sabe se o ano vai ser seco, se vai ser húmido, se vai não sei quê... Portanto, era muito complexo e diz-se: «nós não vamos ter». E o Secretário de Estado disse-nos: «então vocês têm, pelo menos por 5 anos, a tarifa garantida dos 74 €, crescendo com a inflação», que era o regime que estava. Isso já nós tínhamos. E ele, quando me pediu isso, disse: «Então está bem. Vocês podem receber o valor do mercado com os 74 € de *floor* e um *cap*, um teto, de 98 €. E receber o valor do mercado.»

Apesar de pensarmos que os valores são previsíveis para a altura — e reparem que estamos no verão de 2012 — as projeções que tínhamos eram de valores superiores. Mas achávamos que isto poderia traduzir alguma estabilidade e aceitámos a proposta que foi feita. Não foi negociado mais nada se não isto. E isto foi livre.

Depois, tive o trabalho de ir convencer todos, não só os associados da APREN, mas também aqueles que não eram associados da APREN, que não percebiam. Estive a falar, falei com todos — todos! — os produtores nacionais, na altura falei com todos. Tenho um serviço completo, de bater estes pontos todos. Isto foi uma questão.

No que diz respeito à questão que me põe, de não termos tarifa *feed-in*, deixe-me dizer-lhe o seguinte. Vou fazer mais um *disclaimer* — embora ache que é óbvio para todos, não deixo de querer fazê-lo, para que fique registado: o ser presidente da APREN, e estou ligado à APREN desde a sua fundação, é um cargo temporário. Quando sair da presidência da APREN, e durante a presidência da APREN, sou português e tento defender o melhor que existe para o meu País e também me preocupo com o que se passa com os consumidores.

Digo-lhe, e disse-o frontalmente ao Secretário de Estado Jorge Seguro Sanches: estou, por duas razões, contra a questão de dizer «as renováveis têm de ir para mercado». Explico-lhe as duas razões que me levam a dizer isto. Uma primeira razão para estar contra é o facto de querermos continuar a ter uma diversificação de produtores, de pequenos produtores, empresas de menor dimensão e não entregar tudo às EDP, ou às RWE ou às EDF deste mundo.

É que essas empresas fazem o financiamento dos seus projetos em *corporate finance*, não o fazem em *project finance*. O *project finance* é feito pelos pequenos. Estes têm de chegar lá e quando pedem o dinheiro emprestado, é-lhes dito: «sim, senhor, o estudo está, os custos estão certos, a produção está bem. Então, quanto é que vai receber?» E o produtor responde: «vou receber o valor de mercado.» Qual é o valor de mercado? O valor de mercado é, por exemplo, o do ano passado, 57 €. Dizem-lhe: «Ah, sim senhor, isso é muito interessante. Mas quem é que lhe garante que o senhor vai receber 57 €?» Responde: «Ah, tenho de arranjar. Eu, promotor,

não posso vender diretamente ao mercado e tenho de arranjar um comercializador.»

Nenhum comercializador vai... O que o comercializador faz, hoje em dia, é fazer um contrato por um ano. Faz um ano a 43 €, aos preços de mercado que estão aí. E eu chego ao banco e o banco diz: «Ah, tem um contrato por um ano? Eu só financio 80 a 90% disso, desse período. Só lho financio por 10 meses». Em 10 meses não se faz o projeto, não se faz! Por isso é que têm andado sempre a empurrar com a barriga.

O Sr. Secretário de Estado Jorge Seguro Sanches, no dia em que tomou posse, disse que tinha 600 MW de licenças emitidas e, três anos depois, quando se foi embora, só estavam 49 MW em funcionamento. E as licenças só têm dois anos de validade... Não sei o que é que se passou. Não sei, nem tenho de saber; só estou a constatar um facto!

Há uma outra razão pela qual não acho bem que vão para mercado. Se um produtor de uma central fotovoltaica ficar satisfeito por receber 45 €/MWh — são números indicativos —, por que é que na hora em que o mercado é fechado por gás, a 80 €, ele há de receber 80 €? Porquê?

Quem é que é produtor? Qual é a vantagem que existe para o consumidor, que vai pagar o valor do mercado marginalista, através do comercializador? Por que é que ele há de ir receber o preço de uma tecnologia que é muito mais cara? Porquê?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Para acabar com as *feed-in*?

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Mas porquê? Porquê?!

Ó Sr. Deputado, é a mesma coisa que dizer que se eu fosse dono de um restaurante, ia contratar um funcionário para servir à mesa, e dizia-lhe assim: «olha, pago-te 620 €, vamos lá, um bocadinho mais, 650 € por mês e levás mais as gorjetas, ou pago-te 100 € por mês e mais 20% de cada refeição

que venderes.» Tem certeza da incerteza. E ele dizia-me: «então e se o restaurante fecha? E se vem a ASAE e o fecha, como é que é? E se fecha não sei quando...? E se não há pessoal, se o mercado...?» É a incerteza da variabilidade. Se nós, como aqui disse, nas renováveis, quando construímos uma central, sabemos o nível de remuneração que pretendemos, por que é que hei de estar a pagar o risco e a ter risco para a frente? Por que é que o consumidor há de pagar mais e não se há de retirar?

Sr. Deputado, se o preço médio do ano passado foi de 57 €, se houver alguém que consegue vender a eletricidade e ficar satisfeito a 45 €, por que é que o consumidor há de pagar por essa eletricidade mais 12 €/MWh? Porquê?

Então, vai perguntar-me: como é que se contorna isso? É muito simples, é fazer um processo. Enquanto o mercado é um leilão *a posteriori*, se fizer um leilão *ex ante*, antes de, e disser, em cada altura, «vou pagar, durante um determinado período...» — digamos, 15 anos — «...uma determinada tarifa, que é competitiva e que já sei...» — reparem e olhando um bocadinho para o futuro, vamos ter em Portugal, fundamentalmente, dois tipos de produção de eletricidade, renovável e gás natural — quanto é que vai ser o custo?» Se eu não fizer renovável vou ter de fazer gás natural. E se é gás natural, o custo, hoje em dia, anda na casa dos 80 €/MWh.

Se eu fizer renovável e o renovável ficar contente com os 45 €, por que é que hei de estar a pagar 35 € a mais? Por que é que o consumidor há de pagar este valor a mais? Porquê? Para depois, sim senhor, ir para mercado, depois, a Assembleia começa a ver o que é que se passa — e muito bem! — e diz «eh lá, atenção, aquele senhor está a ganhar dinheiro a mais.» E o que é que fazem? A seguir vem um imposto *clawback* e vai-lhe retirar esse dinheiro. Para voltar a insistir, não sei se vai para o sistema elétrico, se vai para o Orçamento do Estado... Portanto, é preciso perceber que o facto de ter um acordo de venda de energia, pode ser benéfico para o consumidor, e

estou convencido que é muito mais benéfico para o consumidor do que o deixar em mercado livre.

Posso dizer-lhe que, praticamente nos três anos em que estive à frente o Secretário de Estado Jorge Seguro Sanches, só foram feitos 46 MW. Um, o dos 3 MW da tal cooperativa onde eu tenho 1%, que entrou em operação em outubro de 2017, e os outros, 46 MW em Ourika, que entraram em operação em julho de 2018. Convenhamos... Qual é a razão principal? A incerteza da remuneração, que não quiseram.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Assim termina a primeira — e única, diz-me o Sr. Deputado — ronda do CDS.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por cumprimentar, mais uma vez, o Sr. Eng.º Sá da Costa. Agradeço a sua contribuição nesta Comissão de Inquérito.

Podemos também dizer que, ao longo dos anos, temos vindo a dialogar com o Sr. Engenheiro e com a APREN, em discussão e em reflexão sobre estas e outras matérias da política energética, e não só no diálogo que temos vindo a realizar ao longo dos anos, mas mesmo pelo contributo e pela participação que o Sr. Engenheiro tem tido no debate, até na Assembleia da República.

Aliás, várias destas imagens, destas páginas da sua apresentação inicial, devo dizer que as reconheci.

O Sr. **Presidente**: — Ao longo dos tempos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Alguns dos gráficos e das imagens reconheci-as, até porque, aliás, na preparação para esta nossa reunião, fui rever, precisamente, a apresentação que o senhor trouxe, vai fazer agora dois anos, ao debate sobre energia, que a comissão de economia tinha realizado em 2017. Portanto, alguns dos elementos, mesmo destes gráficos, que aqui estão já são conhecidos desta Casa. Assim, este é um debate que a Comissão de Inquérito retoma e recupera, mas que já dura há vários anos, na Assembleia da República e não só.

Se me permite, há um comentário prévio que não posso deixar de fazer, até na sequência daquilo que o Sr. Engenheiro acaba de explicar, relativamente às questões do financiamento.

Diria que, provavelmente, esta poderá ser, de todas as reuniões da Comissão de Inquérito, aquela onde mais visível se torna a dimensão da financeirização deste setor, e o papel que o setor financeiro e os bancos nacionais e estrangeiros — a banca comercial, os grupos económicos e financeiros nacionais ou estrangeiros, mas especialmente estrangeiros — assumem nesta matéria. E isto com a perspetiva e a linha de intervenção que esses grupos económicos e financeiros têm tido ao longo dos anos e nesta reivindicação — diria, quase exigência, digamos, reivindicação/exigência —, da qual depois os senhores são também porta-vozes, do investimento sem risco, do investimento *lato sensu*, e já lá irei a essa parte.

Gostava de fazer uma referência, lembrando aquilo que o Sr. Engenheiro certamente já ouviu — retribuímos também, trazendo alguma coisa que o Sr. Engenheiro já conhece —, que tem a ver com aquilo que temos vindo a afirmar no quadro da nossa posição relativamente à política energética e ao chamado «*mix* energético», para dizer que o PCP não é naturalmente contra as energias renováveis e muito menos contra o aproveitamento de todos esses recursos pelo nosso País. E até julgamos que

a política de direita atrasou, e muito, a exploração desse potencial, há muitos anos reivindicado pelo PCP.

O problema não é da tecnologia. A grande questão é quando, a coberto da tecnologia e em nome da inovação e da introdução da nova tecnologia, o capital oportunisticamente tudo faz para obter taxas de lucro que são manifestamente rendas de monopólio. E aqui a renda nada tem a ver com a renda que se paga ao senhorio, isto nada tem a ver com a renda da casa, Sr. Engenheiro, tem a ver com o capital rentista, com as rendas de monopólio que os grupos económicos se colocam. Mal estaríamos nós se, ao fim destes meses e destas reuniões todas, ainda andássemos nesta coisa do conceito das rendas, remetendo para essa leitura. Estamos mesmo a falar dos lucros de monopólio, que é uma expressão que usamos há muito mais tempo do que se convencionou depois naqueles pactos e memorandos, etc., dessas ditas «rendas».

Portanto, estamos a falar de lucros não proporcionais ao risco, aliás, risco claramente diminuído no caso pela garantia de compra de produção a longo prazo e com significativos apoios e facilidades públicos. O Sr. Engenheiro tem vindo a tentar aqui evidenciar, sublinhar, descrever as dificuldades públicas. Ora, cabe-nos também aqui ter em conta não só as dificuldades de que o senhor falou, de licenciamento, morosidade, etc., mas as próprias facilidades, não só no plano da subsídição mas também ao nível daquilo que se coloca no plano da política tarifária.

E quanto à renegociação de contratos, pergunto-lhe se é um tabu, porque, do ponto de vista do banco, já sei qual é a resposta. Agora, do ponto de vista de um país e de um Estado, é uma discussão que temos de fazer aqui.

Quando detetamos que a remuneração do capital está fora daquilo que é concebível em prejuízo do bem público, não há nada a fazer, porque o problema é sempre da forma como o capital organiza a nova tecnologia, que

apoios obtém — alguns diriam que favores obtém — do poder político para captar os máximos lucros e pagar o mínimo de impostos.

A tecnologia não tem culpa nenhuma. A energia renovável não tem culpa nenhuma. Estamos a falar é das relações económicas e de dinâmicas económicas e do interesse que prevalece neste jogo — e o conceito de jogo é muito usado pelo Sr. Engenheiro nas suas entrevistas e nos seus discursos.

O Sr. Engenheiro conhece certamente o quadro — aliás, já se tem referido a ele —, que foi trazido a esta Comissão de Inquérito pela Sr.^a Presidente da ERSE e que tem a ver com as taxas internas de rentabilidade.

O Sr. Engenheiro falou de tecnologias mais intensivas, de CAPEX, de tecnologias mais intensivas não da matéria-prima mas, sim, do investimento, da inovação, etc. Mas olhamos para a taxa interna de rentabilidade e não para aquilo que é, digamos, a maximização do aproveitamento de tecnologias obsoletas, pois não é disso que estamos a falar. Estamos a falar da comparação entre eólicas com tarifa *feed-in*, nos vários regimes legais que sucessivamente foram entrando em vigor, em 2003, 2004, 2009, 2011, 2012 e posteriores. E, portanto, podemos comparar aquilo que são as TIR (taxa interna de rentabilidade) mínimas e máximas com a tal referência do costume, que é as OT (Obrigações do Tesouro), a *yield* das Obrigações do Tesouro e, de facto, a diferença é abismal. A diferença é abismal, mas também podemos olhar para a própria diferença entre uma central de ciclo combinado na modalidade CAE e na modalidade de mercado, porque aí a tecnologia é a mesma. Naturalmente que há renovação e há essa referência.

Portanto, uma questão que gostava de lhe deixar é se há um erro nessa leitura de capital investido nas renováveis sempre largamente remunerado acima das *yields* das OT e praticamente sem riscos — produção com escoamento assegurado e preço garantido.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Agradeço as suas palavras. Aliás, tem sido uma característica da APREN e minha própria a de falar e dialogar com todos os setores e todos os quadrantes políticos. Isto porque esta questão da energia é transversal a toda a economia e a todos os partidos e é um desígnio do País.

Aliás, quero referir, com uma certa saudade, amizade e carinho, os diálogos que tive com o seu antecessor Agostinho Lopes. Muitas e muitas horas passámos a dialogar e acho que o Sr. Deputado Bruno Dias é um digno sucessor de Agostinho Lopes, é um digno discípulo dele. Oiça, o Agostinho Lopes tem a idade que tem e você está a começar mais novo, mas posso dizer que é um excelente discípulo dele e revejo com saudades as horas que passei a falar sobre estes temas. Portanto, veja bem há quantos anos ando nisto, estou neste setor há 35 anos. Quer dizer, a maior parte de vocês não eram Deputados quando eu comecei a trabalhar.

O Sr. **Presidente**: — Nenhum era.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Só o Deputado de Portalegre...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Miranda Calha!

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — ... sim, Miranda Calha, que é meu amigo desde 1980, mas deve ser o único.

Também agradeço as suas palavras para lhe mostrar que, no que tenho dito, tenho o mantido uma certa constância na defesa deste setor e nos argumentos. Aliás, se eu não acreditasse neles, não os defendia.

Deixe-me também dizer que, a meu ver, este setor da eletricidade renovável é para maratonistas, não é para *sprinters*. E quem corre — e eu,

quando era novo, fazia corridas de fundo — percebe as coisas todas que se passam.

Quero dizer-lhe o seguinte: a maior parte do financiamento é banca nacional. Diria que houve um grande financiamento da ENEOP (Eólicas de Portugal, SA) do Banco Europeu de Investimento, mas, do resto, a maior parte do financiamento, mesmo quando são envolvidos bancos que estão ligados ao estrangeiro, é feito a partir de cá. Não há...

E repare que a questão de retirar o risco é bom para todos e, em primeiro lugar, para o consumidor. E porquê para o consumidor? É que, quanto menos risco houver, menores são as taxas de juro que se pagam nos financiamentos e também menor é o retorno que os investidores querem. E isto tem vindo a baixar ao longo do tempo.

Quando começámos, há 30 anos, o risco era muito elevado. O Sr. Deputado não faz ideia das horas e do trabalho que eu tive para convencer os bancos a financiarem estes projetos. É que o *mindset* dos bancos é financiamento do setor de produção de eletricidade, primeiro. Quando nós começámos, a EDP era toda pública.

Portanto, toda a produção de eletricidade era do Estado. Ninguém ia financiar um projeto da EDP porque não recorria ao financiamento bancário, e nós tínhamos... Aquilo que os bancos tinham mais perto deste tipo de financiamento era o financiamento industrial.

Posso dizer-lhe que tive três conversas que foram bater exatamente no mesmo, em dois bancos nacionais e num banco estrangeiro, o que ainda me tornou mais esquisito, pois eu não estava à espera por parte do banco estrangeiro — e posso dizer-lhe que era um banco austríaco — aquele tipo de reação. Foi a seguinte: eles pensavam que se assemelhava a uma indústria, e a indústria o que é que tem? Tem as instalações e as máquinas, tem os funcionários e tem a matéria-prima, que é a chuva, a água. E a semelhança passou a ser a produção — e, na altura, eram as pequenas hídricas.

Então, colocaram-me duas questões, a primeira das quais foi esta: «Então o que é que acontece se o pessoal afeto ao projeto entrar de greve?» E eu disse-lhe: «Mas o pessoal é uma pessoa, não é um movimento sindical, não há o problema de uma reivindicação. Se é uma pessoa e nós sabemos que a produção depende muito da *performance* dela, vamos chegar sempre a um acordo, a um entendimento, e essa pessoa não vai entrar de greve». E ele respondeu-me: «Ah, está bem, não sabia que era só um!». E aceitou.

A outra questão colocada foi esta: «Então, o que é que acontece se um ano não chover? É que, aí, falta a matéria-prima». E eu tive de lhe dizer o seguinte: «Pode ter a certeza de que se um ano não cair uma gota de água em Portugal, a maneira como nós vamos pagar o financiamento vai ser o menor dos seus problemas. Deve ser uma catástrofe de tal dimensão... É que chove sempre. Pode é chover menos ou mais. E nós temos aqui as estatísticas». E ele analisou... É que nós, quando fazemos uma central hídrica, analisávamos entre 50 a 80 anos de dados, não era uma coisa feita assim em cima do joelho. Só que, então, quando nós minimizávamos isto, diminuía o interesse.

É que financiar estes projetos — e estamos a falar de uma fase inicial, quando começámos com isto — a questão de o Estado, sobre as pequenas hídricas, ter dito que dava uma licença para utilização de água para produção de eletricidade por 35 anos (e é as mais baixas que deu, pois, para as grandes, dá de 70 anos) e garantia uma tarifa durante 35 anos, isso permitiu que se conseguisse fazer um conjunto de financiamentos e tirando-lhes o risco e podermos refazer a questão o mais...

Mas posso dizer-lhe que, no princípio, as empresas que começaram a desenvolver os projetos eram pequenas empresas ligadas ou a alguma indústria ou a determinados grupos, mas coisas pequenas, em que a taxa de endividamento que se podia ter era fraca e, portanto, os bancos exigiam-nos juros muito altos e nós tínhamos de jogar com aquele aspeto. E estamos a

falar de alturas em que a inflação rondava os 20% e era complicado desenvolver.

À medida que o sistema foi consolidando, os bancos foram percebendo e as coisas foram baixando mas também foi baixando a tarifa. As tarifas para os projetos novos foram sempre baixando. Mostrei aqui assim o que se evolui com o tempo. Foram sempre baixando, baixando e há uma determinada altura em que esses grupos que estavam a fazer esses investimentos não tinham capacidade de os continuar a fazer porque as taxas de juro que lhes eram exigidas não eram suportadas pelo retorno que tinham.

Começaram a aparecer investidores de maior dimensão. E quem é que começou a aparecer de maior dimensão? Foram fundos de infraestruturas que tinham uma capacidade de endividamento maior e que estavam à procura de rentabilidades menores.

Agora, o que se está a assistir neste momento, e não é só em Portugal, é em toda a Europa, que é onde sigo mais de perto o que tem acontecido? Quem é que agora aparece com as taxas de juros dos bancos negativas? Quem é que aparece a investir neste setor? Fundos de pensão.

Houve aqui fundos de investimento que apareceram e, como sabe melhor do que eu, os fundos de investimento estão três a cinco anos num projeto e depois saem porque é a própria natureza deles. Tiveram já aqui uma pessoa que esteve à frente de um fundo de investimentos e ele disse isso. Mas sei que, quando era para sair, estava no auge da crise, não conseguiu sair.

Agora, é outro tipo de investidores e outro sistema que aparece mas a diminuição de risco é fundamental para um abaixamento de preço, não tenha dúvida nenhuma.

Falou-me aqui na questão de negociação de contratos ser um tabu. Sr. Deputado Bruno Dias, o nosso sistema português é um sistema muito *sui generis*, em que o que nós temos é um contrato entre duas empresas privadas,

neste momento. Uma empresa privada que é o promotor, e a outra empresa privada é agora, nem sempre foi assim, a EDP SU. E esse contrato não foi livremente estabelecido entre as duas empresas, esse contrato foi estabelecido, não sei se foi, por um decreto-lei ou por uma portaria. Está lá tipificado.

Portanto, o Estado definiu o que é o contrato e, como bem sabe, um contrato entre duas partes só pode ser alterado se as duas partes tiverem de acordo. É um tabu como é um tabu de um outro contrato, ou seja, se as partes estiverem de acordo são alterados.

Mas quem quer ou quem poderá alterar é o Estado, que é quem definiu as regras. Se se vai alterar, ambas as partes saem beneficiadas ou não? Se uma das partes sair prejudicada, vai-se queixar. Vai-se queixar a quem? Vai-se queixar ao tribunal. Como muitos dos investidores são estrangeiros, existe a Carta da Energia de proteção do investimento que vai recorrer a isso. Portanto, torna isto um bocado...

Isto é de tal maneira que na diretiva que vai entrar agora em vigor está lá explicitamente que não se podem fazer alterações com efeitos retroativos. Se for para melhorar... Portanto, não é um tabu mas está muito limitado.

Não vou falar na questão do quadro da ERSE no que diz respeito aos CAE e aos CMEC porque, como disse aqui, não sei. Mas posso dizer-lhe o seguinte, isto cronologicamente: a Dr.^a Cristina Portugal esteve aqui e apresentou o quadro, em julho, se não me engano, referindo que estavam a fazer um estudo.

O estudo da ERSE esteve disponível na página da ERSE em outubro e escrevi uma carta a 11 de novembro à Dr.^a Cristina Portugal a contestá-lo, já lhe vou dizer o quê. Recebi a resposta da ERSE muito em cima do Natal e já lhe respondi de volta à ERSE segunda vez e já falei com a Dr.^a Cristina Portugal que temos de ter uma reunião sobre o assunto.

Quais são os quatro pontos fundamentais que disse relativamente a esse estudo? Primeiro, sendo a APREN representante de 94% da potência renovável instalada no nosso País não entendemos porque é que a ERSE não falou connosco para saber como é que era o setor, o que é que se passa, o que é que existe e tudo mais.

A ERSE baseou o seu estudo, a sua análise num estudo da IRENA (International Renewable Energy Agency), que é perfeitamente nosso conhecido, e que diz explicitamente que isto são valores indicativos que de nenhuma forma podem ser usados para aplicar em países específicos e carece de muita cautela a utilização de comparações entre «leva lá esse *cost of energy* e as tarifas *feed-in*». Está lá escarrapachado isso e dos dados dos países que foram usados para fazer o estudo da IRENA não consta Portugal. Portanto, esta é uma falha gravíssima que estão a ter.

Depois não consideraram a realidade... Isto é verdade, Sr. Deputado, o estudo não tem nada a ver com a realidade portuguesa! Em nada! As situações, as questões... Como disse, há bocadinho, analisam os projetos como um todo e não entram em linha de conta com o tempo que leva a licença, com os projetos que não vão para frente, com os que chumbam. Analisam projeto a projeto, em vez de analisarem a realidade empresarial que está aí.

Há mais uma coisa: nesse quadro D, uma das tecnologias que tem a rentabilidade mais elevada é a das pequenas centrais hídricas, que é a que, na prática, tem das rentabilidades mais baixas. É uma das que a tem mais alta, mas é a que está nas mais altas. Vou-lhe dizer duas coisas que não consideraram: uma já a disse, é a questão de não entrar em linha de conta com...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Está a meio da tabela!

O Sr. Dr. **António Sá da Costa**: — Está a meio, alta, mas é muito mais baixa.

Estou a falar das renováveis. Com os CAE e CMEC é outro campeonato e com esse não me comparo.

Mas, oiça, Sr. Deputado, não entraram em linha de conta com o tempo que se leva a licenciar e com os custos de licenciamento, por um lado, e, por outro, e disse-o explicitamente na minha carta, consideraram que as centrais estão em funcionamento durante 50 anos. Consideram a amortização durante 50 anos e um período de receitas durante 50 anos, quando só temos uma licença por 35!

É uma diferença brutal! Estão errados neste ponto e errados noutros, não vale a pena estar... Não tenho aqui a lista completa, mas elenquei meia dúzia de pontos em que estavam errados e disse-o pessoalmente e na última carta que enviei. Não estou interessado em entabular uma troca epistolar com a ERSE, estou interessado em que o estudo seja corrigido e refeito, porque essas ilações que o Sr. Deputado tirou, qualquer pessoa tira do estudo.

No entanto, quero ressaltar uma coisa relativamente a esse estudo: as conclusões que ele tira, a maior parte, e que não têm a ver com esta história da rentabilidade e daquilo que há para fazer, estamos inteiramente de acordo com eles. Mas o que achamos é que aquelas conclusões que são gerais, aplicáveis e necessárias, a maior parte delas — há uma ou outra que a gente discute — não tem nada a ver com a análise que está para trás, na nossa ótica.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não vou fazer nenhuma pergunta, mas, na sequência do que o Sr. Eng.º Sá da Costa acaba de nos transmitir, estou convencido de que este documento que o Sr. Engenheiro acaba de referir, este estudo da IRENA, não está no acervo da documentação da nossa Comissão de Inquérito.

Julgo que, até, de uma forma mais simples e eficaz, se o Sr. Engenheiro estivesse de acordo e o pudesse facultar à Comissão, ele poderia ser útil. Dispensávamo-nos de requerimentos escritos e de outras trocas epistolares e deixava esta nota.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Vou recuperar o estudo e passo já...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, está feita a interpelação. Agradeço e já temos a resposta do Sr. Engenheiro que o irá enviar. Assim que chegar à Comissão, será distribuído por todos os Srs. Deputados.

Vamos prosseguir...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, juntamente com o estudo poderiam ser enviados os pontos críticos que a APREN enviou à ERSE a respeito.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Sr. Deputado, não sei se isto é muito curial, mas não tenho problema nenhum em enviar cópia das três cartas, duas nossas e uma da ERSE, para vosso conhecimento. Não tenho problema nenhum. Aliás, é sempre apanágio meu poder ser útil.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, vamos prosseguir a audição e se houver mais algum pedido, vai sendo feito. Já percebemos que o Sr. Engenheiro está disponível para nos responder a todos os pedidos.

Agora cabe ao Sr. Deputado Rui Cruz, do PSD, fazer a sua inquirição. Tem a palavra, Sr. Deputado, por 8 minutos.

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Sá da Costa, desde já agradecemos as suas palavras que, penso, foram bastante esclarecedoras num conjunto de pontos bastante interessante, mas a Comissão não está presa apenas, como objetivo, à determinação da existência, ou não, de rendas excessivas no setor, vai um bocadinho mais além e pretende também saber se os procedimentos que foram adotados foram transparentes, se os montantes são adequados, quem tomou as decisões e quem são os responsáveis políticos por essas decisões e se foram as mais informadas. Das respostas a estas questões, poderemos melhorar a decisão político-administrativa no futuro em defesa do interesse público.

Em audições anteriores, foi referido que a introdução de um grande aumento da capacidade de produção de energia eólica em regime de tarifas *feed-in*, num sistema já dominado pelos CAE e pelos CMEC, contribuiu para a criação de um *cocktail* explosivo que geraria o tal monstro elétrico.

Dentro desta lógica, faço-lhe um conjunto de perguntas sobre o assunto: perante a necessidade de implementação de medidas que respondessem aos desafios ambientais colocados, descarbonização, teria existido uma melhor alternativa à da aposta na produção da energia eólica?

Outro aspeto negativo que vem sendo referido nas diversas audições é o constrangimento operacional provocado pela injeção de produção de energia intermitente na dimensão existente no sistema energético nacional. Justifica-se esta preocupação ou não?

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Desculpe, não percebi. Podia repetir a pergunta?

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — Outro aspeto negativo, que tem sido referido nas diversas audições, é o constrangimento operacional provocado pela injeção de produção de energia intermitente, na dimensão existente, no

sistema energético nacional. A pergunta é se se justifica esta preocupação ou não.

A gestão feita para acomodar esta injeção de energia intermitente gera sobrecustos no sistema ou não?

Na sua opinião, foram devidamente ponderados os impactos que seriam gerados pela introdução massiva de capacidade de produção eólica num sistema dominado por produtores com CAE e CMEC?

Relativamente a estas questões, também existe um conjunto de estudos, conhecidos da Comissão, que, curiosamente, não conduzem à conclusão de que há rendas excessivas na energia eólica, como é óbvio, na produção em regime especial. Na sua opinião, e considerando os dados desses estudos — estamos a falar do relatório *Rents in the Electricity Generation Sector*, num estudo promovido pela Secretaria de Estado da Energia —, como é possível concluir que há rendas excessivas nos contratos de produção de energia eólica? Conhece algum estudo que confirme a existência das ditas rendas excessivas?

É óbvio que, pela sua resposta, ou pela apresentação, presumimos que não conhecerá, até porque é defensor de que não existem rendas excessivas, mas, pelo menos, pode ser que conheça algum estudo.

Poderá ter existido um excesso de voluntarismo no dimensionamento do investimento em capacidade de produção eólica? Não teria sido mais prudente aguardar uma maior maturidade das tecnologias e, conseqüentemente, dos respetivos custos, programando um maior espaçamento temporal entre investimentos?

Está de acordo que a ociosidade verificada no sistema existe sobretudo em maior medida pela introdução de capacidade de produção elétrica através de energias eólicas com regime *feed-in*, tal como sugerido em audições anteriores?

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — No último também me perdi.

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — Perguntei se está de acordo que a ociosidade verificada no sistema existe e sobretudo, ou em maior medida, pela introdução de capacidade de produção elétrica através de energias eólicas com tarifa *feed-in*, tal como sugerido em audições anteriores.

O Sr. **Presidente**: — É muita coisa, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Muita coisa.

A primeira pergunta tratava de saber se os procedimentos foram transparentes e os mais corretos. Acho que sim, porque repare que as regras...

O Sr. **Presidente**: — E se havia uma alternativa.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — As regras foram-nos impostas pela legislação que foi publicada. Na maior parte da legislação não tínhamos, nem temos, nenhuma interferência sobre o assunto. Diz assim: «Olhe, é isto para fazer; se querem, vai, se não querem, não vai». Houve sempre isso e as regras, para aparecerem os investidores e para construírem as centrais, têm de ser minimamente atraentes, não é?! Ninguém vai investir para perder dinheiro! Começa logo por aí. Portanto, as regras foram essas.

Julgo que os procedimentos foram mais corretos, foram mais adequados. No nosso ponto de vista, acho que deviam ter sido mais céleres. Houve muitas coisas que foram muito atrasadas, muito no desenvolvimento, mas é o que é. Posso dizer-lhe que, no princípio, das grandes dificuldades que tivemos — e estamos a falar ainda do século passado—, para além de dificuldades do ponto de vista do licenciamento... É que o Estado não estava

habituação a licenciar este tipo de projetos que não fossem para a EDP, portanto, era o Estado a licenciar para o Estado. Quando aparece um privado, começam-nos a exigir mais coisas do que exigiam para os projetos dos outros, porque éramos privados.

Além disso, tivemos uma dificuldade muito grande não a nível dos quadros superiores mas dos quadros operacionais intermédios da EDP, porque — e esta foi nitidamente a sensação que tive — a EDP Estado, as pessoas, os diretores ou subdiretores com quem lidávamos para licenciar os pontos de ligação, diziam-nos assim: «Esperem lá, toda a produção elétrica nacional é nossa. Se estes senhores vão produzir eletricidade, a minha empresa, a EDP, deixa de produzir. Se deixa de produzir, um dia mais adiante, se calhar, vou ter o meu lugar em causa».

Portanto, tratava-se de levantar e criar dificuldades a estes entrantes — não faz ideia do que foi —, até que houve uma altura, posso dizer-lhe, em que transmiti isso, uma pessoa percebeu isto e tomaram-se decisões internamente que mudaram isto radicalmente. Essa pessoa foi, na altura, o Diretor de Relações Comerciais da EDP, que dá, e ainda dá, graças a Deus, pelo nome de José Penedos. Percebeu as dificuldades que estávamos a ter, percebeu as coisas todas e disse-nos mesmo «não, isto não pode ser». Esta foi uma das coisas que conseguimos vencer, em que houve alguma dificuldade, como houve noutras.

Julgo que as tarifas *feed-in* não são excessivas, porque as tarifas *feed-in* tiveram várias filosofias. Posso dizer-lhe que a primeira filosofia... O Agostinho Lopes de certeza que se lembra disso, mas duvido que até o Deputado Jorge Costa tenha conhecimento disso. A primeira tarifa *feed-in* era o...

Deixe-me explicar o seguinte: o custo da eletricidade para grandes consumidores, o custo unitário, vai baixando sempre que subimos o nível de

tensão. Se compro 10 kV, tenho um preço, se compro 30, o preço é mais baixo, se compro 60, ainda é mais baixo.

Então, a primeira regra era que o que recebíamos era o preço da eletricidade ao consumidor do nível de tensão imediatamente acima daquele que ligávamos. Portanto, se ligasse a 10 kV, recebia da tarifa de 30. Se ligasse à de 30, da de 60, se ligasse à de 60, recebia a de 150. Era esta a relação, que fazia algum sentido no princípio, mas isso manteve-se durante relativamente pouco tempo.

Depois, estabeleceu-se um regime tarifário. O preço foi evoluindo e, posteriormente, apareceu um regime tarifário com 168,99, se não me engano, em que a tarifa tinha três componentes – aliás, pareceu-me uma fórmula algo complicada, mas uma solução bastante equilibrada. Isto foi definido internamente. Julgo que o Secretário de Estado que tratava na altura era o Dr. Fernando Pacheco, do Governo de António Guterres.

Como estava a dizer, basicamente, a tarifa da eletricidade tinha três componentes: a primeira componente era a valorização da eletricidade propriamente dita, equivalente ao custo de substituição da eletricidade; a segunda componente era uma equivalente a uma taxa de potência média, portanto, era um valor que variava de mês a mês mas que era o equivalente à substituição do investimento numa central que aquela energia estava produzir e era um investimento fixo; a terceira componente era o custo das emissões evitadas. E apareceram estas tarifas.

Esta tarifa teve uma primeira fase assim e, depois, teve uma fase em que o custo evitado era em função da tecnologia. Aí, pareceu muito mais uniforme, passando a haver uma tarifa diferenciada para a eólica, para a hídrica, para a solar e para a biomassa, e as coisas estavam assim. Mas as tarifas, à medida que foram evoluindo, foram sempre baixando.

Posso dizer-lhe que quando foi a história do Governo do Dr. Pedro Santana Lopes — era Secretário de Estado o Dr. Manuel Lancastre —, que

nos fez uma redução muito grande e mudou o sistema, cheguei a dizer-lhe: «Acho que é possível fazer uma redução dessa natureza, mas não como o senhor está a pensar». Porquê? É que o sistema, concretamente o sistema da eólica, estava de tal maneira que o coeficiente z ia baixando consoante o número de horas de operação.

Portanto, tinha um valor para as primeiras 2000 horas, mas, depois, de 2000 a 2200, baixava, de 2200 a 2400, voltava a baixar, de 2400 para 2600, voltava a baixar e, depois, de 2600 para cima era um valor mais baixo. O que é que isto fazia?! É que à medida que uma central eólica produzia mais, o preço unitário baixava e tinha um valor que, a partir das 2600 horas, era um valor que, na altura, era inferior ao valor de mercado.

O que o Dr. Manuel Lancastre fez foi tirar este coeficiente degradante e pumba! Fez um valor baixo para todos. E disse-lhe assim: «Errado!». Ao que se devia ter chegado, no modelo que eu queria, era descer o mesmo esquema em degraus proporcionalmente. Se se tivesse feito isso, o que é que acontecia?! À medida que as máquinas fossem evoluindo, a tarifa era mais baixa. Quem é que ganhava?! Ganhava o consumidor. Ele não quis perceber isso.

Houve coisas que nós, APREN, sugerimos fazer e que foram discutidas internamente. Pessoalmente, sugeri isso e não foi aceite. E disse «mas o senhor está a fazer...», e ele respondia «ah, mas as máquinas nunca vão fazer mais do que 2600 horas», e eu disse «oh, Sr. Secretário de Estado, não faça futurologia». Então, no dia em que fizerem 3000 ou 3500... E existe! Por exemplo, posso dizer-lhe que existe atualmente em Portugal uma central eólica que faz mais de 4000 horas.

Portanto, depois houve a alteração, já com esse decreto-lei, em que em vez de ser uma tarifa por 15 anos, passou a ser uma tarifa remunerada no menor dos prazos: ou 15 anos ou quando essa central eólica atingisse 33 GWh/MW instalado. Os dois valores eram equivalentes se o número

equivalente de horas fosse 2200 horas, portanto, uma eólica que tivesse mais...

O que é que acontece hoje em dia? Embora tenham, à partida, o mesmo valor, o prazo em que a tarifa é dada vem encolhendo. Essa central que tem 4000 horas teve a tarifa garantida durante nove anos, o que já se sabia à partida, e conseguiu um financiamento por oito.

O que é que acontece? Olhamos só para a tarifa e esquecemo-nos de que estamos a reduzir o prazo consoante a evolução da tecnologia. Quem sai beneficiado do sistema... Alguém aqui vos explicou isto?! Não! Porquê?! Não sei. Mas posso dizer-lhe «presunção e água benta, cada qual toma a que quer».

Como disse há bocadinho, estou há 35 anos no setor. Fiz de tudo: desde a folha branca, fiz projeto, contratei terrenos, licenciei, fiz estudos de impacto ambiental, fiscalizei obras, explorei centrais, fiz tudo. Conheço de A Z. Tudo!

Depois faz-me impressão... Estive para fazer uma lista de perguntas que achava que vocês me deviam fazer a mim em vez de ter feito às outras pessoas, mas depois desistir de fazer isso.

Mas acho que sim, que tivemos a melhor alternativa. Não podemos estar à espera que uma tecnologia esteja madura. Sr. Deputado Rui Cruz, de certeza que não o tem aqui, mas certamente terá um computador. O senhor está à espera que o computador esteja com a melhor tecnologia para comprar? Ou vai comprando? Digo-lhe mais: e depois não há uma altura em que tem um computador que funciona mas, ao fim de três ou quatro anos, não o vai substituir por quê? Porque está em competição com os outros e deixa de ter a *performance* que os outros têm. E o computador continua a funcionar.

Também foi aqui dito «está-se a substituir por máquinas»...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O computador também ficou mais barato.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Não, o computador normalmente não fica mais barato. Pagamos mais pelo computador. Tem é mais poder de cálculo.

Quando fazia análises do projeto, lá para a empresa onde trabalhava, quando era responsável por isso, não analisava o custo do megawatt da máquina; o que analisava, o que comparava, era o custo do megawatt-hora. Era o custo da *performance* que tem. Posso pagar mais por uma máquina mas aquilo que ela produz é mais barato e, para ser mais barato, tem de produzir mais. Produzindo mais, daquele esquema que existia, vai encolhendo o número de anos. Portanto, há um benefício.

Agora, dizer «ah, isso já é refletido». Não, não é refletido, porque aparecem os projetos fundamentalmente instalados nos concursos que ainda não chegaram a esse prazo. Há coisas que vão... Portanto, acho que sim.

Também queria dizer o seguinte: por exemplo, a Espanha, na eólica, começou mais cedo do que nós. A média da potência unitária por máquina em Espanha é inferior a 1 MW. A média da potência instalada em Portugal é superior a 2 MW. Quer dizer que temos máquinas mais eficientes e temos menos máquinas para produzir... Até produzimos um bocadinho mais de energia elétrica do que isso.

Não tenho conhecimento de nenhuma restrição operacional de injeção de eletricidade eólica ou solar. Nunca houve nenhuma restrição, nunca houve! Houve coisas que se passaram, e disse-o há bocadinho.

Por exemplo, passou por lei a ser obrigatória a instalação — eu sou engenheiro civil, não sou eletrotécnico — de baterias de condensadores nas centrais eólicas e eu opus-me a isso porque íamos ter, e vou utilizar jargão, eletricidade reativa a viajar pelas redes quando não é precisa para nada. Eu disse «não ponham», mas puseram isso na lei. E depois apareceu a REN a

dizer «temos reativa a mais». Pois temos! Eu não disse para não fazerem isso?! Por que é que disseram que era preciso ter baterias de condensadores?!

As baterias de condensadores são necessárias em determinados pontos da rede e em vez de estar o promotor — depois foi adotado o processo — a pagar a bateria de condensadores na sua central, assim paga um x à rede e a REN pega nesse dinheiro e instala as baterias reativas onde fazem falta. É que não é em «Freixo de Espingarda às Costas» que é precisa uma bateria reativa quando o consumo de reativa é em Lisboa. E tenho problemas de reativa? Não! Houve as evoluções que foi preciso e não há problemas.

Sempre contribuímos para a gestão, quando a REN nos pede. Uma vez, tivemos uma reunião da Direção-Geral de Energia e a REN pediu... O fim de semana mais crítico, mais sujeito a haver um apagão em Portugal é, normalmente, o fim de semana da Páscoa. Porquê? Porque — isto é muito interessante — é uma altura em que ainda há água e vento e no fim de semana da Páscoa, como sabem, muitas vezes há férias, os consumos caem brutalmente e há produção que pode ser a mais.

Contrariamente ao que estava na lei, a REN, num determinado ano, veio pedir «por favor, vamos escolher uma quantas centrais eólicas em que vocês vão deslastrar, não vão produzir o que querem e não vão injetar a reativa, para que não haja nenhum apagão». Nós contribuímos voluntariamente. Depois, os produtores foram penalizados porque a EDP, que fazia a verificação das faturas, disse: «vocês não estão a cumprir a lei e são penalizados». Dissemos: «mas há aquele pedido» e, então desfez-se a penalização. Mas nós contribuímos sempre.

Já há bocadinho referi, mas se calhar não fui completamente claro, quando disse que foram ponderados os efeitos de haver muitos CAE e muitos CMEC, que se o Sr. Deputado me perguntar o que é que eu acho que devia ser a forma de remunerar a eletricidade, não só em Portugal mas em qualquer

país do mundo, era a tendência de haver não este mercado marginalista para 100% da eletricidade.

Já aqui referi que se houver renovável que está satisfeita a receber 45 euros, por que é há de receber 80? Então, como é que vou receber 45? Faço um leilão antes.

Aquilo que acho que se devia fazer — e não é amanhã, é para ir fazendo — era que 80 a 90% da eletricidade tivesse PPA (Power Purchase Agreement), ou seja, devia ter tarifas fixadas, e só os 10 a 20% que faltam é que deviam ir ao mercado marginalista, que é quem faz o fecho do mercado, e deviam ser remuneradas no mercado marginalista.

Também acho que devia haver uma remuneração, e aqui também se tem falado muito — e não temos isso nas renováveis mas faz-me impressão como as pessoas não percebem isto — na questão da garantia de potência. Essas centrais que fecham o mercado marginal, que estão a fazer os fechos, as falhas, têm de ser remuneradas pela garantia de potência.

Costumo dar este exemplo, que é utópico. Há duas formas de remunerar os bombeiros: ou através dos impostos, e todos os meses lhes pagam os salários, as instalações, o equipamento, etc., todos os meses há um «pinga-pinga», ou diz-se que os bombeiros são remunerados «à peça». Quando há um incêndio, vão ter com o proprietário da propriedade que está a arder e dizem: «quanto é que o senhor nos paga para ligarmos a mangueira?». Ou, então, a um sujeito que foi atropelado e está debaixo do carro, perguntam: «quanto é que o senhor nos paga para o levar ao hospital?» Nessa altura, pagamos «couro e cabelo»!

Se tivermos 100% do mercado, estamos a remunerar todos — não pode ser! —, e se não tenho aqui um garantido... Se fizéssemos essa remuneração à peça...

Uma das coisas que pagamos e nunca queremos receber é o seguro de vida. Ninguém o quer receber! Também não queremos receber o seguro do

automóvel, porque é sinal que não tem sinistros. Se fosse o segundo tipo de remuneração, por exemplo, os bombeiros do aeroporto, rezamos para que não haja nada...

Portanto, não pode ser. Não há problema nenhum e tem de ser ajustado.

Não conheço nenhum estudo sobre rendas excessivas nas eólicas. A única coisa que eu vi, e já aqui foi mencionado, foi o estudo daquele grupo de consultores da Cambridge, que a secretaria de Estado do Engenheiro Henrique Gomes mandou fazer. Nesse estudo vem dito, «preto no branco», que nas eólicas não há rentabilidades excessivas. É o único que conheço, não conheço mais nenhum, mas esse já aqui foi tratado.

Quanto ao excesso de voluntarismo, acho que não houve. Aquilo que acho é que, às vezes, houve até uma retração, nalguns aspetos. Por exemplo, não faz qualquer sentido só agora quereremos desenvolver a eletricidade solar. Devia ter-se desenvolvido mais cedo, com outro conceito que não o que estava a ser, em determinada altura, nem com o que está a ser agora.

Acho que foi o Deputado Hélder Amaral que disse: «com a mudança, agora, saiu e a energia foi integrada no ambiente.» Recordo, Sr. Deputado, que no Governo anterior, na segunda metade, a energia esteve com o ambiente, com o Dr. Jorge Moreira da Silva. Ora, aquilo que disse e que acho é que nunca devia ter saído de lá, porque esta política de ter energia e clima, energia e ambiente juntos é uma questão que se está a propagar por toda a Europa. Uma coisa é indissociável da outra, têm de se ver as duas e são transversais a tudo. Portanto, não houve excesso de voluntarismo.

Quanto à ociosidade do sistema, e às vezes é difícil procurar, o Sr. Deputado, quando chega uma estação de comboios ou a um aeroporto e vai apanhar um táxi, só apanha o primeiro; os outros estão todos ociosos. Depois, outra pessoa vem a seguir e apanha o outro táxi. Ou seja, em qualquer sítio há ociosidade e isso tem de existir sempre.

Por exemplo, veja um estádio de futebol. Quantas vezes é que é usado? Na maior parte do tempo é ocioso.

E também o nosso carro é ocioso. Usamos o carro em 5 ou 10% do nosso tempo. Não devíamos ter carro! O carro é um *bibelot* caro, porque está em exposição, e nós gastamos bastante dinheiro nesse *bibelot* e não o tratamos bem, porque, com o dinheiro que gastamos, em vez de o termos preservado numa redoma ou numa vitrina, em casa, quando não está a uso, temo-lo à chuva, à intempérie, sujeito a riscos.

Portanto, ociosidade é uma coisa que existe e que tem de existir sempre e não é restrição nenhuma ao sistema elétrico, que funciona.

E mais: a prioridade existe — e não fomos nós que a definimos porque o sistema de mercado marginalista existe há mais de 40 anos —, entra primeiro aquele que tem o custo marginal mais baixo. Os outros vão ficar todos de fora? Não, têm de ser remunerados de alguma maneira porque estão ali de reserva para fazer algum *backup* quando for preciso. Mas o *backup* que é feito sempre existiu.

Uma das razões de se falar nas interligações — que, para mim, é a razão principal — é que quando há um problema é na rede geral. Portanto, o *backup* é partilhado por todos os países e em vez de estar cada país a ter o seu *backup* e os seus custos, temo-los partilhados entre todos. Se há menos centrais a fazer o *backup*, sai mais barato para todos.

Portanto, o conceito mudou completamente e não podemos estar em pleno séc. XXI e a pensar que ainda estamos nos anos 50. Não dá!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, embora a resposta tenha sido longa, pelas minhas anotações, há um tema que não foi abordado nas respostas, que tem a ver com o que o Sr. Deputado disse, a determinada altura, ou seja, se terá sido tudo ponderado no momento do aparecimento em força das eólicas, tendo em conta a existência de contratos CAE e CMEC,

podendo desse modo originar-se o pagamento, aí sim, de rendas, não nas eólicas mas nas outras que beneficiavam do facto de se ter introduzido no mercado este novo modelo no sistema de produção de energia.

Pelo menos, a anotação que tenho é esta.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Respondi parcialmente, não abordei de uma maneira tão clara.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado é que tem de dizer se está satisfeito com o grau da resposta ou não.

Faça favor, Sr. Deputado Rui Cruz.

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — Não. O Sr. Engenheiro abordou parcialmente.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Abordei parcialmente. Mas, repare: faço fotografia e já fiz cinema. Voluntariamente, deixei de fazer filmes porque já não tenho tempo para a fotografia, mas no cinema há uma expressão, quando há transições entre duas cenas, o chamado *fade-in/fade-out*. No *fade-out* a cena vai-se desvanecendo e a outra vai aparecendo.

Ora, o que se passa é isto mesmo. Os CAE estão em *fade-out* e as renováveis estão em *fade-in*. Portanto, há uma altura em que as duas coisas se sobrepõem. Só que no cinema um *fade-in/fade-out* leva, no máximo, 3 ou 4 segundos e aqui leva, no máximo, 5, 6 ou 10 anos.

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — 20?!

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Não, não é 20 porque estão a desaparecer. O que se paga de CAE e CMEC está a diminuir.

Atenção, aquilo que vejo, e já o escrevi uma vez, quando houve a transição dos CAE para os CMEC, houve que acertar umas contas. Acertaram-se as contas e chegou-se a uns valores. Se houvesse capacidade por parte do Estado, aliás, do sistema elétrico, este tinha pago os acertos que havia logo na altura; como não havia, anda a pagar aos bocadinhos e, portanto, esse *fade-out* é prolongado pelo facto de o sistema elétrico não ter dinheiro. É preciso que tenhamos isto em consciência. Aquilo foi, foi, foi...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de continuar, Sr. Deputado Rui Cruz.

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — Sr. Engenheiro, o problema está em vincular-se a uma tecnologia durante 35 anos, quando no mercado passam a existir tecnologias bem mais baratinhas...

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Quais 35 anos? Que energia?

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — No caso das eólicas.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Nas eólicas não, são 20 anos.

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — Terminando essa discussão e continuando a minha pergunta, houve anos em que o sobrecusto com a cogeração foi superior ao custo com a produção de energia eólica. Há uma polémica quanto aos custos que esta fonte de energia acresce ao sistema elétrico. Na sua opinião, qual será o motivo de se questionar tanto as rendas das eólicas e não se questionar, por exemplo, as rendas da cogeração?

Quais são as principais diferenças, considerando vantagens e desvantagens, da produção eólica face à cogeração?

Diversas personalidade do setor da energia, alguma já ouvidas aqui, nesta Comissão, referem que todas as metas de redução de gases com efeito de estufa, renováveis e de eficiência energética vão ser cumpridas e estão até já acima das metas estabelecidas para 2020. Deste modo, o argumento para continuar a apoiar as energias renováveis fará menos sentido, porque Portugal encontra-se bem encaminhado para cumprir as metas europeias do Acordo de Paris.

Qual é a sua opinião sobre este assunto?

O Eng.º Carlos Pimenta, entre outros, sempre defendeu metas muito ambiciosas para as energias renováveis. Num sistema com tarifas garantidas a ambição das referidas metas não é suscetível de distorcer o mercado?

O anterior Governo conseguiu um compromisso de aumentar as interligações entre a península ibérica e França. Foi referido nesta Comissão de Inquérito que os produtores de energia eólica, beneficiados por tarifas *feed-in*, receariam, de algum modo, o reforço das interligações à Europa. Isto é mesmo verdade?

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Sr. Deputado, deixe-me dizer o seguinte e, entretanto, procuro um *slide*.

Sobre a cogeração acrescento ao que disse que houve um ano em que o sobrecusto da cogeração foi superior ao da renovável.

Já agora, deixe-me dizer-lhe o seguinte, que ainda agrava mais o que o Sr. Deputado está a dizer: foi superior em valor absoluto, mas produziu-se menos eletricidade. Portanto, o agravamento ainda é pior do que aquilo que está a dizer, ou seja, pagou-se mais por menos eletricidade que a eólica.

Por que é que a cogeração não foi atacada? Há duas razões: uma, é a de que quem ataca a eólica tem inveja de nós, quis fazer e não lhe deixaram fazer. Não vou estar a mencionar nomes a não de ser de uma pessoa que, por ter estado num Governo, e isto é público, veio no jornal *Público*, foi pedir,

dizendo: Ah, eu, como fui Governo e não sei quantos, quero fazer um projeto de 1000 MW, mas não quero concursos, não quero fazer nada, quero fazer as coisas, e tal... E o Dr. Manuel Pinho, desculpe-me a expressão, mandou-o passear e ele, aí, ficou com aquilo atravessado e trata de atacar as eólicas – aliás, ele já esteve aqui na Comissão. Por outro lado, como ele tinha tido ligações à indústria, está quieto, nada de falar da indústria!

Ora, eu acho que a segunda razão é essa mesmo: é que a cogeração foi uma forma de apoiar a indústria – com a qual eu concordo, e concordo com a forma e com o apoio, posso é não concordar com alguns detalhes.

Gerar eletricidade em centrais de cogeração é uma fonte de eficiência, por exemplo: uma central a gás de ciclos simples tem uma eficiência na casa dos 30 a 35%; uma central a gás de ciclo combinado tem uma eficiência na casa dos 50 a 55%; uma central a cogeração a gás tem uma eficiência acima dos 60%, 60 ou 61% – é a maneira mais eficiente de gerar eletricidade e calor, porque aproveita-se parte do calor que nas outras centrais vêm para a atmosfera...

Posso dizer, *en passant*, para que tenham a consciência do que se passa, que uma central hídrica tem eficiência na casa dos 92, 93%...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — De eficiência?!

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — De eficiência! Portanto, é a forma mais eficiente...

Eu há pouco disse que era engenheiro civil, mas não disse tudo: sou engenheiro civil hidráulico, daqueles que mete água, mas com conhecimento de causa...

Risos.

Como estava a dizer, uma central hídrica é das formas mais eficientes e, portanto, houve uma forma, que, julgo, talvez não tenha sido a mais correta, mas que já acabou e estão a acabar e isso foi aproveitado por algumas empresas que transformaram as fábricas em centrais de cogeração, só para vender e já não tinham laboração, mas isso foi controlado e já está acabado...

Julgo que o sistema da cogeração deveria continuar a ser apoiado, mas não me pergunte em que modalidade e como, mas também devia de ser porque há muita forma de beneficiar.

O *slide* que mostrei há pouco, onde se olhar para 2020 vamos ver que teremos 31% de renováveis e nestes 31% de renováveis tínhamos previsto que a eletricidade tivesse 59,6% de renováveis e atualmente temos 54% ou 55% e como esta contabilidade, e já o disse ao Ministro João Pedro Matos Fernandes e ao Secretário de Estado João Galamba que me disseram: ah, mas a gente vai conseguir... Não, não vamos conseguir! Porque, para termos os 60% da eletricidade que era preciso, precisávamos de ter a funcionar no dia 1 de janeiro de 2020, que é o último ano da contabilidade, uma combinação – que podia ser diversa, mas para que tenham uma noção só de um setor, porque isto pode misturar-se – de, pelo menos 2500 MW de solar fotovoltaico! 2500! Se se contruir tudo o que está licenciado neste ano, o que eu não acredito, só temos 1073 MW! Não vamos cumprir as metas! Ficamos pertinho? Ficamos, mas não cumprimos!

O Sr. Deputado ou as pessoas dizem: mas no ano de 2016 tivemos 62% de renováveis! Tivemos 62% de renováveis, mas não é assim que se contabiliza, porque um País, vamos, por exemplo, pensar em 2020, não pode ser beneficiado no ano 2020, porque foi um ano húmido, ou prejudicado porque foi um ano seco, pelo que a União Europeia definiu um esquema em que calcula a percentagem de renovável, considerando uma média móvel dos últimos 15 anos para a hídrica, em função da potência, e para a eólica os últimos quatro anos e essa média móvel é que, mesmo nesse ano de 2016,

era só de 54,3% e agora – e ainda não saíram os números oficiais que a DGEG calcula esses valores – este ano devemos andar na casa dos 55%, 55,1%. Não se consegue chegar lá! Não vamos cumprir! Não nos podemos esquecer que, olhando para trás, nos últimos 10 anos, as únicas coisas que se fizeram, e devia ter-se feito mais, foi o que resultou dos concursos da fase A e da fase B da eólica e nós devíamos ter feito o dobro do que fizemos. Portanto, não houve excesso de voluntarismo! Não vamos cumprir as metas!

A última pergunta, tomei notas, mas não consigo ler o que escrevi...

O Sr. **Presidente**: — Tinha a ver com as interligações.

O Sr. Dr. **António Sá da Costa**: — Sobre as interligações, posso dizer que, mesmo quando se falou das interligações a Marrocos, foi das poucas coisas em que estive de acordo com o Secretário de Estado Jorge Seguro Sanches, porque as pessoas – e eu tive dificuldades, tive de confrontar os meus associados e eles, depois, perceberam o que se passa – dizem: o facto de aparecer cá eletricidade mais barata do que a que é produzida cá, por causa das interligações, vai baixar os preços do consumidor. Não tenho dúvida nenhuma disso!

Mas também podemos exportar se a nossa for mais barata do que a que está lá fora... E na questão da interligação a Marrocos havia o receio e dizia-se: ah, a eletricidade de Marrocos vai ser mais barata e, portanto, vai chegar cá mais barata!

Eu digo assim: a eletricidade de Marrocos, se for mais barata do que a que é gerada na península ibérica, chega cá, ou pela interligação que se faça Silves-Rabat, ou pela interligação que existe de Espanha. Ora, se nós não fizermos essa interligação, a eletricidade vai chegar via Espanha e, portanto, os efeitos são os mesmos.

Assim, se me dão a escolher, o que é que eu prefiro? Ter uma interligação que venha de Espanha, ou uma outra? Eu prefiro ter a outra... O que é que os marroquinos preferem? Preferem ter a outra, e porquê? Porque têm duas fontes... Serve de *backup*, porque a faixa de passagem dos cabos submarinos de Espanha para Marrocos é uma faixa muito estreita e se há ali um problema perdem tudo e assim têm uma alternativa, há aqui um custo de alternativa.

Mas esse custo da alternativa é muito mais caro! Ah, pois é, muito mais caro! Mas eu acho que sim! Como também acho, e posso ir mais longe, que devia haver – e defendo isso cada vez mais, e é caro, é, mas é facilmente pagável –, uma ligação da península ibérica à Grã-Bretanha. Devia de haver! É caro! É fatível! É caro? É! Mas paga-se!

Vejam: nós a produzir eletricidade a 40, ou a 50 ou a 60 €/MWh e os britânicos a pagaram os 115 € da central nuclear. Nós dizíamos assim: olhe, dividimos o custo a meio. As interligações são incontornáveis, da mesma forma que as renováveis são incontornáveis. Eu defendo as interligações! O plano é ambicioso? Acho sim! Acho que devemos ter metas ambiciosas? Devemos ter metas ambiciosas! Eu comparo as metas sempre com – e desculpem a minha analogia sempre com o desporto – o salto em altura. Nós pomos uma fasquia e o atleta para passar à fase seguinte tem de passar por cima da fasquia; não é tocar na fasquia...

Portanto, as metas estão definidas, temos de fazer o possível e criar condições, e essas condições são criadas pelos Governos, pela Assembleia da República e pelas instituições que fiscalizam o sistema, para que as metas sejam ultrapassadas; não é a criar obstáculos que lá chegaremos. É nisso que todos temos de estar alinhados.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, acho que a pergunta concreta era: se as interligações só beneficiavam as eólicas.

O Sr. **António Sá da Costa**: — Beneficiam o País. Beneficiamos todos!

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — O Decreto-Lei n.º 35/2013 tem sido aqui atacado, porque se diz que foi um péssimo negócio para o Estado e um bónus para os produtores eólicos. Pode ajudar-nos a esclarecer os moldes concretos deste péssimo negócio para o Estado?

E, já agora, uma pergunta que resulta da existência de uma auditoria da Inspeção-Geral de Finanças que concluiu, e cito: «que os produtores de energia renovável terão de devolver até ao máximo de 300 milhões de euros por terem beneficiado de uma dupla subsidiação nas tarifas e em apoios. Os inspetores detetaram 248 projetos com dupla subsidiação. Os produtores de eletricidade a partir de fontes renováveis já recebem apoios que são pagos pelas famílias através da fatura da luz».

Conhece esta auditoria e os seus resultados? Qual é a sua opinião sobre esta matéria?

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — O Decreto-Lei n.º 35/2013, como já disse... Nós não fomos pedir nada, o Estado veio dizer: «olhe, precisa do dinheiro...?» Nós já tínhamos – como não ia haver certificados verdes – uma tarifa de 74 €, não houve...

Repare uma coisa: este é um decreto-lei que está escrito em 2005. Está definido! Foi aqui definido! Não houve mudança nenhuma! Aquilo que o Dr. Artur Trindade fez foi dizer assim: olhe, não vai haver certificados verdes. Se não há certificados verdes...

E, deixe-me fazer aqui um pequeno parêntesis para ver que, muitas vezes, o Estado não cumpre. No Decreto-Lei n.º 215-B/2012 está lá escarrapachado, preto no branco, que terá de se promover as condições para

haver duas coisas: uma, garantias de origem, que não há, ou seja, passados seis anos e tal não há um sistema de garantias de origem; outra, um facilitador, um agregador que consiga tomar a eletricidade das renováveis e pô-las no mercado, já que nós não podemos ir diretamente. Não criou! O Estado não criou e não é há falta de eu, de todos os Secretários de Estado dizerem: «tem de se fazer isso, tem de se fazer isso!...»

A primeira coisa que disse ao Secretário de Estado Jorge Seguro Sanches, quando ele tomou posse, em 2015, foi: «não se esqueça de que já passaram três anos e nada foi feito; deve ser uma das suas prioridades». Foi dada à REN, a REN certificou-se, para emitir as garantias de origem, quando ainda era semipública. Quando passou a totalmente privada, a Direção-Geral de Energia retirou-lhe isso e não teria orgulho disso. Esteve dois três anos a Direção-Geral de Energia sem conseguir fazer nada e agora decidiram — ainda o Secretário de Estado Jorge Seguro Sanches — que voltava para a REN.

E os promotores que estão no mercado, neste momento, estão a perder essa... Admire-se que alguém, um dia, ponha o Estado em tribunal, por ter uma perda de receita, por não ter cumprido o que o próprio Estado disse que tinha de fazer. E, nessa altura, testemunho, se quiserem, o ter dito aos Secretários de Estado que tinham de fazer isso.

Este Secretário de Estado já disse que está a tratar do assunto...

Mas disseram que era preciso uma contribuição, fizeram as contas — foi o Governo que fez as contas sobre o que nos deveria propor, quanto é que deveria fazer, foram eles que fizeram as contas — e nós fomos voluntários de aceitar ou não aceitar.

Qual foi o meu papel, no meio disto tudo, na questão de eles aceitarem? Nem gosto muito de provérbios do povo, mas há um provérbio que diz: mais vale um mau acordo do que uma boa demanda.

Nós achávamos que era preferível — e defendi isso — aceitar, o ótimo é inimigo do bom, do que estar a criar uma condição. E acho que sucedi, nesse aspeto, a defender o País.

Se há um bom acordo, o Eng.º Carlos Pimenta aqui apresentou o modelo dele e o modelo dele diz que se o preço de mercado for abaixo dos 52 €, os promotores saem beneficiados, se for acima, em 2020, é o sistema elétrico que sai beneficiado. Ora, o mercado, em 2017, estava a 54,6 €, em 2018, a 57,4 €. Quando sabemos que o mercado é fixado, fundamentalmente, pelos preços das centrais térmicas e sabemos que, relativamente a 2017 e 2018, melhor, de 2018 para 2019, vai aumentar o ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos) e a taxa que o carvão vai pagar, o preço da eletricidade só vai subir. O sistema vai ser fundamentalmente beneficiado por causa disso.

No que diz respeito à auditoria da IGF (Inspeção-Geral de Finanças), posso dizer-lhe, já à partida, que não conheço. Pedi, para ver e foi-me negado.

Há duas coisas, temporais, e ambas são informação de jornal. No dia 3 de julho de 2018, numa entrevista dada à jornalista Ana Suspiro, do *Observador*, o então Secretário de Estado, Jorge Seguro Sanches, disse que era um assunto muito complexo, tinha questões jurídicas e que por causa disso ia consultar, pedir o parecer da Inspeção-Geral de Finanças.

Quando saiu o relatório — agora não me lembro, mas foi no mesmo jornal, *Observador*, e foi também com a Ana Suspiro —, este dizia que a Inspeção-Geral de Finanças chegou aos tais 299 milhões de euros. E, escreve a jornalista, que me disse, a mim, que viu o relatório: «a Inspeção-Geral de Finanças não se debruçou sobre as questões jurídicas».

Ó Sr. Deputado, o importante são as questões jurídicas! Se nós não cumprimos, se alguém não cumpriu, tem de pagar o que não cumpriu! Mas o que ali diz é que não se debruçou sobre as questões jurídicas.

Então, pergunto — e desculpe o coloquialismo — que negócio é o nosso? O Secretário de Estado, Jorge Seguro Sanches, diz que quer saber, consultou a Inspeção-Geral de Finanças para saber as questões jurídicas e eles só lhe respondem com os números e não respondem com a parte jurídica, porque é muito complexa?!

Então que brincadeira...? Estão a brincar connosco. Sinto-me ultrajado.

Mas vou mais longe: qualquer coisa que haja, neste sentido, considero — e não sou só eu, há juristas especialistas em direito administrativo que dizem isso — que, a haver qualquer coisa, é considerado um confisco. E dou-lhe três razões para isso, sendo que duas delas são muito parecidas.

Primeira razão: já passou muito tempo. Naquela lista, existem projetos que beneficiaram do Programa Valoren, que financiou projetos construídos, entrados em exploração, em 91, 92, 93, 94, 95... Há mais de 20 anos!

Quando o Secretário de Estado me disse que ia fazer isso — «ah, vou investigar todos» —, eu perguntei: «de todos, para quando? É desde a fundação do reino, com D. Afonso Henriques? Ou as coisas não têm limite nos prazos?» Primeiro o prazo, é isso que é pago. Os últimos projetos que tiveram apoios, estes foram atribuídos em 2005! Em 2005, há mais de 13 anos! Embora o pagamento final da última prestação de alguns tenha sido em junho de 2008, portanto, há mais de 10 anos.

Então? Prazos... Não faz sentido nenhum!

Segunda razão relacionada com prazos: o dinheiro para aqueles projetos veio 85% da União Europeia e 15% de fundos nacionais. Se houvesse alguma repercussão, 85% do dinheiro que fosse capturado, era devolvido para Bruxelas — portanto, não ficava nada —, e há uma regra desses projetos que diz — agora tenho aqui uma dúvida no ano — o seguinte: «nenhum processo pode ser reaberto», não me recordo se é passado quatro anos ou cinco anos do seu fecho. Portanto, isto está completamente de fora.

São dois argumentos, no que diz respeito a *timing*.

O terceiro argumento neste sentido: o último processo que foi instituído na altura em que era Ministro da Economia o Dr. Carlos Tavares, ele fez uma apresentação, da qual tenho cópia, dizia, muito claramente: «existem três modos de apoio complementar...» — apoio complementar — «... para as renováveis. Primeiro modo: a tarifa *feed-in*. Segundo modo: o apoio do programa. Terceiro modo: um apoio para infraestruturas, que só está acessível aos operadores de rede.» Portanto, nós não tínhamos acesso. Uma das regras que todos os projetos tinham era a de os projetos terem de ser viáveis, económica e financeiramente, sem o apoio. E o único... Um projeto, é muito simples... Temos custos e temos receitas. Os custos são determinados e auditados, e tudo o mais, e as receitas são a produção vezes a tarifa *feed-in*. Portanto, o projeto só era viável se tivesse uma determinada *feed-in*. E nunca apareceu uma regra que dissesse: «se o projeto não tiver apoio a tarifa é x e se tiver apoio a tarifa é y ». Nunca apareceu isso.

Mais ainda: no último programa os processos eram tão complicados, tão complicados, que os promotores não iam aos projetos. Mudaram no IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação) e mudaram nas questões dos procedimentos na DGE e andaram-nos a pedir, para o dinheiro não retornar a Bruxelas, para concorrermos e apresentarmos os projetos. Muitos dos projetos que foram financiados, foram-no com fundos, com dinheiro que foi devolvido.

Não vi o relatório do IGF, não vi nada, mas aquilo que quero ver, enquanto Presidente da APREN, e aquilo que os associados da APREN querem ver resolvido é a questão jurídica.

A minha opinião é a de que aquilo não tem pernas para andar. Juridicamente, qualquer juiz num tribunal percebe que aquilo não tem razão nenhuma para andar. É verdade! Não há questão nenhuma. Quanto à auditoria, não sei o que foi pedido, nos termos do Secretário de Estado, à

auditoria. Só conheço a entrevista que ele deu no jornal, em que disse que consultava a Inspeção-Geral de Finanças, por ser um problema complexo juridicamente.

No que é que vai dar? Ficamos à espera.

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — Já agora, só mais um preciosismo meu, só para esclarecer.

Quando falou no Decreto-Lei n.º 35/2013 e falou na ausência, ou na falha, do Estado, quanto à implementação da garantia de origem ou definição e à figura do facilitador, que foram sendo adiados pelo próprio legislador, o Governo, a pergunta que lhe queria colocar era se estes dois instrumentos, implementados, têm impacto ou não no custo da energia para os consumidores.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Deixe-me dizer-lhe que a garantia de origem não tem nenhum impacto para o consumidor, mas tem impacto para o promotor. Isto porque o promotor pode vender a sua garantia de origem a terceiros, nomeadamente, fora do País.

Portanto, quando vende, é uma fonte adicional de receita, que, aos preços atuais, se calhar significa mais 5% a 10% da receita, com tarifas muito baixas ou baixas.

Qual é o impacto que tem para o País? É que se se vender a garantia de origem para fora, essa eletricidade não conta como renovável para as contas finais. O impacto não é direto ao consumidor, não tem nada que ver.

No que diz respeito ao agregador, repare que também não tem efeitos nenhuns para os consumidores, porque temos passado muita dificuldade e também porque há pouca expressão.

Julgo que, atualmente, no que respeita a PRE renovável... Faço aqui um parêntesis. O Decreto-Lei n.º 215-B/2012 tem uma definição de

produção em regime especial como sendo toda aquela feita em centrais renováveis ou com origem em recursos endógenos.

Isto quer dizer que se tivéssemos gás em Portugal e o queimássemos numa central a gás, passava a ser PRE. Depois, havia a PRE que era remunerada com tarifa *feed-in* e a outra que vai a mercado. A grande hídrica, que vai a mercado, também é considerada PRE.

Assim, fazendo este parêntesis, dizemos que com aquela PRE eólica, de pequena hídrica e, agora, os tais 46 MW de solar, existirá, normalmente, em Portugal, 100 a 120 MW em regime de mercado, que é muito pequenino. E se nós fôssemos tirar, a esse regime de mercado, umas pequenas hídricas que estão na esfera da EDP, ainda fica mais pequeno.

Esses produtores... Não existem em Portugal condições de alguém se vir estabelecer, para ofertar estes em mercado, porque são muito pouco e não é rentável. Portanto, esses produtores estão a ser «esmagados» por comercializadores.

É, fundamentalmente a eles... Quem é que fica à margem? Não sei, mas se calhar quem fica com a margem serão os comercializadores, não são os pequenos produtores. Não é uma coisa ou outra, não afeta, diretamente, o consumidor, o preço do mercado marginalista oferece, assim, o recebimento que os donos dessas centrais recebem.

O Sr. **Rui Cruz** (PSD): — Termino aqui a minha ronda.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Queria fazer aqui um ponto de situação com os Srs. Deputados dos diversos grupos parlamentares.

Estamos em audição há cerca de 3 horas e 20 minutos e, normalmente, ao fim deste tempo, costumamos estar a fechar a primeira ronda, sendo o momento em que faço um intervalo, de 10 ou 15 minutos.

Gostaria de saber — perdoem-me antecipar esta decisão — se teremos segunda ronda, porque, se sim, este é o momento de fazermos um intervalo. Ou seja, esticaríamos até ao fim da primeira ronda para na segunda haver apenas uma ou duas intervenções.

Parece-me melhor fazer o intervalo agora.

Pausa.

Vamos retomar os nossos trabalhos.

Passo a palavra ao Sr. Deputado António Cardoso, do PS.

O Sr. **António Cardoso** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Presidente da APREN, Eng.º Sá da Costa, começo por agradecer a sua disponibilidade em colaborar junto desta Comissão onde pretendemos que nos dê os contributos possíveis que nos ajudem a entender com mais propriedade se a atribuição das rendas a alguns produtores de energia elétrica é excessiva ou não.

Destaco, desde já, a clareza com que fez a sua apresentação e, naturalmente, começo pelo lema da APREN, *Portugal precisa da nossa energia*, que considero um *slogan* interessante.

Trata-se de uma associação com 30 anos de idade e que, nos seus estatutos, visa representar os interesses dos seus associados e promover as energias renováveis no setor da eletricidade. Quanto a esta parte, naturalmente temos convergência de opiniões.

Em relação à outra parte, também percebemos que, representando os interesses dos seus associados, que não são instituições de solidariedade social, seja natural que tenha uma posição mais adequada a quem aqui representa. Dado que 90% dos produtores da potência instalada em Portugal são associados da APREN, isto mostra a sua representatividade.

Feita esta introdução, queria começar por abordar a questão da produção da energia elétrica renovável em Portugal. Aliás, em 2014, segundo dados que são do nosso conhecimento, tínhamos 52% de energia não renovável e 48% de energia renovável.

Passados quatro anos, o paradigma mudou, invertendo-se as fontes, isto é, passamos de 48% para 68% de energia elétrica produzida em fontes renováveis. Em consequência disso, justificou-se que, em março de 2018, tivéssemos tido um mês em que o consumo em Portugal continental foi assegurado pela energia renovável, coisa que faz história nos últimos 40 anos.

Claro que estes resultados são para saudar e são, naturalmente, fruto das políticas energéticas seguidas pelo atual Governo, mas levam-nos também a fazer algumas apreciações sobre o que temos assistido no âmbito da produção de energia elétrica pelas centrais fotovoltaicas. A nível da miniprodução, não existe um custo para os consumidores, dado que as mesmas vão contribuindo com a sua autoprodução.

Porém, coloca-se uma questão de imediato em relação ao incentivo à atratividade que nos podia levar com maior intensidade à adesão à «autominiprodução», para ser mais preciso, cujas potências vão dos 200, 400, 600 kW, pois, quando a instalação entra em regime de excedentes, esses vão para a rede a um valor muito baixo.

Entendemos que uma medida atrativa seria que os valores cobrados pela energia enviada para a rede fossem mais justos. É um entendimento que temos e que queríamos deixar aqui expresso. Também gostaríamos de conhecer a opinião, o parecer que o Sr. Engenheiro tem.

Ainda no domínio da produção, existem expectativas de que estará para breve que os consumidores vão poder escolher se querem a energia renovável nas suas casas, podendo optar por um setor específico para lhes fornecer essa eletricidade.

Por outras palavras, será possível ter acesso exclusivo de eletricidade produzida a partir de fontes renováveis. Perante esta notícia, o Sr. Eng.º Sá da Costa fez a seguinte afirmação: «em teoria é tudo muito bom, mas esta proposta do Governo é muito vaga». Gostaria que, depois, me fizesse um comentário sobre esta afirmação, dado o ceticismo que coloca nas suas palavras.

Entendemos os princípios que a APREN defende, nomeadamente o de promover as energias renováveis, mas isto criará um vazio que gostaria que comentasse.

Recentemente também tivemos um aumento anormal do custo da energia elétrica, em especial nos consumidores de média e alta tensão, que levou a que os Governos de Portugal e Espanha se unissem, fizessem esforços, no sentido de criar um grupo de trabalho para acudir a esta oscilação.

Dada a preocupação com os custos da fatura para os portugueses, pergunto se será necessário avaliar, com detalhe, os valores que a mesma apresenta. Numa análise muito rápida, na fatura que chega às nossas casas, apresentam-se valores que vão da energia com 43%, passando para as redes, com 26% e os CIEG com 31%.

Sendo esta a distribuição, é natural que qualquer alteração de preço passará por estratégias dirigidas a estas parcelas. Confrontado com esta situação, de novo, o Sr. Engenheiro coloca a seguinte questão: se tivéssemos um sistema de remuneração da eletricidade renovável que não dependesse dos humores dos combustíveis fósseis, das centrais nucleares ou de outra coisa qualquer, o custo da eletricidade seria mais previsível e sujeito a menos volatilidade.

Pergunto se, quando diz que não está a pedir tarifas apoiadas, está a pensar num sistema em que as novas centrais renováveis fossem

remuneradas por um sistema competitivo baseado em leilões públicos e com preços abaixo dos que se praticam atualmente no MIBEL.

Gostaria que me comentasse estas quatro questões que coloquei.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Sr. Deputado António Cardoso, deixe-me dizer o seguinte: as coisas evoluem com o tempo e o objeto da APREN também evoluiu, também mudou.

Atualmente não nos limitamos à eletricidade renovável de per si, mas já temos nos estatutos, está consagrado que acrescentámos mais umas quantas coisas. E uma das coisas que acrescentámos foi que pretendemos não só representar, digamos, os grandes produtores, aqueles que injetam a sua eletricidade para a rede, que absorve a sua produção completa, mas também passámos a incluir os micro e os miniprodutores.

A pessoa que tem um painel solar em sua casa pode inscrever-se na APREN, com uma quota muito reduzida, bem como os chamados PAC e os PPC que têm a produção, as fábricas. Portanto, passámos também a defender esse setor, porque é tudo renovável, e a ter no nosso estatuto a questão da defesa da eficiência energética, da eletrificação como um objetivo para a eficiência energética, tendo por trás deste panorama todo o combate às alterações climáticas. Portanto, esta coisa está toda já englobada.

Na questão da, como diz, remuneração da microprodução, e vamos esquecer o passado, aquelas primeiras fórmulas de combustão, as tarifas elevadas e tudo mais, julgo que o sistema atual não é o mais correto. Também não lhe sei dizer qual é o mais correto, porque estamos numa transição e até termos definido...

Quando disse que a proposta do Governo é muito vaga e que precisa, depois, de se ver como é que é concretizada, e já aqui foi dito que, às vezes, o problema está nos detalhes, julgo que está a ser pensado e teremos todos

de pensar, mas faltam-nos uns pontinhos para se poder concretizar. E esses pontinhos são o que vai sair na diretiva.

A diretiva, ou melhor, o conjunto de diretivas que vai sair traz uma mudança muito radical no paradigma. Vamos passar a ter uma atuação completamente diferente. O consumidor vai ter um papel muito mais ativo, como disse, mas não é só na questão de escolher onde vai buscar a eletricidade, também passa a ter hipótese de produzir a sua eletricidade.

Na diretiva que está para sair é dada uma proteção. Vai aparecer a chamada eletricidade *peer to peer*, ou seja, vai haver comunidades energéticas, por exemplo, um quarteirão vai poder produzir a sua eletricidade e vender ao quarteirão do lado. Tudo vai ter uma grande alteração e uma grande movimentação.

A intenção, e não me recordo quando fiz essa afirmação, é boa, mas é preciso perceber como é que se vai concretizar e tem de se deixar, e é isso que defendo... Este é um setor que está de tal maneira em mutação que a legislação, a regulamentação do setor tem de ser precisa, mas suficientemente lata para se poder ir adaptando.

Não podemos estar a fazer sair de seis em seis meses uma lei ou um decreto-lei. Tem de haver alguma previsibilidade, que permita que vá havendo essa adaptação. Por isso, tem de se procurar um sistema de remuneração como o que está...

O sistema que está, o último, não o acho bem e acho até um bocado desincentivador, porque não faz... Tenho, e agora falando no meu caso pessoal, porque não quero ser acusado de «casa de ferreiro, espeto de pau», um carro elétrico, já disse, em minha casa tenho tudo elétrico, não tenho gás. É mais eficiente um fogão elétrico do que um a gás, tenho aquecimento com painéis solares e o aquecimento ambiente e o *backup* da água sanitária faço-o com uma caldeira a *pellets* nacionais. Tenho isolamento.

A minha pegada ecológica é muito baixa e defendo essa questão. Digo que, muitas vezes, pensam no solar fotovoltaico, e apesar de vir falar de uma coisa que não tem a ver com aquilo que a APREN defende diretamente da produção de eletricidade, um painel solar fotovoltaico transforma, se tiver bem exposto, com boa orientação e com uma inclinação apropriada, que não é a inclinação dos telhados... A inclinação dos painéis anda na casa dos 15°, os telhados andam normalmente na casa dos 6°, 7° ou 8°. Não é o mais ideal, mas se tiver as condições ideais, hoje em dia, com os últimos equipamentos, a eficiência de conversão da luz solar em energia elétrica anda na casa dos 17% ou dos 18% e, no máximo dos máximos, com avanços que houver daqui a 20 anos, se calhar pode chegar aos 30%, 34%, e não vai passar daí.

A eficiência de conversão da energia solar em calor para aquecimento das águas sanitárias é de 40% e o sistema é mais barato. Vivo em Lisboa, num prédio pequeno, baixo, na Avenida da Igreja, e tenho instalado um sistema solar de aquecimento das águas sanitárias, que tem um reservatório. Não só estou a aproveitar a energia e a convertê-la em calor como estou a armazenar a energia. Não tomo banho ao meio-dia, com o pico do sol, mas tomo banho de manhã ou à noite e há uma transferência de energia num sistema que é relativamente baixa.

Não percebo por que é que isso não é mais fomentado do ponto de vista político, porque, além de ser um aproveitamento da energia que é relativamente barato — um painel solar térmico paga-se em três ou quatro anos e dura 30 —, também fomenta a indústria nacional, não só dos reservatórios. É preciso fazer esse aspeto.

Acho que a remuneração não está muito apropriada, porque... Por que é que não instalei um painel fotovoltaico?! É que a produção da eletricidade num painel caseiro anda na casa dos 10 ou 11 cêntimos por kWh. A essa hora, o consumo da eletricidade, tendo eu uma tarifa bi-horária, anda na casa dos 20 € ou 25 €. Tenho vantagem em produzir essa eletricidade mas

consumi-la... O que é que se passa?! Durante o dia, não estou em casa. Os únicos aparelhos que estão a consumir eletricidade são o frigorífico e o congelador. Portanto, estou a vender à rede, a receber 90% do custo, estou a produzir uma eletricidade que me custa entre 10 a 12 cêntimos e estou a vendê-la a 4 ou 5 cêntimos à rede. Ou seja, estou a subsidiar a rede. Só se fosse maluco é que fazia uma coisa dessas, porque não tenho hipótese de estar a montar uma bateria para... Portanto, não me interessa. Mas, se em vez de trabalhar num escritório, se estivesse a viver e a trabalhar em casa, aí já valia a pena.

Portanto, há esta coisa que está descompensada e não faz sentido nenhum nesse aspeto. Tem de haver um outro sistema. Discuti muito esta forma de remunerar com o Dr. Artur Trindade, não sendo o âmbito da APREN, mas achava que devia haver outra forma de fomentar isto. Acho que agora é preciso esperar pelo que se vai passar.

Queria agora mostrar um *slide*.

Neste momento, o orador exibiu um diagrama relativo a março de 2018.

Não o trazia preparado, mas vou mostrá-lo. Este diagrama mostra o que se passou em março de 2018. Reparem, a outra renovável, começando por baixo, é a amarela, podem ver nitidamente, quando é dia e noite, os saltinhos que tem a solar. Depois, temos a hídrica e a eólica. Vou ampliar aquela semana que ali está. O cinzento é a produção térmica. A linha a negro, a cheia, é o consumo, e a linha fina, o intervalo entre as duas linhas, é a eletricidade gasta em bombagem.

Aquilo que digo que se vai passar num futuro é isto: há uns dias, ou umas horas — podem olhar ali em cima, para o dia 12 de março —, em que é preciso ter fóssil. Há outras horas, passando de 12 para 13, há uma zona

em que estamos a bombear e exportar. Tudo o que estiver acima das linhas a negro é exportação. Há aqui importação. Por exemplo, aqui no princípio, no dia 9 de março, há uma importação.

Isto é o que se vai passar e este sistema é o que vamos ter de adaptar ao que está. Não vim preparado para vos mostrar como será o futuro. Se fôssemos, por exemplo, todos para mercado, o que iria acontecer em 2040 ou em 2050?! Não trouxe esta apresentação, mas há uma inversão total, porque, como está previsto no Plano Nacional Energia e Clima ter 7000 MW ou 8000 MW de energia solar, hoje em dia temos a ponta do meio-dia andando nessa ordem de grandeza, um bocadinho acima. Aquilo que tornava a eletricidade mais cara vai passar se calhar a ser... E há uma inversão da curva de custos completamente. Provavelmente vai tornar-se mais caro abastecer à noite do que de dia.

Isto está tudo em mutação e temos de prever um sistema em que o consumidor não saia prejudicado. No entanto, como isto tem procedimentos com algum prazo, não se pode dizer «olhe, você entra hoje, tem este esquema, mas para o ano seguinte é outro e para o ano seguinte é outro». Se dissermos, de uma forma simplista, que temos de instalar em Portugal até 2030 mais 6000 MW e que se vão instalar... Já vamos falar nos leilões. Não é que se faça um leilão agora de 6000 MW, mas, se calhar, defendendo fazer nos próximos dez anos 20 leilões de 300, de seis em seis meses fazer um leilão de 300. Porquê? Para ir aprendendo com a experiência de uns para os outros e indo capturando as evoluções da tecnologia.

Mas vamos dizer que o que entra em operação em 2021 tem um contrato de 15 anos até 2036. O que está mantém-se. Mas o que entrou em 2022 tem outro contrato e vai evoluindo. Pode o preço baixar e pode o preço subir.

Esta história da energia é um bocado como as cerejas, vêm umas atrás das outras. Por exemplo, uma das coisas que me lembrei para perceber a

evolução tecnológica é o preço da eólica, que de 2003 até 2005 ou 2006 foi baixando. De 2006 a 2008 subiu. Por que é que subiu? Foi porque houve muita procura da eólica e voltou a subir. Depois, voltou a estagnar. O que é que acho que vai acontecer? É que isto não está fechado em compartimentos estanques e há uma altura em que a eólica e a solar vão ter de competir. Os fabricantes dos equipamentos eólicos e os fabricantes dos equipamentos solares vão ter de competir para ficarem com um *share*, com uma fatia, e vão ter de ajustar os seus preços.

Enquanto hoje em dia, quando fazemos concursos, quando se vão fazer leilões, estes primeiros leilões vão ser de potência, num futuro, se calhar, os leilões não vão ser de potência mas de energia, em que se vai requerer que um determinado fornecedor forneça um determinado padrão de produção, padrão esse que é decomposto. Pode ser um padrão com um diagrama diário, um diagrama semanal, um diagrama sazonal, etc. Portanto, vai ter de se fazer, vai entrar o armazenamento e vão essas coisas todas.

Pegando no tema do aumento dos preços da eletricidade que se verificou na segunda metade do ano passado, analisei isto, acho que não tenho explicação para a totalidade mas, se calhar, consigo explicar 80% a 90% do aumento do custo.

Aconteceu o seguinte: houve uma grande indisponibilidade de centrais de reatores nucleares, em especial em França, durante o verão. Isto já tinha acontecido há um ano e tal. Como a nuclear é muito apoiada e é baixo, sai... Se tiverem presente o diagrama que mostrei há bocadinho, desta curva, estamos a tirar o nuclear... É o sistema que faz deslizar a curva da oferta. Mais para a esquerda faz subir o preço, porque desapareceram centrais que estão na base dos custos baixos. Esta é a primeira razão.

Em segundo lugar, houve um aumento do custo dos combustíveis.

Em terceiro lugar, houve um aumento brutal do custo do CO₂. O CO₂, em 2017, custou em média 5 € e tal, mantendo-se assim até junho de 2018,

mas o balanço médio, no final do ano, foi de 15 € e tal. Subiu brutalmente. Aquilo que se estava à espera que fosse subindo gradualmente para a casa dos 20 €, subiu de um momento para o outro na segunda metade do ano. Isto também afetou, porque o custo do CO₂ é incorporado no preço marginal, porque é um... Paga-se CO₂, não é?!

Também houve um aumento do consumo. Fui surpreendido este verão com um fenómeno de que não se estava à espera, que começou com esta história das alterações climáticas. A temperatura no norte da Europa, e estou a falar na Suécia, na Noruega e na Finlândia, subiu de tal maneira que tiveram de desligar as centrais térmicas. A central térmica funciona com um diferencial de temperatura entre a fonte quente e a fonte fria e tem de ter um determinado diferencial. Quando esse diferencial diminui, o ciclo não deixa de funcionar, a termodinâmica deixa de funcionar, e estar a central a trabalhar, a queimar combustível ou não, é a mesma coisa. Tiveram de desligar as centrais porque subiu a temperatura de tal maneira que deixou de ser operacional. Digo-vos sinceramente, fiquei surpreendido. E reflexos?! Vai ter reflexos. Quando começam a saltar estas centrais e a aumentar o consumo, começa a desaparecer.

Há um outro fenómeno que se passa, sobre o qual tenho menos certezas mas não quero deixar de partilhar esta ideia convosco, que é o seguinte: uma central térmica tem de ser remunerada, tem de receber um determinado quantitativo de dinheiro. Desse quantitativo de dinheiro, uma parte vai ser para pagar combustível, a outra parte vai ser para pagar o investimento, o financiamento, a equipa para estar operacional, quer funcione quer não, que são as tais garantias de potência que referi há bocadinho. Por exemplo, o Brasil tem uma grande percentagem de renovável. Cerca de 90% da eletricidade consumida no Brasil é de origem hídrica e quando têm um ano de seca veem-se aflitos. Então, têm as chamadas centrais emergenciais, que são umas centrais a gás de ciclo simples

que têm duas remunerações: têm uma remuneração para estarem disponíveis 24 horas por dia, 365 dias por ano — é estar ali assim estilo bombeiro, de piquete — e, se têm de gerar eletricidade, são remuneradas pelo custo do combustível da eletricidade que gerou; sabem quanto é o combustível e quanto gastaram, depois remuneram «aquilo» a mais.

O que se passava em Portugal e em Espanha? Havia garantias de potência que foram retiradas. Portanto, tiveram de ir buscar dinheiro a algum lado. Atenção que, quando se diz «Ah, as garantias de potências...», a verdade é que sai de um lado para entrar no outro. Isto é um princípio de vasos comunicantes, tem de haver em algum lado! Se eu vendo o pastel de nata a 1 € e a bica 0,50 € e deixo de vender pastéis de nata e passo só a vender bicas, para manter a porta aberta, se calhar, tenho de subir o preço da bica, não é? Tem que ver com aquilo que o mercado tem como oferta. Eu não estou a ver, nos anos mais próximos, que haja uma alteração substancial disto; estou a ver que o preço do CO₂ vai manter-se alto, que os combustíveis não estão a baixar tanto como isso, que as centrais nucleares, quanto mais velhas ficam, cada vez vão avariar mais.

Em Espanha, este Governo já fala em duas coisas: uma é tirar as centrais a carvão e outra é começar a desligar as centrais nucleares. Portanto, vai haver uma transformação da situação que existe e a questão do aumento do consumo vai acontecer, tal como cá. O aumento do consumo de eletricidade vai refletir-se — porque irão ser eletrificados usos que, antes, não eram da eletricidade — numa diminuição da fatura energética, o que trará vantagens para a economia, além da previsibilidade.

Quando fala da questão das renováveis e de ser avesso aos leilões — ia tirar o papel que há pouco mencionei na conversa com o Sr. Deputado Jorge Costa —, acho que é preciso ter cuidado com muitas coisas e perceber como tudo isto vai funcionar.

Insisto — será a terceira vez que, nesta audição, vou referir esta mesma questão — que a eletricidade renovável é capital intensivo e, assim, conseguimos saber o custo que vamos ter durante a produção. Não é dizer assim: «Olhe, se é eólica há mais vento ou menos vento», pois, no fim, acaba por se equilibrar. Num ano há mais vento, no outro há menos, num ano há mais sol, no outro menos. A variabilidade de uma hídrica, entre um ano muito seco e um ano muito húmido, aliás aconteceu isto no passado... Deixe-me ver, julgo que tenho aqui essa referência. O coeficiente de hidraulicidade 1 corresponde a um ano médio, se for húmido é superior a 1. Em 2016, o coeficiente de hidraulicidade foi 1,33 e, em 2017, foi 0,47 — é quase um para três. Há anos em que poderá ser mais do que um para três! Esses 0,47 já se tinham verificado em 2012. Não é nada que... Esta variabilidade vai acentuar-se mais. A variabilidade, em termos de produção anual, numa eólica, anda à volta dos 10% em torno do valor médio.

Quanto à solar, ainda há pouco houve a experiência em Portugal, não deve andar muito longe desse valor, talvez ligeiramente menos, em termos anuais. Mas, hora a hora, não, pois no solar já sabemos: a esta hora, à noite, o solar produz zero em Portugal. Não vale a pena ter isso!

Portanto, se há esta remuneração, se se pode fazer isto, não faz sentido nenhum estarmos a remunerar uma central renovável, que tem os custos bem definidos, a tirar partido do facto de os consumos aumentaram, de o CO₂ aumentar... Não faz sentido! O consumidor tem de beneficiar disto. Agora há que falar e há que ver uma forma correta e equilibrada.

Para mim, os espanhóis têm feito muitas asneiras. Devo, também, fazer mais um *disclaimer*: eu sou meio espanhol, a minha mãe é espanhola.

O Sr. **Presidente**: — Por isso, está mais à vontade.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Estou mais à vontade nesse aspeto.

Os espanhóis fizeram, por exemplo, questão de ter, no passado, 3000 MW solares e disseram assim: «Têm de estar prontos até tanto», ou seja, um prazo muito curto. Montaram indústrias para fornecerem os painéis e o mais. Como acabou e não houve mais nada, as indústrias fecharam todas. Houve indústrias e fábricas de painéis que estiveram abertas um ano, só para aquilo! Depois, não ficou nada.

Em 2017, lançaram dois leilões. Deram conta de que não iam cumprir a meta das renováveis, que é menos ambiciosa do que a nossa, por isso lançaram, no final de maio e em meados de julho de 2017, dois leilões, cada um deles com 3000 MW. Lembro que quase tudo o que ganhou era eólico, três quartos de eólico e a outra parte solar, ou seja, estamos a falar de 4000 MW eólicos que tinham muitos deles de ser licenciados e tudo mais. Uma das condições que havia no leilão era estarem em operação até 31 de dezembro deste ano. Se forem ver, não há na Europa nenhuma grua disponível para o ano de 2019, porque está tudo a ir para Espanha. E depois? Não se pode fazer uma coisa por arranques. Qual foi a experiência que ganharam no leilão de maio para o leilão de julho? Zero! Se fizermos leilões graduais, então vamos ganhar experiência, vamos perceber, vamos corrigir e, se calhar, as exigências técnicas que vão sendo pedidas vão variar.

Há algo muito importante, pessoalmente é o que acho e defendo, que é o facto de os leilões deverem ser monotecnologias. Porquê? Porque não posso pôr num leilão uma central eólica a concorrer com uma central hídrica ou com uma central solar. Porquê? Primeiro aspeto, porque têm perfis de produção diferentes e, por isso, ponho as eólicas a concorrerem com as eólicas, as solares a concorrerem com as solares e as hídricas a concorrerem com as hídricas.

O segundo aspeto é mais uma discordância que tinha com o Secretário de Estado Jorge Seguro Sanches, quando ele dizia: «Não, os promotores apresentam os seus projetos e a rede tem de se adaptar». Mas a adaptação da rede tem custos! Sabem quanto é que custa fazer um pedido à Direção Geral de Energia para um projeto? Sabem quanto é que o promotor tem de pagar? Zero! «Bola», como dizia o outro. Zero! A Direção-Geral de Energia exige isto. Um determinado promotor, para o mesmo terreno, pediu 10 MW e, depois, pôs 7 MW e 5 MW e 3 MW. O que fez? Fez fotocópias do processo, mudou o número e entregou. Porquê? Porque há um sorteio! Para quê? Para ficar na ordem? Faz-se um sorteio para saber quem é que vai comprar o bilhete, quando já se sabe que, naquele ponto de rede, não vai haver nada? Só ilusão: está tudo na fila não sei para quê. Estão na fila para um concerto de um artista que já se sabe que não vem, mas estão na fila todos muito contentes e pagaram uma caução.

Depois, diz assim «Então, naquele ponto de rede, estão pedidos 200 MW por pessoas que entregaram 20 projetos que custaram zero?». E a REN vai fazer uma linha que custa uma pipa de massa para chegar àquele ponto e quando chegar à altura dizem-lhe: «Olha, já não quero! Não arranjei terreno, não fiz as coisas». Não! Acho que deve haver algo que, há muito tempo, não há: um planeamento e uma opção. Deve ser o Governo a dizer «Olhe, eu quero tanto de eólica!». E, quando lhe perguntam, «E onde quer a eólica?», responde: «Quero aqui, ali, acolá!». O Governo deve dar um calendário e dizer, sem problema, à REN, que é quem faz o planeamento da rede e a construção: «Olhe, quero 3000 MW. E agora veja lá como é a distribuição espacial».

A terceira restrição, de que já falei, era a de fazer leilões pequenos distribuídos ao longo do tempo, com previsibilidade. A diretiva exige que haja um horizonte de 5 anos para saber que leilões se vai fazer e essa

previsibilidade permite que a REN faça o seu planeamento e vá desenvolvendo os sistemas.

A segunda restrição é para o caso da solar, que temos menos e que é onde precisamos de crescer mais. Acho que os leilões deveriam ser por regiões. Quer dizer, se eu puser... Pensando no exemplo dos 300 MW, posso ter 300 MW e dizer que os tenho, mas, basicamente, iria dividi-los, vamos dizer de forma simples, em três regiões: uma região a sul do Tejo, uma região entre o Tejo e o Douro e uma região a norte do Douro e fico com 100 MW em cada uma das regiões. Então, vou dizer «Só vou atribuir a todos o mais barato?». Não! Os que estão a sul do Tejo competem entre si, os que estão no centro competem entre si e os do norte entre si também. Porquê? Porque, do sul para o norte, diminuo a produtividade em cerca de 10%, 12% ou 15%. Portanto, como os custos são os mesmos, perguntamos: «Então, porque é que não fazemos tudo no sul e levamos para o norte?» Ah! Para fazer no sul e levar para o norte, tenho de reforçar a rede que não existe. Portanto, há aqui um *trade-off*, que não sou eu que o sei fazer, mas que a REN sabe fazer, entre o que custa e o que se recebe.

Por isso, os leilões têm de ser feitos com muito cuidado para prever isso. Eu já disse ao atual Secretário de Estado que estou na disposição de falar com ele, de perceber a questão e, em conjunto, encontrar um sistema que seja bom para o País. Nós não temos dinheiro, mas a nossa cabeça é melhor do que a dos outros. Não tenham dúvidas nenhuma! E, neste setor, tem-se provado isso. Acho que temos de tirar partido disto mesmo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

Vamos agora, então, ainda na primeira ronda, à intervenção do Bloco de Esquerda. Sr. Deputado Jorge Costa, dou-lhe a palavra. Dispõe de 8 minutos.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Boa noite, Sr. Eng.º Sá da Costa, muito obrigado pela sua apresentação, que acompanhei com muito interesse.

As minhas perguntas são sobre o passado. Temos aqui falado muito do futuro, mas as minhas perguntas são sobre o passado, porque fizemos uma comissão de inquérito sobre decisões e medidas políticas tomadas no passado e é sobre estas que estamos a tentar averiguar.

Começava por lhe mostrar um gráfico que preparei a partir dos dados que o Dr. Manso Neto nos trouxe aqui, à audição que lhe fizemos, a respeito da rentabilidade das centrais da EDP em Portugal.

Com os dados que o Dr. Manso Neto trouxe, fiz este pequeno gráfico que creio fazer alguma luz sobre o caso especial de Portugal, em termos da rentabilidade das centrais eólicas. A EDP é um referencial e há muitos outros produtores que são remunerados pelos mesmos padrões com que a EDP é remunerada, porque participaram no mesmo concurso e obtiveram a mesma tarifa, no mesmo projeto.

O Deputado Jorge Costa exibiu, neste momento, um gráfico.

Em relação, à diferença entre a produção e os lucros, em Espanha, a EDP Renováveis tem 18% da sua produção e 22% dos seus lucros. Há uma diferença de 4%, porque é um lugar hostil às renováveis, onde foram tomadas medidas de reversão, etc., etc. Portanto, há uma diferença de 4 pontos percentuais entre a produção por MWh e a parte dos resultados do EBIT, antes de juros e impostos, da empresa.

No resto da Europa, os valores são quase equivalentes, há uma diferença de 1% — 13% da produção e 14% do EBIT.

Em Portugal há uma diferença de 8 pontos percentuais — 11% da produção dão 19% dos lucros da EDP Renováveis.

É este o mistério que temos andado a tentar esclarecer no que toca às renováveis, que não são, nem de longe nem de perto, o centro desta comissão de inquérito, mas que fazem parte do nosso trabalho. E é este mistério que temos andado a tentar esclarecer.

Portanto, começo por lhe colocar uma primeira pista, que foi a que a ERSE veio avançando, sobre os ganhos sobre o custo de investimento que foram obtidos pela demora da entrada em operação de centrais licenciadas.

Eu ouvi a resposta que o Prof. Peças Lopes aqui nos deu ao referir que, de facto, um dos problemas dos concursos foi o de não ter tido um mecanismo de ajustamento da tarifa que, ao longo da demora, fosse permitindo recuperar esses ganhos dos custos de investimento a favor dos consumidores.

Depois, ouvi o Eng.º Aníbal Fernandes desmentir o Prof. Peças Lopes na Comissão, dizendo: não senhor, isso não existe; o Prof. Peças Lopes não percebe nada de finanças destes projetos; a ERSE fez um relatório que é estúpido; não existem esses ganhos; quando as empresas se submetem ao concurso já têm um contrato para a aquisição dos equipamentos e esse contrato não vai mexer.

Ora, o Sr. Eng.º Sá da Costa disse-nos aqui que demora cinco anos, em média, a obtenção de licença de produção num projeto eólico em Portugal. Nesses cinco anos, se fizermos fé no que nos disse o Sr. Eng.º Aníbal Fernandes, os produtores estão com o equipamento contratualizado e a envelhecer tecnologicamente sem nenhum ganho, chegam à altura de entrada em operação e estão quase a entrar com material obsoleto, se fosse assim como ele nos descreveu, o que não nos parece fazer muito sentido.

Ao contrário do que todos os indicadores nos revelam e também do que a ERSE nos diz, e até insiste nisso, os equipamentos embaratecem e têm ganhos de eficiência e, portanto, o custo de capital que tenha sido

apresentado no momento inicial em que foi fixada a tarifa já é outro à chegada da licença e, portanto, há aqui um ganho.

Pergunto: que ganho é esse? Em que é que ficamos entre as versões da ERSE e do Prof. Peças Lopes e a versão do Eng.º Aníbal Fernandes. Até porque, já agora, se pudesse referir-se, há um caso muito emblemático que é o da Ventinvest que teve um *delay* gigantesco entre o momento do concurso, em 2007, e o momento da entrada em operação, que, aliás, na verdade, ainda nem se concluiu, se não estou enganado.

Outra questão que queria colocar-lhe é sobre a extensão do preço garantido para as eólicas no final dos 15 anos. Já se sabe de quem foi a ideia, não há já nenhuma dúvida sobre isso, a EDP já assumiu a autoria da ideia, o Dr. Manso Neto já disse, aqui, que a primeira vez que isso tinha sido colocado ao Governo foi logo em 2011, aquando da chegada troica, quando a EPD, no âmbito das várias propostas que fez chegar ao Governo nessa altura, apresentou a ideia da extensão da tarifa *feed-in*, por um período adicional, que seria comprada... Aliás, o termo que era usado no documento da EDP era: a compra de uma extensão da tarifa garantida para lá do final do prazo existente.

Pergunto: pode reconstituir se houve ou não... Ou melhor, a minha pergunta é mais simples: durante o período do Memorando de Entendimento, em 2011 e até ao início de 2012, houve ou não alguma abordagem à APREN, ou houve alguma participação da APREN, ou houve algum diálogo com o Governo acerca de uma medida deste tipo?

Em fevereiro, o Governo comunicou à troica que tinha o acordo dos produtores correspondendo a 65% da potência. A APREN já nos disse que não conhecia esse acordo. Quando é que a APREN foi contactada pela primeira vez para esse trabalho? E por quem?

Em relação aos 74 €, o Sr. Engenheiro diz-nos aqui que o que estava estabelecido no Decreto-Lei n.º 33-A/2005 era que, no final dos 15 anos, não

havendo prolongamento era pago o preço de mercado mais os certificados e que se não houvesse certificados era pago o preço do último concurso à altura.

Ora, o preço que foi fixado para 2020, quando terminava os 15 anos, foi o preço de mercado de 2012, e não era isso que dizia a lei; a lei dizia que era o preço de mercado em 2020! Portanto, há aqui um momento que, no mínimo, necessita de ser explicado. Ou seja, a lei diz: em 2020 acabam os 15 anos, se não houver certificados é o preço de 2020 e a APREN faz um acordo com o Governo em que diz que, em 2020, é o preço de 2012...

Estamos aqui há muito tempo a trocar impressões sobre atualizar os custos, fazer incidir a evolução tecnológica, fazer com que o tempo vá decorrendo e vá fazendo baixar o peso da tarifa, mas o que a APREN fez na negociação foi pôr para 2020 o preço de 2012 e fazer assegurar a continuidade e a manutenção desse valor.

Portanto, gostava que nos esclarecesse acerca disto, porque este valor de 74 € à vista desta discrepância surge desmesurado. Aliás, é isso mesmo o que nos diz a ERSE nas suas contas – e não vou agora entrar aqui muito no debate sobre o *Excel* do Eng.º Carlos Pimenta e outros que podem ser invocados a propósito e a seu tempo teremos ocasião de fazer essas contas por completo.

A extensão da tarifa ao final dos 15 anos tem sido apresentada pelos produtores, dizendo que a expectativa do preço de mercado é muito mais alta do que isso. Então, a minha pergunta é: se a expectativa de mercado era tão alta, e já aqui se falou de 100 €/MWh num estudo da NERA, por que é que os produtores, em vez de assegurarem uma tarifa de 60 € no sobre-equipamento, não propuseram ao Governo ficar com o sobre-equipamento ao preço de mercado? Por que é que não preferiram receber os 100 €, que estão previstos no estudo e preferiram os 60 € na negociação com o anterior Governo?

Finalmente,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já ultrapassou o seu tempo e lembro-lhe que ainda tem a segunda ronda...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, queria evitar a segunda ronda...

O Sr. **Presidente**: — Bom, esse é um sinal importante, que não me tinha dado, pois tinha dado a indicação que queria fazer a segunda ronda...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Peço desculpa, Sr. Presidente; eu estava a dizer que o Bruno Dias queria fazer segunda ronda,...

O Sr. **Presidente**: — Ah, muito bem!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — ... mas eu estava a ver se conseguia passar sem ela.

O Sr. **Presidente**: — Então, assim passa de certeza.
Queira, então, concluir.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Pergunto: então, porquê uma tarifa de 60 € quando a expectativa dos produtores era de que o preço de mercado seria muito mais alto que isso?

Finalmente, queria que me desse um pouco mais de perspectiva sobre ... Há pouco, disse que, no futuro, serão os leilões de energia, etc.... Aliás, a ERSE já está a propor que sejam os produtores a ficar com a responsabilidade sobre os desvios de programação.

Gostava de ter este esclarecimento, porque até é um assunto bastante técnico, que eu estou longe de dominar, e, portanto, gostava de ter o seu esclarecimento acerca dele.

A ERSE propõe que os produtores em regime especial com remuneração garantida suportem os custos dos respetivos desvios, sendo que essa proposta se justifica de forma a introduzir um incentivo a que haja uma melhoria da operação, por igualdade de tratamento entre produtores e aqueles que operam em mercado e também por harmonização com Espanha.

Essa proposta tem a ver, precisamente, com a capacidade que os produtores de renováveis têm de assegurar um fornecimento constante e reduzirem a imprevisibilidade ou a menor previsibilidade da sua produção.

Portanto, gostava de saber qual é a perspetiva que a APREN tem a respeito dessa responsabilidade que a ERSE diz querer passar para o produtor.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Bom, eu escrevo as coisas e depois não reconheço a minha letra...

O primeiro ponto...

O Sr. **Presidente**: — É sobre a questão da rentabilidade das centrais eólicas.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Sim, sobre a rentabilidade das centrais eólicas da EDP, só posso dizer que a EDP sabe como faz as suas contas, mas...

Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que nós temos uma gíria no desenvolvimento de projetos: temos projetos a que chamamos *greenfields* e temos projetos aos quais chamamos *brownfields*.

O que é o *greenfield*? O *greenfield* é quando eu – vamos supor – quero fazer uma central eólica, vou para o terreno, vou encontrar um sítio, vou contratar o terreno, vou medir, vou fazer os estudos, vou fazer essas coisas todas e, depois, construo, faço esse processo todo e, depois, exploro.

Neste processo tenho uma determinada rentabilidade, por exemplo gastei 50 milhões e tenho uma rentabilidade de 20% — estou a inventar números. Este é o *greenfield*.

Um *brownfield* é assim: eu não tenho capacidade ou eu não quero fazer este desenvolvimento e vou comprar o processo a alguém, que já fez o desenvolvimento e que me vende o projeto em diferentes estados, ou seja, pode vender-me o projeto só licenciado, ou pode vender-me o projeto já construído e, quando esse sujeito me vende o projeto – e vamos supor que eu lhe paguei os mesmos 50 milhões pelo projeto, se forem dois projetos iguais – se eu investi 50 milhões, parte do dinheiro que eu investi foi para remunerar o trabalho e o lucro do outro.

Quer dizer eu investi 50 milhões na mesma mas se num tinha um projeto de 100 MW neste, se calhar, só tenho 80 MW.

Portanto, o que é que se passa aí – e esta é a minha interpretação: a EDP Renováveis tem origem em Portugal e está há muito tempo a desenvolver os processos, a desenvolver os projetos e tudo mais e a maior parte dos projetos que tem feito em Portugal são em *greenfield*, portanto, tem margens maiores do que tem nos outros que comprou o desenvolvimento do projeto – esta é uma das explicações.

A outra explicação é que os projetos da EDP Renováveis, em Portugal, são mais antigos que os projetos nos outros países e as taxas de rentabilidade

que tinham nos projetos mais antigos são maiores, porque os riscos associados a esse processo todo eram maiores.

Ora, estes dois fatores vão fazer causar essa distorção. Mas não lhe sei dizer – e o Dr. Manso Neto é que lhe poderá dizer isso – que percentagem é que eles têm em Espanha, ou na Roménia, ou onde estão instalados de *greenfields* e de *brownfields*.

É completamente diferente uma coisa ou outra. Uma coisa é o Sr. Deputado querer construir uma moradia, compra o terreno, faz o projeto e constrói de seguida; outra coisa é ir comprar a moradia a terceiros, que já fizeram esse processo todo. O Sr. Deputado não tem dúvida nenhuma de que o custo no primeiro caso é inferior ao custo do segundo caso. Está de acordo comigo? Ou não?

É o que se está a passar. É a diferença entre uma coisa e outra.

Como lhe disse, há pouco, à medida que o tempo vai passando o sistema vai estando mais maduro, a tecnologia está mais madura e as taxas de rentabilidade vão diminuindo, portanto os projetos mais antigos têm uma taxa maior. O que se passa? Os antigos, se calhar, tinham – e estou a inventar – 10% e agora têm 5%. Os projetos de que estamos a falar, hoje em dia, os projetos solares, têm rentabilidades que andam entre os 4% e, na melhor das hipóteses, os 6%.

Quando eu comecei em 1988, 1989 ou 1990 com as hídricas havia rentabilidades que chegavam aos 20% ou 25%. E quanto é que era a inflação? Comia quase tudo... Não nos podemos esquecer disto! As taxas de rentabilidade estão a diminuir. O facto de a EDP ter mais *greenfields* em Portugal do que tem nos outros países e serem projetos mais antigos em Portugal do que nos outros países faz a diferença. O que é que vai acontecer? Isto vai diminuindo cada vez mais!

Agora, não diminui de um ano para o outro... Isto não é assim a correr...

Sobre o que disse sobre os comentários do Prof. Peças Lopes, quero dizer-lhe que ele é muito bem amigo, eu assisti em direto à audição e pensei: quem te manda a ti sapateiro tocar rabecão – e cá está mais um provérbio que passo a vida a dizer... Ele não sabe! Ele não sabe!

Repare uma coisa: há evolução tecnológica, mas o que ficámos contratados, e eu estive envolvido na Ventinvest e estive envolvido nos concursos, e quando se fez o concurso ficou fechado um preço por megawatt.

O preço que se está a construir hoje da Ventinvest por megawatt é o mesmo preço de quando se fechou o contrato em 2007, é o mesmo preço por megawatt, essa foi a condição que o Estado nos pôs para adjudicação e que obrigou a que houvesse um contrato com valores fechados. Não é exatamente o mesmo preço porque há fatores de atualização dos custos dos materiais, está indexado ao preço do aço, do cobre, do alumínio, de não sei o quê, tem umas fórmulas de atualização dos índices, que são definidos, são índices internacionais. Portanto, o preço até vai aumentando um bocadinho em função disso. «Ai, a rentabilidade vai aumentando?». Vai.

Mas como eu disse há bocadinho, e é preciso ter isso presente, a tarifa é garantida por uma quantidade de energia elétrica. Portanto, se a máquina produz mais... Tem é menos tempo de tarifa garantida, porque a tarifa só é apoiada para os primeiros 33 GWh/MW instalado. Se a máquina tem 2200 horas, é 15 anos; se a máquina tem 3300 horas, só tem o apoio durante 10 anos. É preciso ter isto em consideração. Portanto, não há nenhum ganho.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Deixe-me colocar a pergunta de outra maneira: então este ganho fica só nos construtores, é isso? Os construtores produzem mais, ou seja, o custo da tecnologia, para o fabricante, é...

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Ele varia, mas o custo da tecnologia não variou tanto. Mas sim, pode ficar nos construtores.

Repare, às vezes, se formos a ver, e eu vi isto — agora não tenho números concretos nem lhos posso dar —, o mesmo fabricante, em dois países diferentes — um país que tem uma tarifa de 100 e outro país que tem uma tarifa de 80 — vende a máquina do de 80 mais barata do que vende o de 100 e a máquina é igual. Os construtores acertam o preço, fixam as tarifas em função disso, não somos nós — nós, no nosso país ou noutra país qualquer — que ficamos com essa mais-valia que possa existir.

Mas eu ia dizer-lhe outra coisa: vamos dizer que a inflação anual é de 1%. Como a tarifa é 74 € — não é 74 €, tem uma fórmula para cálculo, é 74 € com um desconto, portanto, é na casa dos 70 € —, o facto de a tarifa não ser atualizada, fazendo a atualização composta e tudo o mais, desde 2007, quando se fechou o contrato, até 2018 o preço baixou 13%. O preço está a baixar ao ritmo da inflação. Portanto, o que está a dizer não é verdade, nem é verdade aquilo que diz a ERSE. O que disse o Peças Lopes não é verdade; o que disse o Eng.º Aníbal Fernandes é o mais verdadeiro de tudo, mas ele não falou nestas coisinhas, nestes detalhes que aqui estão. Ele não tem os 100% da classificação total, tem para aí 97% ou 98%, o Peças Lopes tem para aí um 45% e a ERSE tem uns 42%, 35%, anda por aí, porque não fizeram esse aspeto.

Risos.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Qual foi a parte em que a ERSE acertou?

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Estou a brincar!

Há duas outras coisas que também é importante dizer relativamente aos concursos. Sr. Deputado, não tenha dúvida nenhuma que se nós, produtores, não tivéssemos a obrigação de estar associados a um fabricante para concorrermos, o preço da eletricidade que iríamos receber seria

substancialmente mais baixo. Não tenha dúvida nenhuma! Porque nós, para cada central eólica, para cada situação, iríamos procurar a solução mais barata. Não há nenhum fabricante que tenha um aerogerador — embora a si possam parecer todos iguais — bom para todas as condições. Não sei se o Sr. Deputado percebe ou gosta de automóveis, ou não, e se for olhar para um automóvel, todos os automóveis têm coisas em comum — uma carroceria, um motor, um volante e quatro rodas —, mas não são todos iguais. Se o Sr. Deputado quiser um veículo citadino, ele tem umas características; se quiser um veículo para ir para a estrada, tem outras características; se quiser ir para fora de estrada, ele terá outras, e não há nenhum fabricante que tenha um carro bom para todas as situações.

Portanto, nós quando fomos obrigados a ir a concurso com um fabricante único tivemos de ter um aerogerador que nuns sítios era melhor e noutros era menos bom, mas ele teve de montar a fábrica e só veio fazê-lo com duas condições: teria de fornecer uma determinada quantidade de máquinas e tem de estar cá instalado por um período de 17 anos. E teve de remontar a fábrica, arranjar os terrenos e isso teve custos. Isso foi uma medida acertada? Foi uma medida acertada do ponto de vista do País, mas tem os custos de uma política económica. E quem é que está a pagar os custos dessa medida económica? São os consumidores, na tarifa. Não é o produtor, o dono da central eólica, que fica com essa margem, é o País que fica com essa margem e tem de perceber que se nós recebemos a 70 €/MWh — estes agora da Ventinvest acho que andam na casa dos 64 €, 65 € — foi porque fomos nós, os produtores, que financiámos a política económica. Isso foi bom para o País, o País, no balanço final, ganhou com isso? Ganhou, sim senhor, mas a culpa não foi nossa. Quem é que «pagou o pato»? Acaba sempre por ser o consumidor, mas fomos nós quem se adiantou.

Há outra coisa para a qual queria chamar a atenção e que é a seguinte: o consórcio ENEOP ganhou 1200 MW e esses 1200 MW — apesar de eu

dizer que o licenciamento leva cinco anos, em média — não conseguem ser todos licenciados no mesmo dia. Como a fábrica não consegue produzir os 1200 MW de máquinas, 600 máquinas, num ano. Portanto, há ali uma *décalage*. E o que é que acontece? Interessa desenvolver o mais depressa possível para não ter uma degradação muito grande do preço.

Posso dizer-lhe que o que estava inicialmente planeado era que uma parte da produção das fábricas fosse para Portugal e a outra parte fosse para exportação. À fábrica é indiferente para onde vão as máquinas, o que interessa é vendê-las. Qual foi a política que, muito vincadamente, aconteceu com o consórcio da ENEOP? Nos primeiros tempos foram só máquinas para Portugal, depois passou a ser para Portugal e para exportar e agora não se faz nada em Portugal, só se exporta.

Já na Ventinvest, que entrou atrasada e deu problemas com um conjunto de licenciamentos, quer do ponto de vista das eólicas, quer do ponto de vista da própria fábrica, em que houve uma série de atrasos, a primeira fabricação foi mais para fora do que para dentro e agora está mais ou menos equilibrada, até acabar.

Mas além de estarmos a pagar a política industrial através das tarifas das eólicas e do que foi dado no concurso, também nos foi exigido, a cada um dos consórcios, 35 milhões de euros para o Fundo de Inovação.

O dinheiro entrou e o que é que foi feito? Olhe, uma das coisas eu sei: julgo que o Pavilhão de Xangai custou 10 ou 12 milhões de euros e dois terços foi pago pelo Fundo de Inovação. O que é que aquilo tem a ver com inovação?! Mais ou menos nessa altura houve uma campanha de trocas de lâmpadas por lâmpadas eficientes. Quem é que pagou?

Perguntei *n* vezes ao Fundo de Inovação o que estavam a pagar de inovação e eles recusaram sempre responder. Sempre! As coisas que soube foi por portas e travessas. É a tal história, foi dinheiro que foi retirado ao setor elétrico!

Por exemplo — nem sei se fez ou não, porque como, a páginas tantas, não houve resposta, desinteresse-me —, se o Fundo de Inovação tivesse apoiado o projeto WindFloat, eu acharia muito bem; se o Fundo de Inovação tivesse apoiado a MOBI.E, teria achado muito bem. Coisas diretamente ligadas, mas o Pavilhão de Xangai?! Eu até deveria ter cuidado, que estive lá...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Quem eram os responsáveis por esse Fundo, nessa altura?

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Havia um Conselho de Administração nomeado pelo Ministro Manuel Pinho.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Lembra-se quem fazia parte?

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Já não me lembro das pessoas. Sei que o Fundo de Inovação funcionava nas instalações da ADENE (Agência para a Energia), ali em Alfragide.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não seria o Eng.º João Conceição?

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Não, não, ele nunca teve nada a ver com isso.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Ele foi Presidente do Fundo.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Ah foi Presidente do Fundo? Não sabia. Não, eu conhecia os operacionais, havia um Conselho de

Administração. Sinceramente, não sabia que ele tinha sido Presidente do Fundo.

Quanto à questão relacionada com o Decreto-Lei n.º 35/2013,...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não é só o decreto-lei, é também o período da troica, a primeira negociação.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — ... não faço ideia. Como sabe, represento os associados e só sei o que os associados me querem dizer. Por exemplo, quando às vezes sou consultado sobre o que estão a fazer, o que vão investir, eu não sei. Ninguém gosta de revelar quando as coisas não correm bem e quando andam com um projeto, a saltar de sítio em sítio, porque o Ambiente chumbou aqui, porque houve outra coisa de acolá, e tudo o mais, eles não dizem nada e só dizem quando as coisas já estão feitas. Portanto, não sei o que se passa. Não sei nem tenho de saber se falam com o secretário de Estado A, B ou C, esta não é uma relação biunívoca. Eles têm de saber com quem eu falo e o que é que digo, mas eu não tenho de saber com quem eles falam ou o que é que dizem. Não sei se está a perceber-me.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A minha pergunta era sobre a APREN, sobre que contactos teve a APREN a partir do memorando.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Mas eu não sei se o Dr. Manso Neto ou outra pessoa da EDP Renováveis falou com o Eng.º Henrique Gomes, não sei, mas eu tive...

O Sr. **Presidente**: — A pergunta era se a APREN teve contactos e que tipo de contactos.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — ... reuniões com o Eng.º Henrique Gomes e em nenhuma delas se falou disto. A primeira vez que fui chamado a falar deste assunto, não sei se foi em maio ou junho de 2012, já era o Dr. Artur Trindade. Não sei se a primeira vez foi em maio ou junho, que ele falou e depois disse... O trabalho que fizemos desenvolveu-se fundamentalmente em julho e agosto. A proposta que ele nos pôs em cima da mesa foi no final de agosto de 2012.

A proposta estava esquematizada e ele disse-me: «olha, a proposta está assim, veja lá o que é que consegue de adesão.» E eu até lhe disse o seguinte: «Mas como é que é da adesão? Onde é que as pessoas que querem uma pré-adesão o vão fazer?»

Para mim, o mais lógico seria fazerem-no na Direção-geral de Energia e de Geologia, mas a Direção-geral de Energia e de Geologia, que é uma direção excelente e que está depauperadíssima de pessoal, disse logo que não tinha condições para recebê-las. E a Secretaria de Estado disse logo que não tinha condições para recebê-las. E então, nós na APREN, voluntariamente, preparámos uma minuta de carta de adesão e de informação. Tivemos um mês para falar com as pessoas todas e organizámos o *dossier*.

Como estávamos a funcionar como uma porta de entrada de um serviço, não ficámos com nenhuma cópia: organizámos, pusemos o ficheiro, mesmo o ficheiro que preparámos em *Excel*. Entreguei-os ao Dr. Artur Trindade e não ficámos com nenhuma cópia, porque estávamos a ajudar o serviço do Estado a fazer uma coisa que este não tinha capacidade de fazer — ainda foram dois *dossiers* cheios de documentação e papéis. Entregámos tudo organizadinho sem nenhuma cópia.

Depois, os processos e tudo o mais, o decreto-lei só saiu em maio de 2013, se não me engano. Depois, fomos outra vez chamados, porque estava previsto saírem, ainda em 2012, e porque são oito anos em temos de dar a

contribuição. E aquilo começava em 2013, 2014, por aí fora, e quem ia cobrar, quem ia receber isso, era a EDP, SU. A EDP, SU não tinha capacidade para, entre maio e junho, fazer isso. Precisou um mês e tal para afinar o sistema. Então, o que combinámos foi que, no primeiro ano, pagava-se só durante o segundo semestre, dois meses por mês, para cobrir 2013 completamente. Não houve nenhuma questão com isso.

Quanto à questão dos 74 € que referiu...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Antes disso, no período da troica, 2011-2012, quais foram as conversas de existiram?

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Não houve nenhuma conversa sobre assunto, nunca foi falado.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas sem ser sobre este assunto? Sobre o memorando e a necessidade de ajustamento nas remunerações elevadas?

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Não, não, foram questões... Além da primeira reunião, foi uma reunião de circunstância de apresentação de cumprimentos e para dizer quais eram os principais problemas. Depois, recordo-me que ele, na segunda reunião que tivemos... Julgo que também houve uma questão qualquer com a Direcção-Geral, e tudo o mais, em que ele disse que estava... Falou na questão... Que tínhamos rendas excessivas e que estava a pensar num sistema... Repare, o Eng.º Henrique Gomes tomou posse em junho/julho de 2011, a primeira reunião que tivemos... Tivemos as duas reuniões ainda em 2011. A primeira foi por aí em setembro/outubro, a outra foi em dezembro e, depois, não reunimos mais com ele. Estava em ebulição a questão da privatização da EDP e ele disse que não tinha tempo...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não houve negociações sobre nenhuma matéria do memorando entre o Governo e a APREN?

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Não, não. Nada!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Nem propostas da APREN em relação ao memorando?

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Nada, nada! Não fomos solicitados... E não sei se... Também fui confrontado com esta história dos 65% e não faço ideia de onde foram inventar os 65%! Nem quem foi, nem de onde veio esse valor! Porque para arranjar 65%... Fui fazer umas contas e, para ter 65% da potência da altura, tinha de falar com oito ou nove dos maiores promotores. E, depois, se tirássemos o maior e começássemos a descer, então o número começava a crescer. Eu dei-me ao trabalho, antes de responder à vossa questão, de falar não com os oito, mas com os sete — deixei a EDP de fora, que não sabia o que se tinha passado — e fui falar com os CEO (*chief executive officer*) de todos os sete da altura e todos me disseram que nunca souberam do assunto. A primeira vez que souberam do assunto foi connosco. Inventar é fácil. Eu não sei se inventaram ou não, não sei se há fundamento, mas acredito que me tenham dito a verdade. Não vi, não sei.

Quanto à questão dos 74 €, eram os valores que estavam na altura. Os valores que estavam eram 74 € em 2020. As projeções que havia eram para valores mais altos. E não sei, Sr. Deputado — desculpe-me, vou usar uma expressão em inglês... As centrais eólicas não começam todas em 2020. O grosso das centrais, cerca de 1000 MW, começa a 17 de fevereiro de 2020, porque houve um *reset*. Quando saiu o Decreto-Lei n.º 33-A/2005, fez-se o *reset* dos 15 anos. E depois vão saindo, gradualmente, conforme está... A

questão... Previam-se valores mais altos na altura. Mas o Sr. Deputado sabe-me estimar o valor médio da eletricidade em 2020?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não fui eu que fixei os 74 €!

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Não, hoje, dia 17 de janeiro de 2019, é capaz de me fixar o valor de 2020?

Eu ia responder-lhe usando a expressão inglesa «*your guess is as good as mine*». Digo isso muitas vezes. Não sabemos como vai ser! Agora, posso estimar o que seja: estou à espera que seja acima dos 60 €.

Sabe que valor a ERSE estimou para o ano passado? De 2017 para 2018? Foi 52 €. Sabe quanto é que foi? 57,44 €. A ERSE, 15 dias antes do fim do ano — porque a estimativa saiu a 15 de dezembro de 2017 —, estimou 52 € e qualquer coisa. A própria EDP, que foi a que fez uma estimativa mais alta, disse que seria 54,6 €. Depois, saiu 57,44 €. E foi um ano com coeficiente de hidraulicidade de 1,05, porque se fosse um ano seco, o preço da eletricidade ainda tinha subido mais. É preciso ter isto presente! Nós não sabemos o que há. Olhar para trás? Repare que, quanto mais longe estivermos do ano, mais difícil é estimar. Não é uma coisa fácil. Aquilo que a ERSE faz ao estimar não é fácil de fazer, atenção! Eu posso não concordar, mas...

Já houve anos em que se sabia — sabe-se, olhando para as previsões da S&P Global Platts — quanto é que ia custar o gás natural, o carvão e tudo o mais e, sabendo-se quanto é que se gasta, fazem-se as contas para um ano médio. A ERSE só pode fazer as contas para um ano médio: se sai um ano húmido, qualquer erro por excesso aparece disfarçado, se sai um ano seco, é uma pancada que faz favor. Há variações muitíssimo grandes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro, peço desculpa por interrompê-lo, mas, por aquilo que percebi a questão não é bem essa e essa é uma matéria a que dou bastante importância neste inquérito.

Aquilo que o Sr. Deputado Jorge Costa disse foi que, no momento da decisão, previa-se que se aplicaria o preço do ano x e que, afinal, se aplicou o preço do ano 0, chamemos-lhe assim. Ou seja, que a tarifa escolhida foi a de 2012 e não aquela que estava prevista no contrato, que seria a de 2020.

Esta é uma questão precisa: ou sabe que assim foi, ou que não foi, ou não sabe. Esta é uma questão bastante importante nesta fase do inquérito.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Posso citar a lei. Não é o que estava previsto no contrato, é mesmo na lei.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Não, diz aqui o n.º 5 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 33-A/2005, que «se no final do período referido nas alíneas *b*) e *c*) do n.º 3 não existirem certificados verdes transacionáveis, aplica-se, durante um período adicional de cinco anos, a tarifa referente às centrais renováveis com início de exploração nessa data.»

O que se fez foi dizer que a tarifa de exploração, a essa data, era a que estava em vigor na altura. Não havia nenhum mecanismo para haver alguma redução. Não foi mais do que isso. Mas, atenção, não fui eu que negocie os valores de 74 e 98. Foi-nos dito, pelo Secretário de Estado Artur Trindade, que ainda vai ser ouvido por esta Comissão: «Olhe, o valor é este.» «Então, e não se discute?» «Não! Ou aceita ou não aceita.» Foi assim!

E eu disse, tal como disse há pouco: «É preferível um mau acordo que uma boa demanda». Não foi regatear tapetes com marroquinos, com o devido respeito pelos marroquinos. Não, não foi nada disso. Foi: «É assim. E são os 5000, 5700 e não sei quantos.» E eu perguntei: «Porquê?» «É assim! Ou querem ou não querem.»

Houve uma coisa que se passou que eu sei que está mal feita. Houve uma reunião em que estava o chefe de gabinete do Dr. Artur Trindade, Tiago Andrade de Sousa, estava eu, estava o nosso jurista, o Dr. Bruno Azevedo Rodrigues, e estava uma jurista, relativamente nova — lembro-me de ter a reunião nessa altura, mas não me lembro do nome da senhora. E eu disse à jurista, que estava a redigir o Decreto-Lei n.º 33-A/2005: «A fórmula de atualização dos pagamentos — não dos recebimentos — está errada, porque o índice de referência não está bem. Não é assim que se faz, é assim, é desta maneira.» A senhora, que, com o devido respeito, devia ter uns 27 ou 28 anos, diz-me: «O senhor é engenheiro, não sabe fazer atualizações financeiras na avaliação de projetos.»

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Só um aparte. Isso parece o argumento da EDP contra a REN no cálculo do domínio hídrico: «Os senhores são engenheiros, não se metam em cálculo financeiro.»

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Ela diz-me: «Não sabe fazer. Nós, os advogados, é que fazemos isso bem.» E eu respondi-lhe: «Ainda a senhora não era nascida, já eu fazia atualizações e avaliações de projetos.»

Tenho 46 anos de experiência profissional enquanto engenheiro, portanto há cinco anos tinha 41. A senhora tinha 28, está a ver o que não era. Quando ela nasceu, já eu era doutorado. Disse-lhe: «Sabe qual é o mal, minha senhora? É que, quando isto der problemas, a senhora está noutra sítio qualquer e nós estamos cá para os resolver e isso não está bem.»

A outra questão que tinha era a questão dos 60 € do sobre-equipamento. Começando pelo fim, achámos o valor para instalar o sobre-equipamento baixo, mas, mais uma vez, é preferível qualquer coisa do que não fazer nada e o sobre-equipamento ou se fazia ou não se fazia. Havia uma escolha: «Ou encaixava ou não encaixava.»

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Mas, desculpe, não estava já feito?

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Não, isso era para fazer.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não havia 120 MW já feitos?

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Não. Repare... Já vou voltar atrás.

Aquilo que nos era exigido para recebermos o sobre-equipamento era que todos os aerogeradores, mesmo um antigo, que era um adicional... A lei permitia que pudéssemos instalar mais 20% da potência que estava licenciada. Para instalar estes 20% eram obrigatórias duas coisas: que as novas máquinas e as máquinas antigas cumprissem um determinado requisito, que é conhecido como *fault ride through*, que é quando há um defeito na rede, e tivessem de se aguentar e não se pudessem desligar. Há máquinas que aguentam e havia outras que não aguentavam. Aguentam, isto é, aguentam a transformação, porque nenhuma das antigas aguentava. Há umas que aguentam uma transformação e há outras cuja transformação é tão cara que não vale a pena.

A segunda coisa que tínhamos de fazer — e tínhamos de fazer isto a nossas custas — era a ligação dessa central eólica ao centro de despacho da REN. Isto tem um custo adicional de investimento e tem um fim mensal de comunicações, que é suportado por nós. Portanto, não era trocar a máquina e ligar, era fazer mais isto. Isto não se faz e nunca ninguém aqui vos disse isto.

Mas deixem-me dizer-vos que, antes de se definir isto, fizemos um inquérito, e na altura representávamos 95% da potência eólica — é eólica, agora — nacional, junto dos 95% dos nossos associados, a perguntar-lhes,

especificamente, se se podia fazer o sobreequipamento nas centrais que eles detinham, ou se estavam dispostos a fazê-lo. Posso dizer-lhe que havia condicionamento, teoricamente. A ERSE também fez um estudo e protestei, junto da ERSE, porque este não estava bem feito.

Isto apesar de me ter voluntariado para os ajudar a fazer o estudo quando o Secretário de Estado Jorge Seguro Sanches lhes encomendou o estudo, em final de julho, princípio de agosto de 2017. Prontifiquei-me, com a Dr.^a Cristina Portugal, para lhe dar algumas ideias, porque tínhamos feito o trabalho de casa antes, em que fizemos um levantamento de todos os detalhes de 95% da potência eólica. Havia um conjunto de restrições que impediam a instalação de sobre-equipamentos.

A primeira era o facto de as máquinas não aguentarem o processo de *fault ride through*. Logo, se não aguentavam, não se podia fazer, se não se podia fazer, não se podia pôr sobreequipamento.

Se aguentava, passava o primeiro passo. Seguia-se a questão de haver ou não terreno para instalar as máquinas. Se não houvesse terreno, ficava de fora. Se houvesse terreno, eles tinham de ir simular se valia a pena ou não. É que, como deve perceber, os aerogeradores fazem efeitos de esteira uns nos outros.

Quando tenho uma instalação... Digamos que tenho cinco máquinas de 2 MW com 10 e posso instalar uma sexta máquina, quando instalo a sexta máquina, duas coisas acontecem: este sexto lugar é pior que qualquer um dos outros cinco — porque se fosse melhor eu tinha posto ali uma máquina — e, depois, há diminuição de produção na central que existe, porque quando o vento faz efeito de esteira da máquina nova para as outras, faz diminuir a produção. Depois, esta produção também diminui porque tem os outros a interferir aqui. E tinha de se ver se, com a produção, era rentável.

A seguir, tinha de se ver se seria factível do ponto de vista ambiental. Vamos imaginar que não há restrições, nem reservas ecológicas, nem Parque

Natura, nem Rede Natura, nada disso, há uma regra que diz que até 19 máquinas não preciso de ter estudo de impacto ambiental. Mas se tiver mais de 19 máquinas tenho de ter estudo de impacto ambiental. E não é só da central que estou a falar, é também do que se passa ali à volta. Se essa central fosse a vigésima central, a complicação era tal que não valia a pena avançar.

Eu tive uma lista de todo este processo. Com esta lista... Ah, havia uma outra, de que me estava a esquecer. Mesmo que tudo isto passasse, tínhamos de saber se o promotor estava em condições financeiras de fazer esse aumento ou não. Também houve uns que disseram: «não tenho dinheiro para fazer isso».

Portanto, com a lista final que ficou — julgo que havia 300 MW, no total —, fomos à EDP e à REN ver se a rede tinha capacidade de receber aquilo. Dessa rede, o número ficou reduzido — não me recordo do número — a 150, 160, 170, por aí.

Entretanto, houve alguns que começaram a ser licenciados. Neste momento, quando veio este estudo da ERSE, só teriam hipótese de serem feitos para aí 120 MW. E era esta informação que queria dar à ERSE, uma delas. E a ERSE considerou que eram 1000 MW, porque disse: «há 5000, 20% são mais 1000, toma lá mais 1000, que vai dar um sobrecusto».

Um das coisas que perguntei à Dr.^a Cristina Portugal, e que lhe disse, até — ó Sr. Deputado, se me segue com alguma atenção, saberá que houve uma altura em que o disse —, e veio no *Jornal de Negócios*, que a ERSE estava a funcionar como um gabinete de consultoria do Secretário de Estado. Veio dizer isso, e não desminto o que está a fazer. E disse-lhe assim: «Ó Sr.^a Doutora, quer ver a prova daquilo que digo?» É tão simples como isto: a ERSE faz o relatório, que diz que há um custo brutal do sobreequipamento para o sistema elétrico e o único fator que analisou foi o sobrecusto — que é aquele sobrecusto mal calculado, que digo sempre que está mal calculado. E o sobrecusto que fez foi considerar os 60 € para o preço de mercado nos

próximos 10 anos. E qual é o valor de partida que a ERSE usou, para o preço de mercado nos próximos 10 anos, para 2019? Foi o de 47 €.

E ele publicou este relatório a 12 de dezembro de 2017. E no dia 15 de dezembro, passados três dias, a mesma ERSE publica o relatório de tarifas e preços para 2018 e diz que o preço da eletricidade para 2019 é de 54 €.

Como é que em três dias o preço aumentou 7 €? Foi só para nos fazer, a nós, ficar mal na fotografia. E, até hoje, estou à espera que a ERSE me diga como é que há esta diferença. Não é possível um regulador que se diz isento, com três dias de intervalo, para a mesma estimativa, dar 7 € de diferença. É só para nos prejudicar a nós, é a leitura que eu faço.

E há um velho ditado — mais um — que diz que «quem não se sente não é filho de boa gente». Eu senti-me.

Não estava. Corrigiram? Não corrigiram, não estava.

Quanto à questão dos desvios de previsão, fazendo um bocadinho de história — tenho aqui a dúvida de um ano, mas acho que foi no final de 2003: em Espanha, saiu um real decreto que obrigava os produtores de renováveis a fazerem a previsão da sua produção — não era de pagar desvios de produção. E dava até ao fim do ano seguinte, portanto, fim de 2004, para ajustarem e fazerem essas previsões.

Vi o decreto-lei, tomei conhecimento dele em janeiro, fevereiro do ano de 2004, e fui à Direção-Geral de Energia, à pessoa que tratava do licenciamento das centrais renováveis e não só, e disse: «olhe, os espanhóis estão a fazer isto assim e assim, nós podíamos fazer a mesma coisa. Proponho que peguemos no real decreto espanhol, façamos uns melhoramentos e umas adaptações — diria que temos 3, 4 meses para fazer isto — e depois, como estamos a meio do ano, dávamos até ao fim de 2005, para que as empresas se adaptassem e, depois, pagassem e fizessem as suas previsões de desvios.»

Foi-me dito: «Não, isso é muito complicado, e não vale a pena.» E eu respondi: «Não, mas agora temos 1500 MW de eólica, mas como tivemos 3000, 4000, 5000, 6000, é muito importante que tenhamos isto.» Resposta: «não, não, não!» E não ficou.

No entanto, quando foram lançados os concursos da fase *A* e da fase *B*, já aparece como obrigatório não só o fazer a previsão — não há pagamento de desvios, mas é-se obrigado a fazer a previsão — mas também, para ganhar mais pontos — e repare que nos concursos, nas duas fases iniciais, concorria-se a 800 MW e depois tiveram mais 200 e mais 200 de prémios, e na segunda fase eram 400 —, tinha de se juntar os megawatts que eram atribuídos, pois, obrigatoriamente, tinha de haver previsão de uma potência, até perfazer outro tanto, para ter a pontuação máxima em que houvesse previsão.

Portanto, no fundo, quando acabou — atualmente temos 5300 MW —, desses 5300 a ENEOP instalou cerca de 1300... Logo, em números redondos, há 2700 MW como previsão, por parte da ENEOP, e vai haver mais 800 da Ventinvest como previsão, portanto, estamos a falar de 3500 dos 5300 que já têm previsão, fazem previsão e não pagam desvios.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não pagam desvios?

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Não pagam desvios. Fazem previsão e não pagam desvios.

Mas as centrais que já estão... A eólica, que já passou a mercado e as pequenas centrais hídricas, que passaram a mercado, pois acabou-se-lhes a tarifa, e as solares que estão em mercado já fazem previsão e já pagam desvios.

No entanto — agora não tenho aqui...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Que parte da potência é que representa?

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — São os tais cerca de 110, 120 MW. Já pagam desvios, é esse o princípio, que já pagam desvios.

Atenção que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 35/2013, como têm de ir para mercado, porque têm de ofertar em mercado, já vão ter de fazer previsão, já vão ter de pagar desvios — há mais essa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 35/2013. Os tais cerca de 1000 MW que vão entrar a partir de 16 de fevereiro de 2020, já vão ter de fazer previsão e já vão pagar desvios.

Este é um sistema que é novo para nós, para todo o sistema nacional e para produções muito pequeninas, e digo-lhe que o sistema como está, em Portugal, está mal implementado.

Em média, o custo do desvio em Espanha ronda os 0,15 €/MWh, o custo dos desvios em Portugal é de 0,85 €/MWh. Há aqui um problema de não deixarem agregar. É que, repare, os desvios diminuem com quanto mais potência eu tiver e quanto mais dispersa estiver, geograficamente, e quanto mais tecnologias eu tiver. Não deixam agregar e estamos a apanhar como gente grande.

Uma das coisas, e aparece neste relatório da ERSE, com a qual nós concordamos, é com isto, sim senhor, os desvios, mas que haja um mecanismo fair de contabilizar os desvios e avaliar os desvios.

E o sistema está tão mal preparado... Deixe-me dizer o seguinte: há aí uma central que tem 250 KW. Não se pode ofertar menos de um décimo de megawatt, menos de 100 KW.

No verão, com a **cogeração** em baixa, se eu disser: se tiver a produção, uma estimativa de produção de 50 KW, mas não pode, só pode ofertar a zero ou a 100; se ofertar zero está penalizado, se ofertar 100 está penalizado, porque está abaixo. Não dá! O sistema não está preparado! O sistema de ofertas e de correções não faz sentido, porque este sistema de ofertas e desvios foi estabelecido para as grandes centrais térmicas e qual é o erro que

as grandes centrais térmicas têm? É o de o equipamento avariar. Qual é o problema que nós temos, para além de o equipamento avariar? É o risco de recurso, porque na central térmica, eu abro e fecho a torneira, eu abro ou fecho o gás, ou o carvão e está ali... Numa central hídrica eu abro ou fecho a torneira e não faço desvio nenhum; agora, se a frente eólica, se a frente de depressão atrasa uma hora ou adianta uma hora? Quando é que eu sei isso? Em cima da hora! O nosso sistema ainda não está preparado para que se façam as ofertas até às 10 horas para as 24 horas do dia seguinte e se permitam correções intradiárias.

Nós estamos a trabalhar numa diretiva para que essas previsões e essas correções possam ser feitas de 15 em 15 minutos, mas o sistema ainda está a dar... Mas estou inteiramente de acordo em que isso seja necessário e mais uma vez lhe digo que eu, em 2004, propus isso e houve muita coisa que, ao longo destes anos todos, que eu propus, a bola bateu na trave e voltou para trás e mais adiante voltou a fazer-se.

Eu sempre gostei de jogar por antecipação e dar tempo, fazer as coisas pensadas e dar tempo aos promotores para se adaptarem ao sistema, porque era bom para Portugal. Nem sempre fui compreendido pelas entidades, pelas agências governamentais, tudo... Há coisas relativamente às quais não sou muito entendido, mas, pronto, vou para a cova com essa frustração.

O Sr. **Presidente**: — Terminamos assim a primeira ronda.

Para a segunda ronda, tenho apenas a inscrição do PCP, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias, por cinco minutos para colocar questões.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Já agora, a propósito do Fundo de Apoio à Inovação, e sobre a questão que o Sr. Engenheiro estava a colocar sobre as decisões estranhas que foram

tomadas na altura, tenho aqui o despacho, que foi publicado em 17 de dezembro de 2008, assinado pelo então Ministro Manuel Pinho, que nomeou para a Comissão Executiva José Gregório Faria e João Conceição...

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Acredito...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Isto só para esclarecer. Isto precisamente porque estava associado aos concursos em que estava na atribuição à Ventinvest de 400 MW na fase B.

Queria colocar uma questão que tem a ver com o que o Sr. Engenheiro referiu há pouco sobre – e na apresentação quando falou do sobrecusto da PRE também tinha esse gráfico – o benefício global para o sistema elétrico nacional de 8,7 mil milhões de euros, ou seja, um benefício líquido para o sistema de pouco mais de 3,2 mil milhões de euros.

Primeira questão que valia a pena clarificar: admite ou concorda que aquele benefício que identifica tem em conta os custos e a ociosidade do *backup*, os custos da rede, os custos da não entrada de outras fontes produtoras, etc.?

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Não!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Está a dizer que não, em aparte, mas já vai responder em conjunto a todas as questões.

Há um outro problema que o senhor descreve bem numa entrevista que deu há uns meses – e, aliás, também focou isso nesta reunião – que tem a ver com a renovação das centrais eólicas e até usou a expressão: «quem é que pagou o pato?» – aliás, até disse que isto não custou nada ao Governo, ao Estado, e quem paga tudo é o consumidor.

Ora, aí é que está a questão central, ou seja, quem paga e quem recebe. Aquele benefício líquido de 3,2 mil milhões, que o senhor calculou, é recebido, no essencial, pelos produtores e comercializadores e o consumidor paga.

Portanto, a questão é a seguinte: o País ganhou no seu todo, diz o senhor, mas não ganhou todo por igual, porque sabemos quem pagou o pato e sabemos quem é que ficou, no essencial, só com as penas... e, já agora, quem ficou com a carne!

Há aqui um outro aspeto que tem a ver com a referência que fez ao «filme todo». O Sr. Engenheiro disse, há uns tempos, que: quem vai à comissão de inquérito só tem bocadinhos da história, quem tem o filme todo é o António Mexia e João Manso Neto, eles têm a história completa e não acredito que vão lá dizer mentiras, os CAE e os CMEC vão ficar esclarecidos.

Que eles têm o «filme todo» já está a ficar, mais ou menos, claro, porque eles, em larga medida, já o realizaram, voltando à metáfora cinematográfica, pois eles próprios são realizadores, como Hitchcock também fazia, não era? Aparecia também no filme que ele próprio tinha feito...

Quando vemos, pela audição do Dr. Manso Neto – que contou a sua história, que não me esclareceu em definitivo, mas que confirmou uma questão absolutamente central, que é a desta condição de realizador para além de protagonista – que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2007 foi elaborada a partir da EDP, que a Portaria n.º 85-A/2013 foi elaborada a partir da EDP, como se escreve no preâmbulo da própria portaria, que o despacho do Sr. Secretário de Estado da Energia Artur Trindade foi elaborado na base das propostas da EDP na mão do Sr. Primeiro-Ministro e sujeitas à pressão da EDP, do presidente do Conselho Geral e de Supervisão, ex-ministro e membro do PSD, como resulta claro na carta pessoal, de que

ainda ontem à noite falávamos, as tais epistolas pessoais, e até de um acordo secreto entre a EDP e o Governo de Passos Coelho e Paulo Portas, através do seu Ministro da Economia em defesa dos interesses da EDP.

Ora, o Sr. Engenheiro, perante isto, considera que não existe aqui uma situação em que se coloca a necessidade urgente de colocar em cima da mesa as decisões que foram tomadas no plano político que definem e determinam o curso dos acontecimentos e que moldam aquilo a que o senhor chama «de mercado»? Não sei se me faço entender...?

Aquilo a que o senhor chama «mercado» ou aquilo que tem vindo a convencionar-se chamar «mercado» é, no fundo, o resultado destes *inputs* que são coisas simples, tipo decretos-leis, não são opções esclarecidas ou não por agentes económicos; é legislação, legislação escrita pela EDP.

Por outro lado, e a este propósito voltamos às rentabilidades, o Sr. Engenheiro tem vindo a explicar e tem procurado demonstrar – aliás, usou várias vezes esta ideia – que as rentabilidades eram mais elevadas do que passaram a ser com tempo e com os novos projetos, porque os projetos mais antigos tinham mais risco, as taxas de juro mais altas, mais inflação e, por isso, a TIR era mais elevada. Era mais elevada, não; ainda é mais elevada, continua a ser pelo simples facto de que ainda está em vigor nestes casos!

Portanto, aqui não lhe peço para repetir a explicação do *fade-out* naquela visão cinematográfica, pergunto-lhe é se não reconhece que os termos contratuais destes negócios têm uma proteção que é tão à prova de bala que fica muito mais cara, porque resulta em rentabilidades que continuam a cobrir riscos que ficaram lá atrás, tanto mais que, agora, já não se justificam nos novos contratos – e isto tem a ver com a tal duração daquilo que depois se transforma em rendas.

Mesmo para terminar, Sr. Presidente, o Sr. Engenheiro também tinha dito que esta Comissão de Inquérito começou por ser sobre a atuação do ex-

ministro Manuel Pinho e, depois, foi alargando o seu âmbito e as renováveis estão a apanhar por tabela.

Queria perguntar-lhe se já esclareceu que não é assim como disse nessa altura.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto novamente aos grupos parlamentares se ainda pretendem usar da palavra.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Apenas uma pergunta, Sr. Presidente.

O Sr. Engenheiro Aníbal Fernandes disse, aqui, na sua intervenção que se lhes fosse proposta os produtores aceitariam a anulação desta compra da extensão com a devolução das prestações pagas até à data.

Concorda com o Engenheiro Aníbal Fernandes?

O Sr. **Presidente**: — Agora, sim, estão todas as questões colocadas. Vou, então, dar a palavra ao Sr. Engenheiro para responder.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Nestas contas, posso dizer-lhe o seguinte: estes valores são estes, mas vão variando de ano para ano em função dos valores de mercado.

Mas há aqui uma coisa que é muito importante: quando estava a falar de quem paga e de quem fica... Atenção: olhe que ficar com as penas de pato não é tão mau como isso, faz uns casacos de penas de pato, faz uns *edredons* bem bons e ainda se ganha muito dinheiro... Não é para comer; comer penas não se come!... Eu não como!

Mas deixe-me dizer que há aqui uma confusão, porque há duas coisas: uma coisa é o mercado marginalista e outra coisa é o mercado retalhista e o que se passa com a eletricidade, no caso concreto das renováveis, passa-se, por exemplo, com a gasolina.

A Galp, a Repsol, a Shell, a Mobil, a BP, quando compram o petróleo num determinado dia, uma determinada quantidade, todas pagam o petróleo ao mesmo valor e refinam-no. A refinaria custa praticamente a mesma coisa para todos, mas, quando chegamos à bomba da gasolina – hoje já não é bem assim –, uma pessoa que tenha um carro de combustão interna, quando vai abastecer em Portugal, ou em Espanha, ou em França paga valores diferentes, mas o mercado deu os mesmos valores... Então, por que é que paga valores diferentes? Porque tem políticas fiscais, apoios e tudo o mais diferentes.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Se fosse assim tão simples...!

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — *Grosso modo* é isto! Fundamentalmente é isto!

Repare: aqui é a mesma coisa. O valor para a eletricidade no mercado grossista é o valor que os comercializadores pagam e eles quando compram também correm um determinado risco, porque o mercado grossista está a variar todos os dias e o contrato que têm com um consumidor está fixo durante um determinado período e eles, quando fazem a estimativa, têm de se segurar, porque não estão para perder dinheiro... Porque, no caso contrário, quando não havia comercializadores e o preço era todo regulado, se falhavam na previsão, isso iria gerar dívida tarifária, se falhar no sentido contrário...

Portanto, há este risco que o comercializador toma; agora, há custos que estão na fatura que não dependem de nós e já os referi: o custo da contribuição do audiovisual, o custo de tudo isto...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não é disso que estamos a falar!

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Sim, mas repare uma coisa: quando o mercado da eletricidade fecha a 60 €, por exemplo, e uma central renovável recebe a 90 € estes 30 € são suportados, ou deviam ser suportados, por todos os consumidores.

Quando eu disse que não concordava com todas as coisas que o Ministro Manuel Pinho tinha feito, esta foi uma delas, porque, no passado, estes 30 € eram suportados por todos os consumidores.

Fazendo aqui um parêntesis: eu não gosto – e agora já não uso –, mas o ISP na gasolina e no gasóleo é um imposto muito bem feito do ponto de vista que paga mais quem gasta mais gasolina. Portanto, o ISP, como é uma constante, eu se gasto 10 l/mês pago x , se gastar 100 l pago $100x$, é proporcional ao que eu gasto. Tudo bem!

Na eletricidade o sobrecusto também era distribuído por todos, mas o Ministro Manuel Pinho lembrou-se de uma coisa – e eu zanguei-me muito com ele e disse-lhe que não estava a ser sério – que foi em vez de dividir proporcionalmente pelos megawatts-hora que cada consumidor consumia, não, lembrou-se de dizer assim: eu vou distribuir por grupos de tensão de consumo – os que consomem a mais de 150 kW, os que consomem e 60 kW, os que consomem a 30 kW e depois a baixa tensão normal – e vou repartir por estes grupos proporcionalmente ao número de consumidores. O que é que acontece? O sistema de baixa tensão normal tem 99,8% dos consumidores que só consomem 35% da eletricidade. Quer dizer, os 35% da

eletricidade pagam praticamente 100% dos outros. Isto foi uma maneira que ele arranjou de dar um subsídio à indústria. É um subsídio à indústria!

Isto porque a indústria beneficia do abaixamento de preços induzido pela renovável PRE e não paga o pato, porque quem o paga somos nós todos, consumidores de baixa tensão normal. Por isso é que o preço é tão distorcido, quando comparado com os outros lá fora.

Mas deixe-me dizer uma coisa: acho bem o que todos os países fazem, ou seja, apoiar a eletricidade da indústria. Acho muito bem, porque é a indústria que faz mexer a economia. O que não acho bem é apoiá-lo atirando o odioso para cima das renováveis. Isso é que não acho bem!

Portanto, há esta discussão. Mas quando me estão a dizer que há este diferencial, quem é que fica com isto? Há muita coisa que fica e que no futuro acho que não deve ficar. Deve ser acautelado no futuro dos leilões que não pode ser o comercializador a ficar com essa margem. Não é o comercializador pagar ao produtor 45 € e, depois, ficar com os 70 € com que fechou o mercado.

Temos de arranjar um mecanismo em que o abaixamento que introduzimos por estes PPA seja refletido para todos. Isto tem de se ter em atenção. Quando me está a dizer «Ai o mercado, a EDP, etc...», não sou especialista em CAE e CMEC, mas a saída dos CAE para os CMEC — porque se passou a mesma coisa em Espanha, mas não sei como se chama — foi para haver a criação do mercado. E arranjaram, foram feitas as contas e não sei como é que foram feitas, nem me interessa saber, porque é muito complicado, é areia demais para minha camioneta, sei as minhas limitações. Mas parto do princípio que tenham sido bem feitas, sejam sérias e estejam todas calculadas.

Isto foi o custo que teve de se pagar para a EDP entrar em mercado. A EDP, que tem uma posição hegemónica em Portugal, que a tem e não há dúvida nenhuma, entrou não no mercado português, mas no ibérico. E a EDP,

no MIBEL, se calhar, tem uma posição de 15%, 16%, 17%! Não manda nada!

A EDP é muito grande para nós, mas quando vai para o mercado ibérico dilui-se. Portanto, não estou a ver que a EDP, ou seja, alguém com 16% do mercado consiga manipulá-lo ou fazer as coisas todas... Não, não consegue!

Agora estes impostos e o *clawback* e depois isto e tira daquilo... É uma confusão de primeira. Aquilo que vi, aquilo que foi feito e disse que só se está a arranjar um molho de brócolos.

Falou-se aqui na garantia de potência. Outra coisa: repare que a EDP estava a competir em Espanha com uma garantia de potência em Portugal, sendo que os espanhóis tinham outra garantia de potência. A garantia de potência em Espanha eram 30 000 € e em Portugal 20 000 € por megawatt e por ano.

Quer dizer que há ali um *handicap* — vamos dizer, só para facilitar as contas, que a produção da central era de 3000 horas — de 3 € por megawatt/hora que as empresas espanholas já tinham recebido e a EDP ainda não.

Depois houve revisão em baixa da garantia de potência e em Espanha passou de 30 para 34 e em Portugal passou de 20 para 6, durante dois anos, depois passou para zero.

As coisas não estão... É preciso ver que no mercado ibérico, a produção e o consumo de Portugal é um quinto desse mercado. Estou a falar de todas as centrais.

Temos, em números redondos, 20 GB de potência instalada, a Espanha tem 100 GB. Não podemos ter a veleidade de querer controlar o MIBEL. Os espanhóis é que são arrogantes e fazem o que bem entendem e a gente apanha por tabela. Portanto, há aqui coisas que têm de ser vistas.

Quando fala nas tarifas em vigor e na proteção a prazo e tudo mais, Sr. Deputado, vou dar-lhe o seguinte exemplo: num prédio há dois apartamentos iguais, houve uma pessoa que comprou o apartamento em 2006 e pagou 150 000 €. Entrou com 50 000 € e fez um empréstimo de 100 000 € com uma determinada taxa de juro. O apartamento do lado não foi vendido.

Passados três anos, o mercado baixou e o apartamento foi vendido por 100 000 €. Eu comprei o de 150 000 € e o Sr. Deputado comprou o de 100 000 € e sabendo eu que os apartamentos são iguais não vou ter com o banco, que foi o mesmo que nos fez o empréstimo, e digo: «Também quero pagar menos...»

Eles diziam-me: «Não, não, o senhor tem um contrato a 30 anos, durante os 30 anos vai-me pagar os 100 000 € que me deve.» E durante os 30 anos vou pagar os 100 000 € que devo.

Estes contratos que fizemos, por 15 anos, durante esses 15 anos estão válidos. Enquanto esse período não chegar ao fim, não há nada a mudar.

Ai fez um contrato que era assim?! É o que é! Um contrato não se muda!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então a sua resposta é: é o que é! Pronto, está respondido!

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Foi o que foi! Foi o que foi definido...Repare uma coisa: estes valores, quando foi feito. Voltando ao apartamento...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito bem, está respondido! É o que é...

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Exatamente! É o que é!

Ouvi essa afirmação do Eng.º Aníbal Fernandes. Primeiro, o Eng.º Aníbal Fernandes não é dono de nenhuma central eólica e é muito fácil falar das coisas dos outros! É muito fácil!

Mas duvido que alguém aceite isso. Porquê? Porque nessas coisas não é estar a meio do jogo e mudar as regras, e voltar a fazer e voltar ao princípio. Não! As empresas, com isto que se passou, com o que gastaram, com o que fizeram e tudo mais, têm uma determinada expectativa e a valorização das empresas é com base nessa expectativa.

Quando se faz uma coisa destas que é com efeito retroativo, numa base voluntária e um diz: «É geral para todos, tomem lá o dinheiro, vamos embora...» Não dá, Sr. Deputado, não dá! Tem de ir bater à porta de uma a uma e dizer assim: «Aceita que faça isto?» E ele diz-lhe sim ou não. Nem lhe posso responder...

Acho que o Eng.º Aníbal Fernandes, para quem não tem asas e vai a bordo do avião, falou demais. Sabe a história, não sabe?

Tem de ser na base de um a um. Olhe: aceita isto? Sim ou não? Um a um, bater à porta de todos.

Mais: como isto é projeto a projeto, central a central, até pode acontecer que o mesmo dono de centrais, num sítio possa aceitar e noutra não possa. Até pode acontecer isso, mas não estou a dizer que vai acontecer.

Mas duvido que alguém aceite isso! Muito seriamente! Eu não aceitava!

Nenhuma das centrais que conheço, do que conheço, e das que geri quando estava numa empresa que tinha isso e cheguei a estar na maior empresa nacional na altura, não havia nenhuma que tivesse aceitado voltar atrás.

O Eng.º Aníbal Fernandes, se calhar, tem mais informações que eu não tenho, mas duvido muito.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, penso que as respostas foram dadas e foram muitas as perguntas feitas. Estamos em reunião há mais de 6 horas e, não havendo inscrições para uma terceira ronda, daria por terminados os nossos trabalhos.

Agradeço ao Sr. Engenheiro a disponibilidade, a forma viva e participativa com que veio a esta reunião e o contributo que deu para os trabalhos desta Comissão. Agradeço também a todos.

O Sr. Eng.º **António Sá da Costa**: — Só queria dizer que foi uma honra e um prazer estar aqui. A minha porta está sempre aberta para qualquer esclarecimento quer no âmbito da Comissão, quer no âmbito que entenderem.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Engenheiro.

Boa noite a todos. Está encerrada a reunião.

Eram 23 horas e 55 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.